



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Valéria Santos Paiva Dias Lima

**POLITIZAÇÃO DA BUROCRACIA NO PODER LEGISLATIVO
UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Brasília
2017**

Valéria Santos Paiva Dias Lima

POLITIZAÇÃO DA BUROCRACIA NO PODER LEGISLATIVO
UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Roberto Campos da Rocha Miranda

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

Brasília

2017

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Lima, Valéria Santos Paiva Dias.

Politização da burocracia no poder legislativo [manuscrito] : uma análise de tendências na Câmara dos Deputados / Valéria Santos Paiva Dias Lima. -- 2017. 124 f.

Orientador: Roberto Campos da Rocha Miranda.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2017.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Burocracia, aspectos políticos. 3. Administração pública, Brasil. 4. Cargo de confiança, politização. I. Título.

CDU 342.532:35.072.1(81)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Politização da burocracia no Poder Legislativo: uma análise de tendências na Câmara dos Deputados

Autor (a): Valéria Santos Paiva Dias Lima

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: 1 - Gestão Pública no Poder Legislativo

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Dissertação aprovada em: 20 de setembro de 2017.

Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda
Presidente da Comissão (Câmara dos Deputados)

Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes
Membro (Câmara dos Deputados)

Prof. Dr. Breno Giovanni Adaid Castro
Membro (Centro Universitário Iesb)

Dedico esse trabalho a meus pais, pelo amor, carinho, empenho e incentivo durante toda a vida; a meus filhos, por serem inspiração infinita para que eu queira ser melhor a cada dia, e a meu esposo, por todo o amor, companheirismo e pelo reconhecimento da importância deste desafio.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Roberto Campos Rocha Miranda, meu orientador, pelo apoio e incentivo desde o início deste trabalho, o qual soube conduzir com toda sabedoria, objetividade, segurança e amizade.

À Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes, por aceitar participar da Banca Examinadora e prestar preciosa colaboração para o aprofundamento teórico e enriquecimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Breno Giovani Adaid, por aceitar participar como membro externo da Banca Examinadora e contribuir com suas importantes orientações, em especial para análise estatística dos dados.

A todos os professores do Curso de Mestrado do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados – Cefor, por sua dedicação à nobre função de ensinar e por nos disponibilizar todo seu conhecimento acadêmico e profissional.

A todos os colegas da Turma 2015 do Curso de Mestrado, pelos inesquecíveis momentos compartilhados e pelo conhecimento e amizade construídos em conjunto.

Ao Dr. Thiago Gomes Nascimento, pelo auxílio e orientação nas análises estatísticas.

À Sílvia Maria Brito Costa, Diretora da Coordenação de Treinamento do Cefor, minha chefe imediata, por autorizar e dar todo o suporte necessário à minha participação no programa.

A todos os colegas da minha unidade de lotação, pelo incentivo e apoio dados durante todo o curso.

A todos os servidores que participaram da pesquisa, por dedicaram seu tempo ao responder os questionários e fornecerem os dados que viabilizaram a realização das análises propostas como objetivo deste trabalho.

Àqueles que, apesar de não citados nominalmente aqui, tenham contribuído para a realização deste trabalho.

À Deus, por tudo!

“O começo de toda ciência é o espanto de as coisas serem o que são”.

Aristóteles

Resumo

O presente estudo exploratório buscou compreensões iniciais sobre o fenômeno da politização da burocracia no Poder Legislativo, onde se verifica uma escassez de estudos que não é compatível com a relevância do tema. Isso porque, também no âmbito do Poder Legislativo, as interações entre política e burocracia impactam a implementação e a manutenção de políticas públicas que afetam toda a sociedade. Ademais, para realizar suas atribuições constitucionais, o Poder Legislativo não pode prescindir de sua função administrativa, enfrentando, assim, os mesmos desafios nas relações entre políticos e burocratas no processo de gestão pública. Nesse sentido, este estudo se propôs a avaliar as tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados, por meio da análise das combinações de aspectos técnicos e políticos que compõem os papéis dos servidores, bem como de aspectos que influenciam negativa ou positivamente a politização desses papéis. Com base nas análises dos dados coletados na pesquisa, identificou-se que os aspectos técnicos que compõem os papéis desempenhados pelos servidores são significativamente mais enfatizados que os aspectos políticos, o que explica o baixo índice médio geral de tendência de politização identificado. Não obstante a preponderância dos papéis predominantemente técnicos, as análises apontaram que cerca de 17% dos servidores desempenham papéis híbridos, que demandam altas ênfases tanto em aspectos técnicos quanto políticos e exigem a articulação de critérios de conhecimento técnico, experiência profissional e habilidades para lidar com questões de substância política.

Palavras-Chave: Politização, Burocracia, Câmara dos Deputados, Administração Pública.

Abstract

The present exploratory study sought initial understandings about the phenomenon of the politicization of bureaucracy in the Legislative Branch, where there is a shortage of studies that is not compatible with the relevance of the theme. This is because, also within the scope of the Legislature, the interactions between politics and bureaucracy impact the implementation and maintenance of public policies that affect the whole society. In addition, in order to carry out its constitutional functions, the Legislative Branch can't do without its administrative function, thus facing the same challenges in relations between politicians and bureaucrats in the process of public management. In this sense, this study aimed to evaluate the politicization tendencies of the roles played by the civil servants who hold trust functions in the Chamber of Deputies, by analyzing the combinations of technical and political aspects that compose the roles of the servers, as well as aspects that negatively or positively influence the politicization of these roles. Based on the analysis of the data collected in the research, it was identified that the technical aspects that make up the roles played by the servers are significantly more emphasized than the political aspects, which explains the low overall average index of politicization tendency identified. Notwithstanding the preponderance of the predominantly technical roles, the analyzes pointed out that about 17% of the servers play hybrid roles, which demand high emphasis both in technical and political aspects and require the articulation of criteria of technical knowledge, professional experience and skills to deal with issues of political substance.

Keywords: Politicization, Bureaucracy, House of Representatives, Public Management.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO DE DELIMITAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO	37
FIGURA 2 – MODELO DE POLITIZAÇÃO SEGUNDO ROUBAN	45
FIGURA 3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	50
FIGURA 4 – REPRESENTAÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO	60
FIGURA 5 – GRÁFICO DO SCREE PLOT DA EACP	108
FIGURA 6 – GRÁFICO DO SCREE PLOT DA EAPT	110
FIGURA 7 – GRÁFICO DO SCREE PLOT DA EPVP	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA CD	52
TABELA 2 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR FC	61
TABELA 3 – RESPONDENTES POR ÁREA DE LOTAÇÃO E NÍVEL DE FC	61
TABELA 4 – MÉDIAS DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS POR ÁREA DE LOTAÇÃO	69
TABELA 5 – MÉDIAS DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS POR IDADE	70
TABELA 6 – MÉDIAS DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS POR NÍVEL DE FC	71
TABELA 7 – MÉDIAS DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS POR TIPO DE FC	71
TABELA 8 – MÉDIA DOS ASPECTOS TÉCNICOS DOS PAPÉIS POR NÍVEL DE FC	73
TABELA 9 – MÉDIAS DOS ASPECTOS TÉCNICOS DOS PAPÉIS POR ÁREA	74
TABELA 10 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA POSITIVA POR ÁREA	75
TABELA 11 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA POSITIVA POR NÍVEL DE FC	77
TABELA 12 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA NEGATIVA POR NÍVEL DE FC	77
TABELA 13 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA NEGATIVA POR TIPO DE FC	78
TABELA 14 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA NEGATIVA POR ÁREA	78
TABELA 15 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO POR SUBGRUPOS	89
TABELA 16 – DADOS DEMOGRÁFICOS E FUNCIONAIS DOS PESQUISADOS	99
TABELA 17 – MÉDIAS DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS POR SUBGRUPOS	101
TABELA 18 – MÉDIAS DOS ASPECTOS TÉCNICOS DOS PAPÉIS POR SUBGRUPOS	102
TABELA 19 – MÉDIAS DOS ASPECTOS DE INFLUÊNCIA NA POLITIZAÇÃO POR SUBGRUPOS	104
TABELA 20 – MÉDIAS DAS CONCORDÂNCIAS COM PONTOS DE VISTA POR SUBGRUPOS	105
TABELA 21 – OCORRÊNCIAS DOS MAIORES ÍNDICES DE TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO	107
TABELA 22 – AUTOVALORES EMPÍRICOS E ALEATÓRIOS DA EACP	108
TABELA 23 – MATRIZ FATORIAL DA EACP	109
TABELA 24 – AUTOVALORES EMPÍRICOS E ALEATÓRIOS DA EAPT	110
TABELA 25 – MATRIZ FATORIAL DA EAPT	110
TABELA 26 – AUTOVALORES EMPÍRICOS E ALEATÓRIOS DA EPVP	111
TABELA 27 – MATRIZ FATORIAL DA EPVP	111
TABELA 28 – VALORES MÉDIOS E CORRELAÇÕES ENTRE OS FATORES DA EACP, EAPT E EPVP	112
TABELA 29 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA ENTRE OS FATORES E ÁREA DE LOTAÇÃO.	113
TABELA 30 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA ENTRE FATORES E OS NÍVEIS DAS FC.	114
TABELA 31 – TESTE T ENTRE OS FATORES E SEXO.	115
TABELA 32 – TESTE T ENTRE OS FATORES E TIPO DE FC.	116
TABELA 33 – TESTE T ENTRE OS FATORES DA EACP, DA EAPT E DA ECT E FC AGREGADA.	117
TABELA 34 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA ENTRE FATORES E A IDADE	118
TABELA 35 – REGRESSÃO – FATOR 1 EACP	119
TABELA 36 – REGRESSÃO – FATOR 2 EACP	119
TABELA 37 – REGRESSÃO – FATOR 1 EAPT	120
TABELA 38 – REGRESSÃO – FATOR 2 EAPT	120
TABELA 39 – REGRESSÃO – FATOR 1 EPVP	121

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PAPÉIS DE BUROCRATAS E POLÍTICOS	35
GRÁFICO 2 – REPRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS TÉCNICOS DOS PAPÉIS	64
GRÁFICO 3 – REPRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS	64
GRÁFICO 4 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS - GERAL	65
GRÁFICO 5 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS ÁREA ADMINISTRATIVA	66
GRÁFICO 6 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS ÁREA LEGISLATIVA	67
GRÁFICO 7 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS ÁREA POLÍTICA	67
GRÁFICO 8 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS FC-1 E FC-2	68
GRÁFICO 9 – COMPOSIÇÃO DOS PAPÉIS POR FC-3 E FC-4	68
GRÁFICO 10 – ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS E TIPO DE FC	72
GRÁFICO 11 – ASPECTOS POLÍTICOS DOS PAPÉIS E SEXO	72
GRÁFICO 12 – ASPECTOS DE INFLUÊNCIA POSITIVA E NÍVEL DA FC	76
GRÁFICO 13 – PONTOS DE VISTA E ÁREA DE LOTAÇÃO	80
GRÁFICO 14 – PONTOS DE VISTA E NÍVEL DA FC	81
GRÁFICO 15 – PONTOS DE VISTA E TIPO DA FC	81
GRÁFICO 16 – MÉDIA GERAL DA TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO	82
GRÁFICO 17 – REPRESENTAÇÃO DA TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO POR RESPONDENTE	83
GRÁFICO 18 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO POR ÁREAS DE LOTAÇÃO	84
GRÁFICO 19 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO ÁREA ADMINISTRATIVA	84
GRÁFICO 20 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO ÁREA LEGISLATIVA	85
GRÁFICO 21 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO ÁREA POLÍTICA	85
GRÁFICO 22 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO POR NÍVEL DE FC	87
GRÁFICO 23 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO FC-1 E FC-2	88
GRÁFICO 24 – TENDÊNCIA DE POLITIZAÇÃO FC-3 E FC-4	88

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RESUMO DA TIPOLOGIA DE MARVICK	25
QUADRO 2 – AGENTES DE DOWNS - MOTIVAÇÕES E COMPORTAMENTOS ASSOCIADOS	26
QUADRO 3 – CENÁRIO DE EVOLUÇÃO DOS PAPÉIS	30
QUADRO 4 – ASPECTOS ENFATIZADOS NOS PAPÉIS SEGUNDO ABERBACH <i>ET AL</i>	34
QUADRO 5 – PERFIL DO PROFISSIONAL BUROCRATA E DO DIRIGENTE PÚBLICO	38
QUADRO 6 – SÍNTESE DO REFERENCIAL TEÓRICO	46
QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO DA UNIDADES POR ÁREAS	51
QUADRO 8 – RELAÇÕES ENTRE OBJETIVOS, TEORIA E INSTRUMENTO DE PESQUISA	52
QUADRO 9 – RELAÇÃO ESCALA E DIREÇÃO	60
QUADRO 10 – DESCRITIVA DOS ASPECTOS COMPONENTES DOS PAPÉIS	63
QUADRO 11 – DESCRITIVA DOS ASPECTOS REFERENTES AOS POSTOS DE TRABALHO	75
QUADRO 12 – DESCRITIVA DOS ITENS PONTOS DE VISTA SOBRE POLITIZAÇÃO	79

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Burocracia no contexto da Administração Pública.....	20
2.1.1 Estudos seminais.....	20
2.1.2 Estudos com foco nos agentes	24
2.1.3 Burocracia como modelo de administração pública	28
2.2 Os papéis da Burocracia	29
2.2.1 A evolução dos papéis	30
2.2.2 Os papéis atuais	33
2.2.3 Papéis no âmbito do Poder Legislativo – estudos exploratórios	39
2.3 Politização da Burocracia	42
2.3.1 Perspectivas de análise da politização	42
2.4 Síntese do referencial teórico.....	45
3 METODOLOGIA	49
3.1 Tipo de pesquisa	49
3.2 Âmbito de pesquisa.....	49
3.3 Sujeitos de pesquisa	51
3.4 Instrumento de pesquisa.....	52
3.5 Coleta de dados	53
3.6 Procedimentos para análise dos dados.....	54
3.6.1 Análise Fatorial Exploratória.....	56
3.6.1.1 Escala de Aspectos Componentes dos Papéis (EACP).....	57
3.6.1.2 Escala de Aspectos do Posto de Trabalho (EAPT).....	58
3.6.1.3 Escala de Pontos de Vista sobre Politização (EPVP)	58
3.6.2 Testes estatísticos.....	59

3.7 Método para avaliação da tendência de politização dos papéis	60
4 ANÁLISES E RESULTADOS	61
4.1 Aspectos componentes dos papéis	62
4.1.1 Aspectos políticos dos papéis	69
4.1.1.1 Aspectos políticos dos papéis e Área de Lotação	69
4.1.1.2 Aspectos políticos dos papéis e Idade.....	70
4.1.1.3 Aspectos políticos dos papéis e Nível da FC	71
4.1.1.4 Aspectos políticos dos papéis e Filiação Partidária	71
4.1.1.5 Aspectos políticos dos papéis e demais variáveis.....	72
4.1.2 Aspectos técnicos dos papéis	73
4.1.2.1 Aspectos técnicos dos papéis e Nível da FC.....	73
4.1.2.2 Aspectos técnicos dos papéis e demais variáveis	73
4.2 Aspectos que influenciam a politização.....	74
4.2.1 Aspectos de influência positiva	75
4.2.1.1 Aspectos de influência positiva e Área de Lotação	75
4.2.1.2 Aspectos de influência positiva e Nível da FC	76
4.2.2 Aspectos de influência negativa.....	77
4.2.2.1 Aspectos de influência negativa e Nível da FC	77
4.2.2.2 Aspectos de influência negativa e Tipo da FC.....	78
4.2.2.3 Aspectos de influência negativa e Área de Lotação	78
4.3 Pontos de vista sobre politização	79
4.4 Análise da tendência de politização.....	82
4.4.1 Tendência de politização e Área de Lotação	84
4.4.2 Tendência de politização e Nível da Função de Confiança	87
4.4.3 Tendência de politização e demais variáveis.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa	97
APÊNDICE B – Dados demográficos e funcionais dos pesquisados	99
APÊNDICE C – Tabelas de resultados da pesquisa.....	101
APÊNDICE D – Análises e testes estatísticos	108
APÊNDICE E – Íntegra dos comentários dos pesquisados	122

1 APRESENTAÇÃO

Ao longo da história da administração pública houve intensa discussão sobre as relações entre política e burocracia e suas implicações para uma boa gestão do aparelho do Estado e para manutenção da ordem democrática. Já no ano de 1887, em seu clássico texto “*Study of Public Administration*”, Wilson (1856-1924)¹ buscava estabelecer nitidamente os limites entre política e burocracia. Contrário ao sistema de espólios² característico da época, o autor afirmava que “as questões administrativas não são questões políticas” e que não obstante “a política determine as tarefas da administração, não se deve tolerar que ela maneje as suas repartições” (WILSON, 2005, p. 358).

Outros importantes teóricos seguiam essa visão dominante na época. Frank Goodnow (1859-1939), autor do tratado “*Politics and Administration*”, publicado em 1900, argumentava que as funções do Estado são naturalmente divididas em “expressão da vontade pública – política” e “execução dessa vontade – administração”. Luther Gulick (1892-1993), professor presidente do Instituto de Administração Pública da Universidade de Colúmbia, entendia que a combinação institucional dessas duas funções não era possível “sem produzir ineficiência” (ABERBACH, ROCKMAN; PUTNAM, 1981, p. 4).

Em seu modelo ideal delineado no início do Século XX, Max Weber (1864-1920) definia diferentes *ethos* para políticos e burocratas e delimitava, teoricamente, que o burocrata deveria manter-se “acima dos partidos – fora da luta pelo poder próprio”; enquanto “a luta pelo poder próprio e pela conseqüente *responsabilidade* própria por sua causa é o elemento vital” do político. O sociólogo argumentava que necessidades irrecusáveis e puramente técnicas da administração, condicionavam o desenvolvimento do funcionalismo moderno, profissional e vitalício, no sentido contrário ao sistema de espólios típico dos Estados Unidos, que provocava a troca de milhares de funcionários públicos a cada resultado das eleições presidenciais (WEBER, 2009, p. 536).

Com o passar dos anos, estudos buscaram argumentar em sentido diverso. Dwight Waldo (1913-2000), autor da obra “*The Administrative State*”, publicada em 1948, criticava a visão científica de separação entre administração e política, pois considerava que Administração Pública

¹ Thomas Woodrow Wilson foi eleito presidente dos Estados Unidos por duas vezes e governou o país de 1912 a 1921.

² O sistema de espólios, *spoil system* em inglês, caracterizava o cenário americano na época, no qual os cargos públicos eram distribuídos aos partidários do político vencedor das eleições.

é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes. O autor criticava a visão técnica e científica de Wilson e Goodnow e afirmava que “a ideia de que a eficiência é um conceito de valor neutro, ou pior ainda, contrário à democracia, é um dos grandes obstáculos no caminho do desenvolvimento da teoria democrática” (WALDO, 2012a, p. 541).

Um amplo estudo conduzido por Aberbach, Putnam e Rockman (1981), com foco em políticos (membros do parlamento) e burocratas (servidores sênior do Poder Executivo) de sete países democráticos do Ocidente – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda e Suécia – revelou que, diante da complexidade dos desafios que se apresentaram ao Estado ao longo do tempo, tornou-se impossível, no mundo real, a existência de uma burocracia totalmente técnica e neutra, que não influenciasse o processo de *policymaking* de alguma maneira, seja na interpretação da lei, no estabelecimento de regras, ou por meio de recomendações feitas aos políticos. No outro sentido do movimento, observou-se, em menor medida, que os políticos se viram diante da necessidade de dominar questões técnicas e práticas para subsidiar a defesa de suas propostas e ideais, frente a um público cada vez mais exigente e bem informado. Na literatura, referências denominaram esse fenômeno de “politização da burocracia e burocratização da política” (HECLO, 1977; ABERBACH *et al* 1981).

No início deste século, Peters e Pierre (2004) consolidaram estudos nos quais diversos especialistas analisaram como a questão da politização se apresentou em diferentes países ao longo das últimas décadas e buscaram identificar possíveis consequências do fenômeno ao longo desse período. Em suas conclusões, fizeram forte associação entre o aumento da politização e os impactos das reformas gerenciais implantadas a partir da década de 1980 na maioria dos governos ocidentais. Os autores argumentaram no sentido de que apesar de certo nível de politização ser aceitável em todos os governos, existe uma preocupação atual no sentido de que esses limites de aceitação possam estar sendo violados. Assim, atentaram para o caráter cíclico desse processo e para possíveis tentativas de movimentos contrários.

Ao buscar referências teóricas sobre essas questões no Brasil, também se verificou um gradual enfraquecimento da visão dicotômica sobre os papéis de políticos e burocratas na gestão do Estado e um recente fomento à discussão de temas anteriormente negligenciados nos debates. Alguns estudos buscaram revelar novas facetas e múltiplos aspectos a serem considerados nas relações entre burocracia, política e controles democráticos (RUA, 1997; LOUREIRO, ABRUCIO,

ROSA, 1998; OLIVIERI, 2007; DE BONIS, PACHECO, 2010; LOUREIRO, OLIVIERI, MARTES, 2010; OLIVIERI, 2011).

Não obstante, considera-se que ainda há muitas lacunas de estudo e um amplo campo de análise a ser explorado, em especial no âmbito do Poder Legislativo. A literatura aponta que no desempenho de seus papéis, os servidores estão envolvidos em atividades de relevância substantiva para os resultados políticos, no entanto, os detalhes dessas atividades, suas relações com parlamentares e demais atores envolvidos no processo, bem como os limites de autonomia, restrições e constrangimentos a que estão sujeitos em razão da posição hierárquica, permanecem abertos ou relativamente obscurecidos (ROMZEK, 1996; WINZEN, 2011).

Essa escassez de estudos, em especial no Brasil, não é compatível com a relevância do tema. Isso porque para realizar suas atribuições constitucionais – legislar, fiscalizar e representar – o Poder Legislativo não pode prescindir de sua função administrativa, enfrentando, assim, os mesmos dilemas acerca das relações entre seus principais atores no processo de gestão pública. Ademais, também no âmbito do Poder Legislativo, as interações entre política e burocracia impactam decisões que se refletem na formulação, implementação e manutenção de políticas públicas que afetam toda a sociedade. Por essas razões, o presente trabalho objetiva dar início a uma série de estudos sobre as relações entre política e burocracia no âmbito do Poder Legislativo no Brasil. Por se tratar de tema complexo e em razão do tempo que se dispõe para um estudo de Mestrado, buscou-se delimitar a questão e dar ênfase à seguinte pergunta de pesquisa:

Quais são as tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados?

Além do objetivo geral de:

- Identificar tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados.

O presente estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Identificar categorias mais associadas às tendências de politização dos papéis dos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados.
- Identificar os aspectos técnicos e políticos³ mais enfatizados nos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados.

³ Aspectos políticos dos papéis dos servidores, nesse contexto, referem-se àqueles que podem influenciar de alguma forma os resultados políticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Burocracia no contexto da Administração Pública

O conceito de burocracia pode ser interpretado em diferentes sentidos, a depender do contexto. Bresser-Pereira (1995, p.89) conceitua burocracia pública, em sentido subjetivo, como “um corpo de funcionários hierarquicamente organizados, que se ocupa da administração” do Estado. Em sentido mais amplo, o termo pode ser definido como um sistema de controle social baseado na racionalidade – adequação dos meios para se alcançar os fins –, tendo como referência a eficiência para alcançar os resultados esperados (MATIAS-PEREIRA, 2014. p. 63).

Outras considerações revelam significados mais complexos e abstratos para o termo: Azevedo e Loureiro (2003, p. 57) comentam que os princípios do modelo burocrático “constituem requisito para ordem republicana e democrática, assim como para a concretização do Estado de Direito”; enquanto Olivieri (2011, p. 1396) afirma que a burocracia não é apenas o conjunto dos funcionários públicos e dos processos administrativos, mas um dos “fundamentos do exercício do poder estatal e do governo democrático”.

No senso comum, o termo burocracia adquiriu significado pejorativo, sendo associado, muitas vezes, ao excesso de papelório, à lentidão na solução de problemas e a procedimentos redundantes. Em língua inglesa, consolidou-se o termo *red-tape*, também pejorativo, em alusão às fitas vermelhas utilizadas para amarrar documentos e papéis oficiais, prática comum de advogados e funcionários públicos (BERGUE, 2011)

Diante da multidisciplinariedade e complexidade do fenômeno, o tema estudado há mais de um século no âmbito das ciências sociais, ciência política e administração pública, dentre outras, continua na pauta de importantes discussões muito atuais.

2.1.1 Estudos seminais

Max Weber, considerado um dos fundadores da sociologia, foi o responsável pelos estudos seminais sobre o tema. Sua obra, de enorme alcance e complexidade, inspirou pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e diferentes correntes epistemológicas, dando margem a entendimentos diversos sobre a questão (MATIAS-PEREIRA, 2014).

Qualquer sociedade, organização ou grupo que se baseie na racionalidade é uma burocracia, segundo Weber. De acordo com o autor, as organizações formais modernas de sua época baseavam-

se em leis que as pessoas aceitam por acreditarem que são racionais, isto é, definidas em função do interesse das próprias pessoas e não para satisfazer aos caprichos arbitrários de dirigentes. As pessoas que integram as organizações modernas aceitam que algumas pessoas representem a autoridade da lei, uma vez que a autoridade é contrapartida da responsabilidade que têm essas pessoas de zelar pelo cumprimento da lei. As organizações burocráticas apresentam três características que as distinguem dos grupos informais ou primários: formalidade, impessoalidade e profissionalismo (MAXIMIANO, 2012).

Weber se preocupou com a questão da burocracia ao tratar, na sociologia, das formas pelas quais o poder e a dominação moldam a ação social e as relações entre os indivíduos (OLIVIERI, 2011). O autor definiu dominação como a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de um grupo de pessoas, esclarecendo que um mínimo de vontade ou interesse na obediência faz parte de toda relação autêntica de dominação (WEBER, 2012).

Segundo Weber, há três formas de dominação legítimas: 1) a dominação legal, racional ou burocrática – “baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens estão nomeados para exercer a dominação”; 2) a dominação tradicional – “baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade”; e 3) a dominação carismática – “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 2012, p.139).

A ocupação de um cargo na burocracia, em seu tipo puro, equivale a um dever de fidelidade para com o cargo – impessoal e objetivo, sem que se estabeleçam relações de dominação pessoal – características das relações feudais ou patrimoniais. Ocupando o lugar do antigo “senhor”, encontram-se “as ideias e valores culturais de uma comunidade”, seja ela uma empresa, uma igreja, um partido ou até mesmo o próprio Estado (WEBER, 2009, p. 200).

Para Weber (2009, p. 529), o notável avanço das organizações burocráticas se justificava pela sua superioridade técnica. Segundo o autor, “do mesmo modo que o chamado progresso em direção ao capitalismo, desde a Idade Média, é o critério unívoco da modernização da economia”, o progresso em relação ao funcionalismo burocrático “é o critério igualmente unívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico quanto do democrático”. Com o objetivo de

estabelecer um tipo genérico de organização que explicasse os motivos dessa superioridade, referiu-se a um tipo ideal⁴, com as seguintes características:

- a. Princípio das competências oficiais fixas (distribuição fixa das atividades necessárias para a realização dos deveres oficiais, distribuição fixa dos poderes de mando e meios coativos fixamente delimitados por regras, planejamento de providências e contratação de pessoas qualificadas segundo critérios gerais);
- b. Princípio da hierarquia de cargos e sequência das instâncias;
- c. Documentação dos atos e decisões e delimitação do quadro de funcionários, separando-se o domínio público do privado;
- d. Especialização das tarefas e intensa instrução na matéria;
- e. O cargo como ocupação principal e não como uma atividade acessória – profissionalização da força de trabalho;
- f. Administração dos funcionários de acordo com regras gerais – o conhecimento dessas regras constitui uma “arte especial”;
- g. Valorização da qualificação – certificados de formação.

O conceito de “tipo ideal” gerou interpretações divergentes e críticas aos estudos de Weber, como se o autor tivesse prescrito um modelo de organização a ser seguido. A partir desse conceito, foram feitas análises dos desvios organizacionais percebidos em relação aos parâmetros tomados como ideais, conhecidos como disfunções da burocracia. Na literatura administrativa sobre o tema, destacam-se os estudos que assinalaram disfunções como: internalização e elevado apego a normas; resistência a mudanças; despersonalização dos relacionamentos; particularismo; excesso de regras; ausência de inovação e hierarquização do processo de decisão (BERGUE, 2011).

Outros especialistas, entretanto, compreenderam que o sociólogo não pretendeu formular ou propor modelos de administração a serem adotados como paradigma. Compartilha dessa visão Wahrlich (1986, p. 164), que em sua análise das teorias das organizações argumenta que “nos termos da concepção weberiana de ‘tipo ideal’, esse modelo não poderia, evidentemente, ter caráter prescritivo”. Muito pelo contrário, era “puramente descritivo de uma ‘utopia burocrática’ destinada a servir de ponto de partida para o estudo analítico das burocracias efetivamente existentes”.

⁴ Tipo ideal, segundo Maximiano (2012) é um modelo abstrato que procura retratar os elementos que constituem qualquer organização formal do mundo real.

Denhardt (2012, p. 38) acrescenta que o tipo ideal de Weber “não significava ideal no sentido normativo”, mas sim “uma abstração e elaboração de um conjunto particular de elementos cuja combinação revela um significado cultural especial”.

Um exame mais atento da obra weberiana revela uma visão bem mais complexa, às vezes crítica, a respeito de seu objeto de estudo. Segundo Weber (2009, p. 225) “o poder da burocracia plenamente desenvolvida é muito grande, e, em condições normais, enorme”, uma vez que se fundamenta em aspectos essenciais como o domínio do conhecimento técnico especializado e o domínio do saber oficial, que se tornam as bases da posição de poder dos detentores de cargos oficiais. Ao observar o trecho copiado a seguir, percebe-se que o sociólogo já previra potenciais conflitos decorrentes do crescimento exagerado da dominação racional-legal e a necessidade de controle da burocracia, tema na pauta de discussões muito atuais:

Os políticos têm que constituir o contrapeso do funcionalismo. Mas a isto opõe resistência o interesse de poder das instâncias dirigentes da burocracia, as quais sempre aspirarão à liberdade incontrolada e, sobretudo, à monopolização dos cargos de ministro para a ascensão de funcionários (WEBER, 2009, p. 564).

Weber (2009, p. 564) ressaltava o desempenho brilhante da burocracia na “execução de tarefas oficiais fixamente delimitadas, de caráter especializado, seu sentimento de dever, sua objetividade e sua capacidade de resolver problemas organizatórios”, mas argumentava que apesar de a burocracia dispor de capacidades que garantem sua indiscutível superioridade técnica não deveria dispor, por outro lado, da capacidade de assumir responsabilidades políticas. Essa capacidade deveria ser exercida por um líder responsável que, segundo o autor, representa a expressão de um mínimo de aceitação dos governados em relação à dominação exercida por meios burocráticos. Denhardt (2012, p. 42) destaca que, segundo Weber, o surgimento de líderes carismáticos com poder para controlar os sistemas de administração burocrática seria a esperança para que se pudesse “escapar ao padrão de regulação social crescente” desse tipo de organização.

Em suma, destaca-se que com seus estudos e métodos, Weber demonstrou que os cientistas sociais podem oferecer uma análise objetiva do impacto dos eventos sociais sobre os indivíduos e as sociedades (DENHARDT, 2012). Suas análises inspiram estudos até os dias de hoje, a exemplo do realizado por Evans e Rauch (1999) já no limiar do século XXI, baseado em uma “escala de weberianismo”. Dentre outros importantes trabalhos influenciados pelo sociólogo ao longo do século, destacam-se os de Marvick (1954) e Downs (1967), que serão sintetizados a seguir.

2.1.2 Estudos com foco nos agentes

Alguns estudiosos se dedicaram à análise da burocracia pública a partir de uma melhor compreensão das características, motivações e interesses de seus atores ou agentes – os burocratas⁵ – e buscaram identificar padrões que pudessem explicar o comportamento desses profissionais. Em estudo que analisou os servidores públicos federais brasileiros e sua postura face ao trabalho, no âmbito do Poder Executivo, Oliveira (2007) destacou a importância desses trabalhos, ao afirmar que apesar da importância das perspectivas de análise da burocracia que enfatizam as organizações, as regras e a racionalidade econômica, “as pessoas que compõem a burocracia também importam. Seus valores e suas atitudes afetam a maneira como a burocracia – esse ser abstrato – toma forma perante a sociedade” (OLIVEIRA, 2007, p. 277).

Dwaine Marvick, autor da obra *Career Perspectives in a Bureaucratic Setting* (1954), identificou três categorias de agentes burocráticos – institucionalistas, especialistas e híbridos. Os institucionalistas são servidores públicos muito leais à sua organização e nela buscam progredir e ocupar posições de prestígio em uma carreira longa, se possível por toda a vida. São vinculados ao lugar e costumam defender a missão e a razão de ser de sua organização, sem, no entanto, se comprometer com metas e resultados. Os especialistas são mais motivados por trabalhos nos quais podem explorar suas habilidades e conhecimentos, com liberdade e autonomia. Não são particularmente leais à uma organização, nem demonstram interesse por posições de prestígio. São leais a sua profissão e tendem a trilhar carreira mais diversificadas do que as dos institucionalistas, em razão de diferentes experiências profissionais no setor privado, público e governamental. Os híbridos são peritos politizados que possuem flexibilidade para usar “quer lugar quer habilidade” como critério principal para a realização de seus objetivos profissionais, dependendo das circunstâncias. Não são leais nem à organização (lugar) nem à sua profissão original (habilidade), mas valorizam a possibilidade de alta compensação financeira. Por apresentarem características em comum tanto com os especialistas quanto com os institucionalistas, adaptam-se bem em seus empregos (MARVICK, 1954; KAZSNAR, 1996). O Quadro 1 apresenta resumidamente essas ideias.

⁵ Podem ser encontradas diversas denominações para se referir a esses agentes, dentre elas, servidores públicos, agentes públicos, servidores de carreira, funcionários públicos, oficiais públicos, oficiais de carreira.

Quadro 1 – Resumo da tipologia de Marvick

Tipo de agente	Principais Características
Institucionalistas	Lealdade à organização. / Vínculo ao lugar (organização). / Apego às regras e regulamentações. / Ênfase na progressão na carreira e ocupação de posições de prestígio / Orientação para benefícios. / Sociabilidade / Atitude passiva em relação ao trabalho.
Especialistas	Foco em suas habilidades e conhecimentos. Vínculo à profissão (habilidades). / Aspiração por liberdade e autonomia para fazer seu trabalho. / Experiência profissional em uma área. / Orientação para tarefas. / Desapego em relação a qualquer organização.
Híbridos	Alto nível de educação e especialização. / Sem vínculos (nem à organização nem à profissão original) / Experiência profissional diversificada, tanto no setor público quanto no privado. / Desinteresse por prestígio organizacional. / Desejo de atingir altas posições executivas e traçar uma carreira de sucesso na administração pública. / Foco em metas mais restritas, de caráter pessoal.

Fonte: elaboração própria

Outro importante estudioso do tema foi Anthony Downs, autor da obra *Inside Bureaucracy* (1967). Os estudos do autor ajudaram a consolidar o tema na Escola da *Public Choice*, reforçando a tese de que os burocratas, bem como os demais agentes sociais, buscam atingir seus objetivos de forma racional, ou seja, agem da maneira mais eficiente possível, dadas as suas capacidades limitadas e o custo informacional. Sua teoria se amparava em três hipóteses centrais: 1) os burocratas são maximizadores de utilidade; 2) agentes burocráticos, em geral, possuem um conjunto complexo de objetivos a serem atingidos, incluindo poder, renda, prestígio, segurança, conveniência, lealdade (a uma ideia, uma instituição ou à nação), orgulho do trabalho excelente, e desejo de servir ao interesse público; 3) as funções sociais de cada organização influenciam fortemente sua estrutura interna e comportamento, e vice-versa (DOWNS, 1967 – tradução da autora).

A partir de suas análises, o autor identificou nove diferentes motivações dos agentes, que permitem inúmeras combinações, considerando que nem todos os burocratas são influenciados no mesmo grau por cada um desses objetivos. Por razões metodológicas, o autor priorizou cinco subgrupos de interesses predominantes como tipos ideais de análise e categorizou os burocratas em alpinistas, conservadores, defensores, militantes e homens de Estado. As motivações dos dois primeiros são primordialmente de interesse pessoal, enquanto os demais possuem motivações que conciliam interesses próprios e outros mais altruístas (DOWNS, 1967).

- Os alpinistas possuem como motivadores principais o poder, a renda e o prestígio. Esses atores buscam promoção a postos mais elevados na hierarquia, funções com maior retorno

financeiro em outra instituição ou expansão das funções e responsabilidades na posição que ocupa.

- Os conservadores almejam segurança e conveniência. Ao contrário dos anteriores, não buscam promoções, uma vez que se apegam a regras e procedimentos e se opõem a mudanças.
- Os defensores são motivados pelo poder e por interesse público, no sentido da promoção de objetivos da organização a qual pertence. Mudam o escopo das políticas defendidas em função de sua posição na hierarquia, buscam mais responsabilidades, apoio e dinheiro para promover as políticas que favoreçam a organização.
- Os militantes são motivados por comprometimento e por interesse público mais restrito, relacionado a políticas consideradas sagradas. Buscam superar os obstáculos e atacar o *status quo*.
- Os homens de Estado são motivados por interesse público mais amplo, relacionados à sociedade como um todo. Defendem expansão de forma não partidária e isolam-se de atividades administrativas.

O quadro 2 apresenta uma associação entre os principais motivadores dos agentes de Downs (1967) e os comportamentos considerados na pesquisa para identificação dessa tipologia:

Quadro 2 – Agentes de Downs - motivações e comportamentos associados

Agentes burocráticos (termo original)	Motivadores principais	Afirmações utilizadas por Lind (1991); Brewer e Maranto (2000) para identificação dos perfis dos agentes burocráticos
<u>Alpinistas</u> <u>(climbers)</u>	Poder: Exercício de autoridade e responsabilidade em determinados assuntos	<ul style="list-style-type: none"> • Foi o salário que me atraiu para o serviço público federal. • A ascensão funcional é um objetivo fundamental para mim.
	Renda: Retorno financeiro da Atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Eu gostaria de ter mais responsabilidades e funções associadas ao meu posto atual.
	Prestígio: Reconhecimento por outras pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Para trocar um cargo por outro, dentro do serviço público, é preciso haver vantagem financeira. • Considero os anos de exercício de cargos de chefia como indicador importante do sucesso.

Agentes burocráticos (termo original)	Motivadores principais	Afirmações utilizadas por Lind (1991); Brewer e Maranto (2000) para identificação dos perfis dos agentes burocráticos
<u>Conservadores</u> <i>(conservers)</i>	Segurança: Manutenção do nível presente de poder, renda e prestígio	<ul style="list-style-type: none"> • Eu entrei no serviço público porque queria ter estabilidade no emprego. • Mudanças que não elevem o meu volume de trabalho ou minhas atribuições são bem-vindas. • Deve-se agir sempre de acordo com as normas e regras de procedimento firmadas formalmente. • Gostaria de manter minhas atribuições atuais e diminuir o ritmo de trabalho. • Eu aceitaria mudar de equipe mesmo se a única vantagem oferecida fosse um ambiente de trabalho mais tranquilo.
	Conveniência: Redução do esforço empregado	
<u>Defensores</u> <i>(advocates)</i>	Interesse público flexível: Promoção de objetivos da organização a qual pertence	<ul style="list-style-type: none"> • É importante defender os objetivos do órgão onde trabalho em todas as circunstâncias. • Eu ajudo a divulgar as ações e atividades do meu departamento ou órgão. • Procuo dar o máximo nas minhas atividades, independente do órgão ou equipe onde trabalho.
	Poder: Exercício de autoridade e responsabilidade em determinados assuntos	
<u>Militantes</u> <i>(zealots)</i>	Interesse público restrito Promoção de políticas públicas muito específicas	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos humanos e financeiros de um departamento ou órgão devem ser sempre concentrados em apenas uma política específica. • Não existem obstáculos na implementação de ações de políticas públicas que não possam ser superados com esforço e dedicação. • Os servidores públicos devem sempre questionar o estado atual das políticas públicas nas organizações onde trabalham. • No serviço público, tenho a oportunidade de trabalhar pelas políticas, programas ou projetos em que acredito.
	Comprometimento: Ligação com um programa específico de ação	
<u>Homens de Estado</u> <i>(statesmen)</i>	Interesse público amplo: promoção dos interesses da sociedade como um todo.	<ul style="list-style-type: none"> • Foi a oportunidade de trabalhar pela sociedade brasileira que me atraiu para o serviço público. • Os interesses da sociedade brasileira são sempre mais importantes do que os interesses de quem está no poder. • Atividades administrativas e operacionais não me agradam.

Fonte: adaptado de Oliveira (2007, p. 281 e 287)

Os estudos de Downs (1967) influenciaram diversos trabalhos posteriores sobre o comportamento dos burocratas, dentre eles os de Lind (1991); Kasznar (1996); Brewer e Maranto (2000) e Oliveira (2007).

2.1.3 Burocracia como modelo de administração pública

Assim como no setor privado, os modelos de administração pública evoluíram ao longo do tempo e buscaram responder, mesmo que com certa defasagem temporal, às novas demandas da sociedade em cada momento histórico. Sabe-se que essas transições não acontecem de forma delimitada e estanque, entretanto, para fins analíticos, a literatura contemporânea classifica, de acordo com os períodos considerados paradigmáticos desde o Estado moderno, os seguintes modelos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial (KEINERT, 1994).

Bresser-Pereira (1996) esclarece que a administração patrimonialista se caracterizava pelo nepotismo, empreguismo, corrupção e pela total mistura entre patrimônio público e privado. Esse modelo, que funcionara bem em tempos de monarquias absolutas, revelou-se incompatível com as necessidades do emergente capitalismo industrial e das democracias parlamentares no final do século XIX. O novo cenário exigia a clara separação entre o Estado e o mercado e a consolidação de uma sociedade civil que fosse distinta ao mesmo tempo controlasse o Estado. Nesse contexto, assistiu-se à transição do modelo patrimonialista para o burocrático, que aconteceu nos principais países europeus no final do século XIX, nos EUA no começo do século XX e, no Brasil, na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, tendo como marco a criação do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, em 1938 (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Algumas décadas mais tarde, no entanto, a administração pública burocrática, que se revelara efetiva em combater a corrupção e o nepotismo no pequeno Estado Liberal, demonstrava ser ineficiente e incapaz de atender com qualidade as novas demandas do Estado Social do século XX. O novo modelo proposto, inspirado na administração de empresas do setor privado, tem como pressupostos a descentralização das decisões e funções do Estado, autonomia no que diz respeito à gestão de recursos humanos, materiais e financeiros e ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público. Delinearam-se, assim, os contornos da nova administração pública, que se consolidou inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente nas décadas de 1970 e 1980. No Brasil, a reforma gerencial foi implementada em meados da década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso (BRESSER-PEREIRA, 1996; MATIAS-PEREIRA, 2012).

Em que pesem as mudanças e inovações introduzidas pelas reformas gerenciais em vários países do mundo, o modelo burocrático se mantém. Dentre as razões para isso, está o fato de que, nos governos democráticos, “o aparato burocrático é o responsável pela garantia das regras legais que sustentam o sistema político” (OLIVIERI, 2011, p. 1398).

2.2 Os papéis da Burocracia

Falar-se dos papéis⁶ da burocracia nos remete ao clássico modelo *weberiano* delineado no final do século XIX. Em seus estudos sobre as organizações no modelo de dominação racional-legal, Max Weber definia diferentes *ethos* para políticos e burocratas e definia princípios de comportamento para cada um deles. Nesse modelo, burocratas deveriam seguir o princípio *sine ira et studio* – um comportamento de tal forma imparcial, que exclui dos negócios oficiais o amor, o ódio e as preferências. Caberia ao burocrata o cumprimento de tarefas a partir do conhecimento técnico especializado e segundo regras objetivas e impessoais, bem como a atuação como conselheiros desinteressados e imparciais, mantendo-se “acima dos partidos – fora da luta pelo poder próprio”. Os políticos, por outro lado, deveriam ser regidos pelo princípio *ira et studium* – um comportamento apaixonado de quem deve tomar uma posição e ser responsável por uma causa, lutar pelo poder e arcar com a responsabilidade decorrente desse poder (WEBER, 2009).

Acerca da delimitação teórica, Weber (2002, p. 170) afirmava que os “tipos ‘puros’ devem ser considerados como casos marginais, especialmente valiosos e indispensáveis à análise. Esclarecia, no entanto, que as “realidades históricas, que quase sempre surgem em formas mistas, se movimentam entre esses tipos puros”. Nesse sentido, já reconhecia as dificuldades para a distinção entre questões políticas e administrativas, uma vez que problemas técnicos podem assumir significado político e terem sua solução influenciada por considerações políticas.

Weber (2002) alertava, ainda, quanto aos profundos desafios que seriam enfrentados por esses atores no desempenho de seus papéis. Segundo o sociólogo, toda atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas fundamentalmente diferentes – ética da convicção (também traduzida como ética das últimas finalidades) e ética da responsabilidade. O autor argumentava que, em que pese isso não significar que “uma ética das últimas finalidades seja idêntica à irresponsabilidade, ou que a ética de responsabilidade seja idêntica ao oportunismo sem princípios”, há um contraste abismal entre a conduta de quem segue a ética dos objetivos finais e a conduta de quem segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem que prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos (WEBER, 2002, p. 84).

⁶ Na literatura, os termos função e papel são normalmente considerados sinônimos, indicando um conjunto de atribuições a serem desempenhadas no dia a dia do servidor. Considerando que no presente estudo o termo “função” será empregado para designar a Função de Confiança (FC) formalmente exercida pelos servidores efetivos para atribuições de chefia e assessoramento, o termo papel será designado em sentido mais amplo, representando o conjunto de atribuições, responsabilidades e atitudes do servidor no exercício de seu cargo e sua função.

Ao longo do tempo, verificou-se que, assim com os políticos, os burocratas se viram diante dos profundos dilemas sobre os quais Weber (2002) tratou em suas explanações sobre a “política como vocação”, uma vez que são atores que, muitas vezes, participam e influenciam o processo político. Em suas pesquisas de campo, Aberbach et al (1981, p. 5) verificaram que “mesmo se os funcionários públicos quisessem apenas seguir as ordens – e há alguma evidência de que muitos honestamente gostariam – há uma impossibilidade prática”, uma vez que os políticos não têm condições para decidir todas as milhares de questões políticas que enfrentam um governo moderno a cada ano. Rouban (2010, p. 337) complementa que, de certa forma, “todos os servidores públicos são políticos porque exige-se que tomem decisões políticas, adaptem-nas e expliquem-nas, em outras palavras, realizem um trabalho de natureza política que obviamente não está limitado à mera aplicação de normas jurídicas ou econômicas”. Toda a complexidade dessas questões tratadas desde o final do século XIX continuou sendo observada em diversas análises desde então. Dentre elas, destaca-se o amplo trabalho de pesquisa realizado por Aberbach *et al* (1981), em parte sintetizado na sequência.

2.2.1 A evolução dos papéis

Em seus estudos, Aberbach *et al* (1981) traçaram uma série de imagens⁷ que buscava descrever a evolução das relações entre políticos e burocratas no cenário da Administração Pública ao longo do período 1870 -1980, sob a perspectiva do aumento da complexidade e do escopo dos papéis desempenhados por esses atores, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Cenário de evolução dos papéis

	Cenário I 1870 -1920	Cenário II 1920-1950	Cenário III 1951-1979	? Cenário IV A partir de 1980
Implementação de políticas	Burocrata	Burocrata	Burocrata	Burocrata
Formulação de políticas	Político	Burocrata/Político	Burocrata/Político	Burocrata/Político
Intermediação de interesses	Político	Político	Burocrata/Político	Burocrata/Político
Articulação de ideais	Político	Político	Político	Burocrata/Político

Fonte: Adaptado de Aberbach *et al* (1981, p. 239)

⁷ O termo “imagem” foi escolhido pelos pesquisadores, em vez de teoria ou modelo, uma vez que não tinham pretensão de testar essas imagens de forma rigorosa, mas tão somente utilizá-las como interpretações da divisão do trabalho entre políticos e burocratas e, com isso, iluminar os padrões empíricos de seus dados.

Na imagem I, intitulada Política/Administração, os autores descrevem a mais antiga teoria, na qual os políticos devem fazer política e tomar decisões, enquanto os burocratas devem simplesmente implementar essas decisões. Essa imagem foi corroborada pelos pensadores do final do século XIX e início do século XX, em especial Wilson (1887), mas “assume um grau de hierarquia da autoridade, da simplicidade da decisão e da supremacia política eficaz que agora parece irreal para estudantes de governo moderno”. Os pesquisadores ressaltam que, em desacordo com a Imagem I, burocratas qualificados e experientes ganharam uma influência predominante sobre a evolução da agenda de decisão. Segundo eles, “até mesmo os mais ortodoxos participantes no processo admitem que os burocratas de hoje fazem mais do que simplesmente implementar as decisões tomadas em outros lugares”. Em suas entrevistas, apenas um por cento dos altos funcionários públicos e apenas quinze por cento dos membros do parlamento concordam plenamente com a visão de que um alto funcionário deve limitar a sua atividade à aplicação precisa da lei. Nesse sentido, consideram que pelo menos nos níveis mais altos do governo, a Imagem I não é uma explicação adequada da divisão do trabalho entre políticos e burocratas (ABERBACH *et al*, 1981, p. 6).

A Imagem II, denominada Fatos / Interesses, supõe que políticos e funcionários públicos participam na elaboração de políticas, porém de forma diferente. Os funcionários públicos contribuem com fatos, conhecimento neutro – “neutral expertise” – e enfatizam a eficácia técnica da política, enquanto os políticos contribuem com valores, cuidam dos interesses, trazem sensibilidade política e enfatizam sua capacidade de resposta aos círculos eleitorais. Segundo esse modelo de divisão de tarefas, administradores proporcionam conhecimentos especializados, enquanto “as instituições democráticas (composto por políticos eleitos) encontram sua principal justificativa como um procedimento para a validação dos juízos de valor”. (ABERBACH *et al*, 1981, p. 6-7).

Os pesquisadores reconhecem que o modelo descrito na Imagem II encontra alguma ressonância nas evidências empíricas de seus estudos, incluindo, particularmente, suas conclusões sobre os tipos distintos de critérios que políticos e burocratas trazem para a discussão de questões públicas. No entanto, destacam que outros resultados colocam seriamente em questão a exatidão desta imagem como um relato abrangente da divisão do trabalho entre burocratas e políticos:

Por um lado, o aumento do nível de instrução e profissionalização dos políticos reduz a plausibilidade da sugestão de que os burocratas monopolizam a perícia. Mais importante ainda, vários estudos têm chamado a atenção para o papel das

agências burocráticas na mobilização e mediação de interesses setoriais (ABERBACH *et al*, 1981, p. 8 – tradução da autora).

Segundo os autores, era necessário formular uma terceira imagem que tentasse descrever melhor a relação entre políticos e burocratas. De acordo com a Imagem III, denominada Energia / Equilíbrio, tanto burocratas quanto políticos estão preocupados com a política, necessitam habilidades políticas e se envolvem na formulação de políticas. Entretanto, suas performances são diferentes: “enquanto os políticos articulam interesses amplos e difusos de indivíduos não organizados, os burocratas mediam interesses estreitos e focados em clientelas organizadas”. Suas características e temperamentos também são diferentes na visão dos observadores. Os políticos, em sua maioria, são apaixonados, partidários, idealistas e ideológicos; buscam publicidade e levantam questões inovadoras. Os burocratas são prudentes, moderados, práticos, pragmáticos, preferem os bastidores, o gerenciamento e os ajustes incrementais. Segundo os autores, a descrição contida nessa imagem é consistente com dados empíricos encontrados em suas pesquisas em importantes aspectos. Sob essa perspectiva de divisão do trabalho, os políticos energizam o sistema político enquanto os burocratas proporcionam equilíbrio à política (ABERBACH *et al*, 1981, p. 9).

Para chegarem as suas pressuposições acerca do delineamento da quarta imagem, os autores fazem um breve resumo das três imagens anteriores, destacando a progressiva sobreposição entre os papéis de burocratas e políticos ao longo do tempo, conforme segue:

Imagem I, que oferece a diferenciação mais clara, surgiu na última metade do século XIX, quando a distinção weberiana entre burocratas profissionais e políticos do partido estava se cristalizando. Imagem II, que admite um certo papel de formulação de políticas para os funcionários públicos, pode ser mais ou menos datada da primeira metade do século XX, enquanto a imagem III, que concede aos burocratas um papel um pouco mais político, foi extraído principalmente de escritos das últimas décadas (ABERBACH *et al*, 1981, p. 16 – tradução da autora).

A partir da constatação de que os dois papéis vinham progressivamente convergindo, os pesquisadores imaginaram que, por uma questão lógica, o último trimestre do Século XX testemunharia o virtual desaparecimento da distinção teórica weberiana entre os papéis de políticos e burocratas e o surgimento do que rotularam de “híbrido puro”, nome dado à Imagem IV. Essa tendência se revelou de formas diferentes em cada país. Na França e Japão, por exemplo, se percebeu uma elevada taxa de circulação entre as carreiras administrativa e política. Na Grã-Bretanha e Alemanha, postos anteriormente reservados a servidores públicos de carreira passaram a ser ocupados por simpatizantes políticos aptos a conciliar experiência e conhecimento com

compromisso político. Nos Estados Unidos e Canadá o aparecimento dos híbridos foi associado ao surgimento das agências centrais chave. (ABERBACH *et al*, 1981, p. 16).

Os profissionais híbridos são capazes de articular critérios de conhecimento técnico e experiência substancial aos de estratégia política. Estudo iniciado no Canadá, depois estendido para os Estados Unidos, Inglaterra e Suíça, revelou que esses profissionais – aos quais se referiram como “superburocratas” – se diferenciavam dos servidores mais tradicionais por possuírem uma “autoridade mais ampla e flexível”, “representatividade social e uma maior capacidade de inovação substantiva”. Outro exemplo de profissionais híbridos, que parece reforçar a hipótese de convergência de papéis, é o dos servidores do Congresso. Em especial nos Estados Unidos e, em menor número, nos outros países pesquisados, “a expansão das equipes legislativas tem sido justificada como uma forma de permitir que os políticos possam contrabalançar a crescente influência do executivo permanente” (ABERBACH *et al*, 1981, p. 18).

Acerca da Imagem IV, naquela ocasião Aberbach *et al* (1981) deixaram claro se tratar de um esforço para vislumbrar o futuro, que não poderia ser confundido com o presente. Os autores salientaram que “essas conjecturas permanecem especulativas”, uma vez que a “maioria das figuras que temos provisoriamente classificadas como híbridos puros ainda são relativamente raras na maioria dos países, e são normalmente encontradas em novos nichos”. Nesse sentido, destacam que nas democracias industrializadas de hoje “a maioria dos formuladores de política ainda se encaixam naturalmente em uma ou outra de nossas duas categorias básicas – políticos e burocratas”. (ABERBACH *et al*, 1981, p. 19).

2.2.2 Os papéis atuais

Os estudos conduzidos por Aberbach *et al* (1981) focaram políticos (membros do parlamento) e burocratas (servidores sêniores do Poder Executivo) de sete países. Sobre os pesquisados, é importante tecer alguns comentários. Os autores justificaram que sua amostra de políticos foi retirada dos parlamentos nacionais por três razões. Em primeiro lugar, relatam que o político profissional discutido por Max Weber é acima de tudo um político do partido, e, como “os parlamentos se tornaram a arena suprema da política partidária”, esta é a “casa” desses políticos. Em segundo lugar, asseguram que os “órgãos parlamentares sempre incluem em sua composição aqueles que irão ascender ao mais alto topo da liderança em seus sistemas”. A terceira razão diz respeito ao fato de que “os parlamentos são influentes na definição da política pública, embora sua

influência varie em grau de país para país”. A amostra de servidores públicos, mais complicada de ser definida na opinião dos autores, foi composta por altos funcionários administrativos (até o segundo nível abaixo do principal superior administrativo) de diversos ministérios localizados nas capitais de cada país e buscou refletir uma equivalência estrutural e funcional entre as amostras nacionais.

Em sua série de análises sobre as similaridades e diferenças nas experiências, conhecimentos, perspectivas, comportamento e responsabilidades de políticos e burocratas, Aberbach *et al* (1981) identificaram nove papéis desempenhados por esses profissionais nos diversos países pesquisados, os quais estão descritos no Quadro 4.

Quadro 4 – Aspectos enfatizados nos papéis segundo Aberbach *et al*

Papéis identificados	Aspectos enfatizados
<i>Technician</i> (Técnico)	Aspectos que se concentram na resolução de problemas técnicos de políticas e na aplicação de conhecimentos especializados.
<i>Advocate</i> (Defensor)	Aspectos que se concentram na luta ou representação de interesses de um amplo grupo social, classe, ou causa, ou protestando contra a injustiça.
<i>Legalist</i> (Legalista)	Aspectos que se concentram em processos legais ou definições legalistas das próprias responsabilidades.
<i>Broker</i> (Intermediário)	Aspectos que se concentram na mediação ou resolução de conflitos de interesse e conflito político.
<i>Trustee</i> (Curador)	Aspectos que se concentram no papel de representante do Estado ou instituição.
<i>Facilitator</i> (Facilitador)	Aspectos que se concentram em proteger os interesses de grupos de clientela e ou eleitorados específicos.
<i>Partisan</i> (Partidário)	Aspectos que se concentram na política partidária.
<i>Policymaker</i> (Formulador)	Aspectos que se concentram na formulação e decisão sobre políticas.
<i>Ombudsman</i> (Provedor de justiça)	Aspectos que se concentram no enfrentamento de causas para proteger e defender os interesses de eleitores individuais ou clientes.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Aberbach *et al* (1981).

Alguns desses papéis, em princípio pensados como quase exclusivos de políticos ou burocratas, surpreendentemente constaram do rol de responsabilidades de ambos os atores, como se verifica no Gráfico 1, no qual os números representam os percentuais de respondentes categorizados em cada papel:

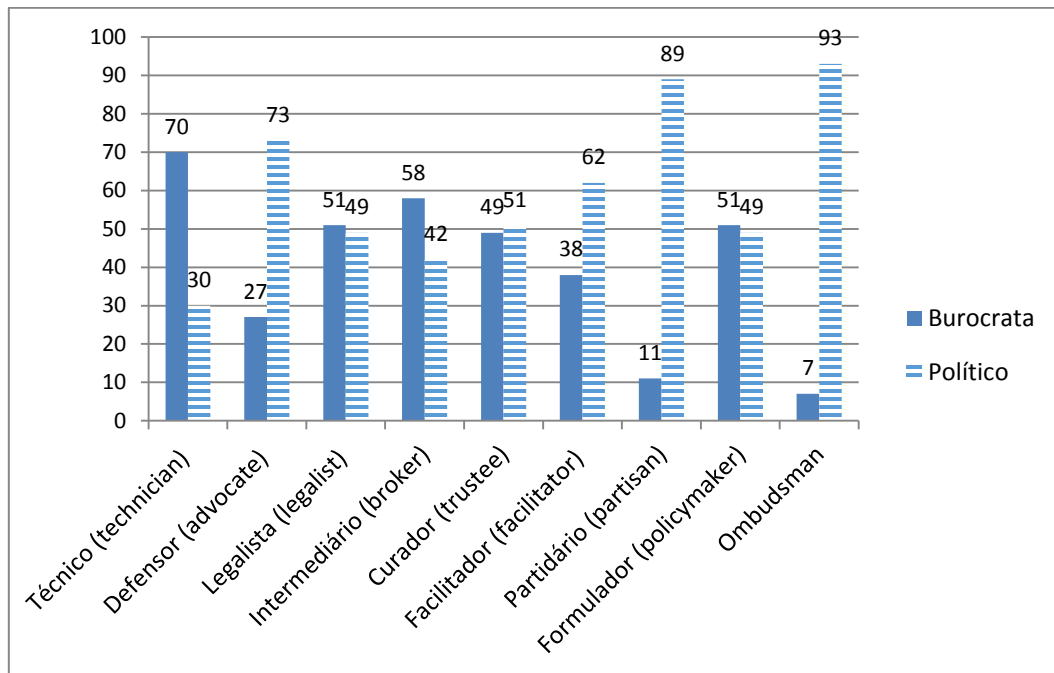


Gráfico 1 – Papéis de burocratas e políticos

Fonte: Adaptado de Aberbach *et al* (1981, p. 89)

Da observação dos dados, verificou-se que os focos em alguns papéis ainda ratificavam características distintivas marcantes entre políticos e burocratas, como o predomínio de papel partidário dentre os primeiros e o papel técnico dentre os últimos. Não obstante, papéis como o de *policymaker*, *broker* e *trustee* se revelaram comuns e importantes para o desempenho de ambos os profissionais, o que reforça a interpretação constante da Imagem III, no sentido de que ambos estão envolvidos em atividades inerentemente políticas. Nas palavras dos autores:

O alargamento do âmbito da atividade administrativa no estado positivo significa também uma variedade maior de responsabilidades e encargos, o que pode obrigar os administradores a buscar consentimento para políticas concretas, para representar os interesses, e para reconciliar ou intermediar reivindicações conflitantes - todas as atividades que, de acordo com imagens I e II, tinham sido pensadas para se posicionar na esfera da atividade política, e não administrativa (ABERBACH *et al*, 1981, p. 85 – tradução da autora).

Os pesquisadores ressaltaram, entretanto, que burocratas e políticos estão envolvidos na formulação de políticas em configurações diferentes. Suas características distintas levam a diferentes formas de olhar para a política e a diferentes estilos de comportamento. Enquanto o político “dá à política direção geral inspirado por princípios ou interesses ou às vezes ambos”, o

burocrata “dá significado concreto à política, em parte devido a uma compreensão de seus aspectos técnicos e, em parte, a partir de negociação com os interesses imediatamente afetados pela interpretação administrativa” (ABERBACH *et al*, 1981, p. 85 – tradução da autora).

Longo (2007) assegura que a expansão da atividade de prestação de serviços por parte do Estado e a conseqüente complexidade dos processos de produção desses serviços estimulou um contexto adequado para a ruptura do dualismo burocrata/político na gestão do Estado, quando deu espaço para o surgimento de atores capazes de enfrentarem os novos desafios, garantindo a eficácia do sistema – os dirigentes públicos.

O autor buscou delimitar o espaço de atuação para esses dirigentes públicos, argumentando que esse novo ator, diferente do burocrata, deve orientar sua conduta não a partir do cumprimento da regra, e sim da utilização eficiente dos recursos disponíveis, com vista à maximização de resultados. Por outro lado, Longo (2007) diferenciou os papéis do dirigente e do administrador de empresas privadas, amparando-se no modelo da Universidade de Harvard, disseminado por Moore (2002), que defende que o administrador público deve desempenhar o papel de “criador de valor público” - o que exige igual dedicação à substância, à política e à implementação organizacional. Segundo o autor, nenhuma dessas três perspectivas pode ser negligenciada; caso contrário, “importantes considerações acerca da escolha de rumo para a criação de valor público irão se perder” (MOORE, 2002, p. 115-6).

Longo (2003, p.14) descreveu cada uma das esferas que compõem o papel do criador de valor público – a gestão estratégica, a gestão do entorno político e a gestão operacional. A atuação na primeira esfera supõe que o dirigente reflita estrategicamente e produza ideias sobre como a organização possa criar o máximo valor no seu contexto. A gestão do entorno político objetiva obter legitimidade, apoio e recursos necessários, “administrando suas relações com um grupo de atores, internos e externos, que constituem seu entorno autorizante”. A gestão operacional, por fim, deve favorecer a melhor utilização dos meios e recursos sob sua autoridade formal, de forma que a organização atue eficaz e eficientemente para alcançar os objetivos delineados.

Na tentativa de delimitar postos de trabalho de direção e postos de trabalho políticos, Longo (2007) destaca a importância da análise do contexto, em razão da forte carga situacional envolvida, e propõe uma análise contingencial baseada em quatro variáveis – matéria, papel, produto e sistema de gestão – para distinção de uma função política ou de direção.

O autor reconhece a dificuldade de tal delimitação, em razão da complexidade das relações entre política e administração e ressalta que seu estudo não tem a pretensão de solucionar a referida questão, mas tão somente explorar possíveis critérios de análise, tentando um esclarecimento mais metodológico que conceitual. A Figura 1 a seguir apresenta uma síntese do modelo:

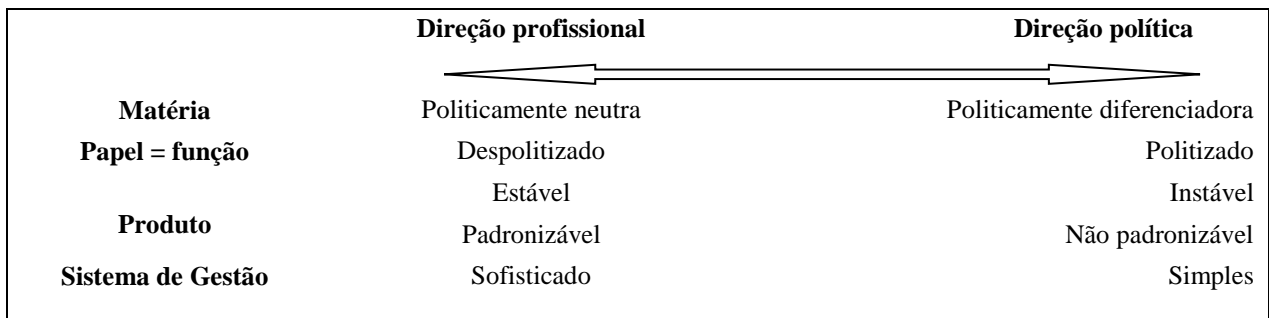


Figura 1 – Modelo de delimitação de postos de trabalho

Fonte: Longo (2007, p. 187).

- A matéria é o conteúdo ou universo temático com o qual a posição lida – a dimensão relevante nessa variável é o “grau de exigibilidade de lealdades específicas, na direção de um projeto ou de um fato político claramente diferenciado” (LONGO, 2007, p.187).
- O papel se refere ao conjunto de atribuições desempenhadas pelo titular e, nesse caso, a dimensão a ser observada é o grau de proximidade com as relações e transações características do mercado Político (tarefas, atividades predominantes, estilos de comportamento) exigido pela função de direção que o cargo leva consigo. Esse fator normalmente se manifesta no componente externo exigido para o desempenho do papel (LONGO, 2007).
- O produto se refere ao que o cargo produz (*output*) e leva em conta a sua missão ou razão de ser. O autor esclarece que o produto se refere à “área específica de criação de valor público no qual o posto exterioriza resultados determinados”. Nesse caso, são observadas duas dimensões – estabilidade e padronização – a primeira se refere ao “grau de consolidação e persistência no tempo que cabe atribuir tanto ao *output* produzido pela organização – ou pela área que dirige – como à sua própria configuração estrutural”; a segunda tem a ver com a previsibilidade do produto e a “existência de um instrumental disponível de medição dos resultados” (LONGO, 2007, p. 188).

- O sistema de gestão indica as características das políticas, práticas e procedimentos de gestão requeridos para que o titular do cargo alcance os objetivos derivados da missão, responsabilidades e funções próprias do dito cargo e tem como dimensão de análise o grau de sofisticação (LONGO, 2007).

Em uma análise geral, quanto maior for o grau de politização da matéria e do papel desempenhado, quanto menos estável e suscetível de padronização for o produto e mais simples o sistema de gestão associado ao cargo, mais consistente será a tendência de que esse posto de trabalho seja caracterizado como político (LONGO, 2007, p. 189).

Longo (2007) destacou que a profissionalização dos dirigentes públicos foi uma das prioridades de grande parte dos países que implementaram reformas efetivas. Na maioria das vezes, concentraram-se políticas específicas de gestão dos recursos humanos na faixa superior dos sistemas do serviço público, sendo necessária, em muitos casos, a adoção de estatuto específico, mais flexível que aquele que se aplica aos demais servidores públicos. A abertura de novos postos buscou combinar o acesso de executivos procedentes do setor privado com o recrutamento, majoritário, de pessoas procedentes do serviço civil.

No Brasil, tendo como referência o trabalho de Longo (2007), De Bonis (2008) realizou um exercício analítico no âmbito do Poder Executivo de São Paulo e concluiu que é possível pensar em uma categoria analítica específica, com *ethos* próprio, que não se confunde nem com burocratas, nem com políticos. As principais características que diferenciam esses profissionais dos burocratas constam do Quadro 5:

Quadro 5 – Perfil do profissional burocrata e do dirigente público

	Profissional burocrata	Dirigente público
<i>Ethos</i>	Aplicação impessoal da regra	Racionalidade econômica
Recursos de poder	Conhecimento técnico	Competência gerencial
Acesso a posição	Concurso público e progressão na carreira	Indicação conforme laços pessoais e competências
Discrecionabilidade	Baixa	Média
Permanência no cargo	Longa	Curta
Responsividade	Baixa	Média-alta

Fonte: De Bonis (2008, p. 31).

2.2.3 Papéis no âmbito do Poder Legislativo – estudos exploratórios

Em estudo exploratório, Romzek e Utter (1996) analisaram as experiências de trabalho do *staff* do Congresso americano e buscaram desenvolver um perfil preliminar da dinâmica de carreiras típicas do pessoal legislativo. Foram levantadas questões como as relações dessas dinâmicas com as normas profissionais, compromissos, relações de prestação de contas e papéis desempenhados. Os achados, baseados em dados coletados em quarenta entrevistas realizadas durante o primeiro semestre de 1995, sugerem que as carreiras do pessoal legislativo espelham as carreiras dos profissionais em geral, mas refletem algumas peculiaridades. Os funcionários do Congresso têm planos de carreira muito curtos e alcançam responsabilidades substanciais relativamente rápido. As carreiras de servidores legislativos podem acomodar diferentes orientações e diferentes ênfases em lealdade pessoal, política partidária, áreas políticas substantivas e foco geográfico (ROMZEK, UTTER, 1996).

O fato de o servidor prestar seus serviços no gabinete pessoal do parlamentar ou atuar em comissões, lideranças ou funções administrativas influencia substancialmente essas orientações. Nos casos de assessores que trabalham no escritório pessoal, o foco é o apoio aos projetos do parlamentar, buscando conciliar objetivos de reeleição e atendimento a demandas de seus eleitores. Equipes que trabalham nas lideranças enfatizam o desenvolvimento estratégico da política, apoio da coalizão e gestão do processo legislativo – tanto o que ocorre no plenário da Câmara ou do Senado quanto nos bastidores. Esses servidores têm mais relações com outros membros do Congresso do que os funcionários pessoais ou os de comissões. Os assessores seniores ocasionalmente lidam com algumas das negociações preliminares com membros políticos, em busca de potenciais compromissos legislativos (ROMZEK, UTTER, 1996).

Os funcionários dos escritórios administrativos e das comissões servem os membros de ambos os partidos e se esforçam para dar suporte partidário. O pessoal das Comissões foca na elaboração de legislação, construção de coalizões, gerenciamento de audiências legislativas, análise de propostas políticas e negociações em nome das comissões e seus presidentes. Para esses servidores, a experiência técnica e sobre o processo político tornaram-se cada vez mais significativos. As dinâmicas variam de acordo com o estilo dos membros e a tradição dos papéis dos assessores. Em alguns casos, a equipe está submetida ao presidente e a dinâmica é muito parecida com os dos funcionários do escritório pessoal. Outras comissões têm uma tradição de equipe de carreira, que serve a todos os membros da comissão (ROMZEK, UTTER, 1996).

Outro estudo exploratório foi realizado no âmbito do Parlamento Europeu por Winzen (2011). O autor buscou obter detalhes e avaliar as principais atribuições de servidores que assessoram os trabalhos no âmbito de algumas comissões daquele órgão – *Foreign Affairs (AFET)* e *International Trade (INTA)*. A pesquisa buscou estabelecer, inicialmente, os papéis desempenhados pelos servidores no processo de elaboração de relatórios parlamentares e identificar a natureza técnica ou política dessas atividades. Em segundo lugar, objetivou compreender as relações dos servidores com seus superiores nas Comissões, especialmente com o Presidente. Um terceiro ponto de interesse foi o seguinte: considerando que além dos servidores de carreira, outros assistentes são contratados para apoio e aconselhamento nas atividades das Comissões e também para assessoramento direto aos Membros do Parlamento, os pesquisadores buscaram compreender como se dá a divisão de trabalho entre os diferentes tipos de servidores, bem como as práticas de coordenação em áreas nas quais existe sobreposição.

Acerca da metodologia, o autor esclareceu como a abordagem para coleta de dados permitiu um delineamento entre as atividades técnicas e políticas desempenhadas pelos servidores. Como atividades políticas, considerou aquelas que influenciam a substância dos resultados políticos do Parlamento, admitindo, no entanto, que a identificação dessa influência é difícil, por se tratar de questões sensíveis. Nesse sentido, em razão da dificuldade de mapear e atribuir as influências individualmente, como solução prática, o estudo mapeou as atividades regulares dos servidores, sem associações diretas a um processo ou dossiê específico. Apesar de isso significar perda parcial de informações específicas, permitiu uma visão geral do trabalho característico dos servidores do parlamento que viabilizasse inferências sobre a natureza técnica ou política de determinada atividade (WINZEN, 2011).

O autor chamou a atenção, ainda, para um cuidado que visa prevenir problemas relatados em outros estudos no âmbito de Conselhos de Ministros, quanto à inferência da extensão do poder de decisão de certos grupos de trabalho pelo seu nível, independentemente das possibilidades de influências de hierarquias políticas. Segundo ele, ao mapear a natureza e o escopo de uma atividade, deve-se levar em conta a forma como ela é definida, se de forma clara ou variável, se negociada ou imposta hierarquicamente, uma vez que essas questões são importantes para avaliar os papéis dos servidores corretamente (WINZEN, 2011).

Segundo o autor, as principais atividades desenvolvidas pelos servidores se resumem em dois grupos. O primeiro se refere às atividades relacionadas ao gerenciamento dos processos, que inclui desde atividades administrativas mais simples, fornecimento de expertise relacionada a regras legais a serem cumpridas, até atividades de alto potencial substantivo como a proposição da agenda política, que envolve definição de prioridades, indicação de autoridades e especialistas a serem convidados. O segundo se refere a atividades que lidam com o conteúdo do processo político, especialmente o fornecimento de informações e expertise. O autor ressalta que, em ambos os casos, os servidores trabalham sob restrições hierárquicas (WINZEN, 2011).

No gerenciamento do processo, o autor identificou que os servidores facilitam o intercâmbio entre atores relevantes, apoiando na reconciliação de interesses; desenvolvem um cronograma de atividades, aconselhando o Membro sobre os procedimentos a serem seguidos, e preparam listas de votação das emendas recebidas para aprovação de sua ordem pelo relator. Dentre as atividades alocadas no segundo grupo, Winzen (2011, p. 34) destaca a função de “memória institucional”, que vai além da memorização da legislação e dá aos servidores o “potencial para moldar o debate no âmbito do comitê ou com outros atores”. Trata-se de experiências anteriores, conhecimento de decisões e posições já adotadas anteriormente, possíveis pontos de disputa e focos de discussão passíveis de serem levantados, que são essenciais para evitar contradições nas políticas adotadas. Além do papel de memória institucional, o autor afirma que os servidores desempenham importantes funções na elaboração e no fornecimento de informações para elaboração das proposições e relatórios. Normalmente eles são responsáveis pelo rascunho de uma primeira versão e a discricionariedade para realizar esse trabalho pode ser maior se as diretrizes forem muito gerais. Nesse caso, os servidores têm que traduzir essas orientações gerais em questões específicas sobre o tópico, sendo possível, nesse momento, moldar as bases para os próximos desdobramentos (WINZEN, 2011).

Nesse sentido, o pesquisador constata que os servidores, além das muitas atividades técnicas que desempenham, ocupam posição central entre diversos atores, o que lhes permite exercer influência em questões substantivas do processo. Reforça mais uma vez, no entanto, que estão sempre sujeitos à restrição hierárquica e que a última palavra é sempre do superior político. Nas palavras do pesquisador, “embora o alcance substantivo do envolvimento administrativo seja variável, o local da autoridade está claramente definido” (WINZEN, 2011, p. 40 - tradução da autora).

2.3 Politização da Burocracia

Conforme descrito no capítulo de apresentação deste trabalho, ao longo dos últimos séculos, importantes autores vêm apresentando argumentos que embasam visões opostas sobre a questão da politização – ora a favor, ora contra – revelando a complexidade do tema, movimentos cíclicos e paradoxos ainda não compreendidos nas relações entre política e burocracia.

Na visão de Aberbach *et al* (1981), esse conflito reflete um choque entre dois imperativos duais: “a eficácia técnica e a capacidade de resposta democrática”. Os autores se referiram à complexidade dessa questão como “o enigma distintivo do estado contemporâneo” (ABERBACH *et al*, 1981, p. 3 – tradução da autora).

Nessa linha, Rouban (2010, p. 337) também argumenta que, dentre as razões para essa complexidade, está o fato de que o debate sobre politização suscita “questões importantes que se referem tanto à natureza dos modelos administrativos quanto ao real alcance da democracia”. As análises devem levar em conta o contexto e podem ser feitas por diferentes perspectivas.

2.3.1 Perspectivas de análise da politização

Rouban (2010) destaca que “a politização da administração pública é uma questão interdisciplinar que permanece no estágio exploratório no início do século XXI” e reforça o argumento de que, a despeito do antigo debate, ainda falta uma teoria geral ou um paradigma principal de politização. Em sua visão, a maioria dos estudos revela uma série de tentativas de lidar com diferentes variáveis ou analisam casos de países com realidades diferentes, o que resulta em teorias ainda um pouco limitadas. Nesse sentido, alerta para a necessidade de algumas precauções epistemológicas quando da análise sobre politização, que é um fenômeno cambiante, além de complexo, sendo necessário, em cada exame, levar em conta a evolução social, a cultura política e a história dos países examinados (ROUBAN, 2010, p. 335-7).

Amparado em análises de especialistas no tema, o autor afirma que a politização pode aludir a pelo menos três fenômenos, descritos abaixo, os quais podem ocorrer de forma combinada:

- Politização como participação do servidor público na tomada de decisões políticas;
- Politização como controle de nomeações e carreiras; e
- Politização como envolvimento político dos servidores públicos.

A primeira interpretação ou perspectiva considera o fenômeno como o “equilíbrio prevalecente entre o controle político que os governos exercem sobre a máquina administrativa e o envolvimento dos servidores na definição e implementação de políticas públicas” e significa participação na autoridade política e maior envolvimento nas questões políticas. Essa perspectiva reflete o aumento do escopo dos papéis dos servidores públicos, diante da progressiva e crescente complexidade dos desafios da administração pública no último século (ROUBAN, 2010). Loureiro, Olivieri e Martes (2010, p. 74), afirmaram que “no Brasil, a burocracia não apenas participa do processo decisório, mas é um dos seus atores mais importantes, por questões históricas e institucionais”. Os autores fundamentaram essa afirmação em um trabalho seminal sobre o tema no Brasil, realizado por Souza (1983), o qual revelou que assim como nos períodos autoritários, também nos períodos democráticos da República, a burocracia exerceu papel de destaque na definição e na condução de políticas públicas, enquanto os partidos políticos e os grupos organizados da sociedade não apresentaram “capacidade de influenciar ou participar das decisões governamentais de forma plena”, dando margem ao fortalecimento da burocracia na implementação de políticas públicas.

A segunda perspectiva considera as atividades que sujeitam a nomeação e a carreira dos funcionários públicos à vontade política, considerando que em todas as estruturas da administração pública certos cargos dependem de uma escolha política para viabilizar meios de controle sobre as políticas públicas. Rouban (2010) esclarece que essa influência pode acontecer tanto por meio de nomeações quanto pode ser exercida mediante a “criação de estruturas específicas em níveis estatais altos, que são encarregados de assegurar o vínculo entre as ordens governamentais e a implementação de políticas públicas pelas burocracias profissionais”. O autor esclarece que a politização, sob essa perspectiva, não significa, necessariamente, ilegalidade, ilegitimidade ou falta de competência profissional como costuma ser o entendimento comum. Isso acontece quando esse tipo de politização se torna um meio de favorecer a alguns aliados políticos em detrimento de critérios como o nível de desempenho ou o mérito (ROUBAN, 2010, p. 347).

Weber (2009) já tratava da questão quando ressaltava que a politização de uma parcela da burocracia, especialmente no alto escalão, era uma forma dos superiores políticos buscarem contrapontos ao poder crescente da burocracia, que dominava o conhecimento especializado e o saber oficial. Segundo o autor, os funcionários políticos se diferem dos de carreira (especializados) por poderem ser transferidos, demitidos ou colocados à disposição, mas, acima de tudo, pelo

componente político da questão, que se refere ao fato de caber a eles a “tarefa de manter a ‘ordem’ no país, isto é, as condições de dominação existentes” (WEBER, 2009, p.538).

Observando a literatura brasileira e fazendo outro paralelo com a abordagem de Rouban (2010), verifica-se que essa perspectiva é a mais comumente analisada em nossa realidade. A visão historicamente predominante é a de que as nomeações políticas são baseadas precipuamente em interesses particularizados de curto prazo e práticas clientelistas, em especial nos níveis mais baixos da hierarquia. Nas palavras de Pacheco (2008), “o uso das nomeações como moeda de troca do jogo político-partidário ou associado ao clientelismo é tema dominante na literatura”. Não obstante, a autora chama atenção para possíveis limitações dessa visão consolidada:

Ignora, assim, análises mais detalhadas, que apontaram uma variedade de critérios de nomeação e a combinação entre eles, como estratégias utilizadas pelos políticos. Além disso, tende a não diferenciar, no argumento, as práticas utilizadas para a ampliação do quadro de funcionários públicos, tipicamente clientelistas, das estratégias de nomeação para cargos de direção. Cristalizou-se, assim, no debate, uma visão simplista e nebulosa sobre o tema (PACHECO, 2008, p.1).

Olivieri (2007, p. 148) ratifica essa questão do viés negativo adotado pela literatura brasileira e esclarece que isso se dá em razão da forte influência dos políticos eleitos sobre as decisões da burocracia em níveis médios da estrutura do governo. Entretanto, ressalta que no alto escalão governamental, o tema foi pouco explorado e “não pode sê-lo com base nos mesmos conceitos e avaliações das relações entre política e burocracia que vigoram na literatura”. Dentre os estudos que indicaram que a politização das nomeações pode revelar complexos interesses e diferentes lógicas de provimento, no caso de cargos mais altos na hierarquia, destacam-se os de Loureiro, Abrucio e Rosa (1998) e Olivieri (2007).

A terceira perspectiva se refere ao envolvimento político dos servidores públicos como cidadãos e eleitores. Rouban (2010, p. 349) esclarece que “podem ser encontradas situações em que o compromisso ideológico dos servidores públicos é um elemento crucial no estabelecimento de um novo sistema político” de um país, enquanto em outros a administração pública raramente serviu como base social para mudanças políticas relevantes. Aspectos importantes a serem observadas nesse caso são as possibilidades legais e sociais de que os burocratas se envolvam na vida política, bem como os direitos sindicais. Em alguns países, os funcionários públicos são impedidos de participar de atividades políticas enquanto em outros não há restrições. A influência do sindicalismo sobre as decisões governamentais também varia de país para país.

Em suas análises, Rouban (2010) destaca que apesar das dificuldades enfrentadas para controlar as diversas variáveis que podem influenciar a politização da administração, duas dessas variáveis lhe parecem especialmente importantes – a “tradição profissional” e o “envolvimento político” dos servidores públicos. Considerando a relação entre essas duas dimensões em alguns países, o autor traça um quadro sintético, reproduzido na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Modelo de politização segundo Rouban

		Tradição profissional	
		Baixa	Alta
Envolvimento político dos servidores	Baixo	Estados Unidos Rússia	Austrália Itália Reino Unido
	Alto	Áustria Bélgica Países Baixos	França Alemanha Espanha Suécia Japão

Fonte: Rouban (2010, p. 349).

Fazendo um paralelo entre essas duas dimensões – a tradição profissional e o envolvimento político dos servidores públicos, o autor traça um quadro sintético, conforme demonstrado na Figura 2, no qual revela que países como Estados Unidos e Rússia possuem baixos índices nas duas dimensões, enquanto França, Alemanha, Espanha, Suécia e Japão apresentam altos índices em ambas. Austrália, Itália e Reino Unido tem alta tradição profissional e baixo envolvimento político dos servidores, enquanto Áustria, Bélgica e Países Baixos apresentam alto envolvimento político e baixa tradição profissional.

2.4 Síntese do referencial teórico

A partir do referencial teórico como um todo, destacam-se alguns aspectos relevantes sobre o tema, com o objetivo de traçar um panorama sintético sobre as questões abordadas. A leitura das afirmações de Wilson (1887) e Waldo (1948) revelam pontos extremos em um contínuo que trata da questão da dicotomia política *versus* administração e abrem portas para investigação das

inúmeras situações intermediárias. As ideias de Weber (2009, 2011, 2012) constituem o alicerce para este estudo, uma vez que estabelecem as referências sobre os comportamentos e funções “puramente” técnicos e políticos e amparam os estudos realizados por todos os demais autores considerados. As análises de Aberbach *et al* (1981) trazem dados relevantes sobre o aumento do escopo e da complexidade dos papéis de políticos e burocratas em diversos países do mundo e favorecem a hipótese de existência de diferentes níveis ou graduações de politização das funções da burocracia pública, resultado de diversas combinações possíveis de aspectos técnicos e políticos influenciando esses papéis. Os resultados dessa pesquisa ajudam, também, a ratificar os aspectos que, em geral, ainda diferenciam e caracterizam papéis mais técnicos ou mais politizados, no sentido *weberiano*. O trabalho de Longo (2007) traz contribuições adicionais que favorecem a avaliação de tendências de politização a partir da análise de variáveis referentes aos postos de trabalho que influenciam no desempenho dos papéis. O trabalho de Rouban (2010) ajuda a delimitar o foco do estudo, a partir do direcionamento da análise da politização sob a perspectiva dos papéis da burocracia pública, ou seja, da participação dos servidores nas decisões e nos processos políticos. Por fim, os estudos consolidados por Peters e Pierre (2004) apresentam uma visão sobre o tema no século XXI, enquanto as análises de Romzek (1996) e Winzen (2011) representam os poucos estudos identificados no âmbito do Poder Legislativo. O Quadro 6 apresenta uma síntese dos principais autores e ideias abordadas:

Quadro 6 – Síntese do referencial teórico

Aspectos destacados pelos autores em relação à politização e aos papéis de políticos e burocratas	Wilson (1887)	Waldo (1948)	Weber (2009)	Aberbach <i>et al</i> (1981)	Longo (2005)	Rouban (2010)	Winzen (2011)
1. As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve tolerar que ela maneje suas repartições.	X						
2. Não há como separar administração e política, uma vez que Administração Pública é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes.		X					
3. A politização pode ser analisada sob três perspectivas, de forma isolada ou combinada: politização como participação do servidor público na tomada de decisões políticas; politização como controle de nomeações e carreiras; e politização como envolvimento político dos servidores públicos.						X	
4. Burocratas devem se comportar de forma imparcial, excluindo dos negócios oficiais o amor, o ódio e as preferências.			X				

Aspectos destacados pelos autores em relação à politização e aos papéis de políticos e burocratas	Wilson (1887)	Waldo (1948)	Weber (2009)	Aberbach <i>et al</i> (1981)	Longo (2005)	Rouban (2010)	Winzen (2011)
5. Burocratas devem cumprir suas tarefas a partir do conhecimento técnico especializado, segundo regras objetivas e impessoais, com rígido respeito à hierarquia.			X				
6. Burocratas devem atuar como conselheiros desinteressados e imparciais, mantendo-se acima dos partidos.			X				
7. Políticos devem agir de forma apaixonada em defesa de uma causa.			X				
8. Políticos devem tomar posição em relação às questões e defendem os interesses correspondentes a elas.			X				
9. Políticos devem lutar pelo poder e arcam com as responsabilidades dele decorrentes.			X				
10. Burocratas enfatizam aspectos técnicos que se concentram na resolução de problemas técnicos de políticas e aplicação de conhecimentos especializados.				X			
11. Políticos enfatizam aspectos que se concentram na luta ou representação de interesses que representam um amplo grupo social, classe ou causa.				X			
12. Políticos se dedicam a aspectos que se concentram na defesa da política e dos compromissos de determinado partido.				X			
13. Políticos se dedicam a aspectos que se concentram no enfrentamento de causas para proteger e defender interesses de eleitores individuais.				X			
14. Ambos enfatizam os aspectos legais ou legalistas das próprias responsabilidades.				X			
15. Ambos enfatizam aspectos que se concentram na mediação e solução de conflitos de interesse.				X			
16. Ambos enfatizam aspectos de seu papel como representantes do Estado.				X			
17. Ambos se concentram em proteger interesses de grupos de clientelas ou eleitorados específicos.				X			
18. Ambos se concentram em aspectos da formulação de políticas.				X			
19. Quando se referem a seus papéis, em geral, os burocratas demonstram atitude de maior aceitação e comportamento mais passivo que o dos políticos.				X			
20. Burocratas contribuem com fatos e conhecimento neutro, enfatizam a eficácia técnica da política.				X			
21. Políticos contribuem com sensibilidade política e enfatizam valores e interesses.				X			
22. Quando se referem a seus papéis, em geral, políticos demonstram atitude de maior autoridade e comportamento mais ativo que o dos burocratas.				X			

Aspectos destacados pelos autores em relação à politização e aos papéis de políticos e burocratas	Wilson (1887)	Waldo (1948)	Weber (2009)	Aberbach <i>et al</i> (1981)	Longo (2005)	Rouban (2010)	Winzen (2011)
23. O nível de interesse da sociedade na matéria com a qual o titular lida influencia o nível de politização do posto de trabalho.					X		
24. Quanto maior a proximidade do titular em relação a atores políticos, maior a politização do posto de trabalho.					X		
25. Quanto menor a estabilidade na configuração do posto de trabalho, maior a sua politização.					X		
26. Quanto menor a sujeição a regras e controles sobre os produtos ou resultados do trabalho do titular, maior a politização do posto de trabalho.					X		
27. Quanto menor a complexidade dos sistemas com os quais o titular deve lidar para desempenhar suas funções, maior a politização do posto de trabalho.					X		
28. Servidores no Legislativo exercem tanto papéis técnicos quanto outros que têm potencial de influenciar de modo substantivo os resultados dos processos políticos, mas a autonomia é relativa. Normalmente, a palavra final é do superior político.							X
29. Dentre as atividades mais técnicas desempenhadas pelos servidores destaca-se o gerenciamento dos processos na Comissão, que envolve tanto atividades administrativas mais simples quanto o fornecimento de expertise relacionada a regras legais a serem cumpridas.							X
30. Dentre as atividades de maior conteúdo político, destacam-se o fornecimento de informações e expertise relacionadas ao processo político e a proposição da agenda política, que envolve definição de prioridades, indicação de autoridades e especialistas a serem convidados.							X

Fonte: elaboração própria

As afirmações destacadas no Quadro 6 ampararam a construção do instrumento de pesquisa deste trabalho, constituindo seu fundamento teórico. Esse constructo será detalhado no capítulo seguinte, que trata da metodologia desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo a classificação de Gil (2002 p. 41-56) a presente pesquisa pode ser caracterizada, quanto a seus objetivos gerais, como pesquisa exploratória e descritiva. No primeiro caso, objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, para o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. No segundo, visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno observado. Marconi e Lakatos (2003, p.188) citam, dentre os exemplos de objetivos de investigações exploratórias o de “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa”.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação de questionário desenvolvido para esse fim. A abordagem envolveu análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados em uma amostra não probabilística representativa do universo pesquisado. A opção por esta forma de amostragem objetivou a participação voluntária do maior número possível de servidores, considerando que a questão de pesquisa é sensível. Ademais, por se tratar de estudo exploratório, que não tinha a pretensão de propor generalizações, mas sim explicitar uma série de relações e fatores associados ao fenômeno observado, essa forma de amostragem se mostrou mais conveniente (MARCONI, LAKATOS, 2003).

3.2 Âmbito de pesquisa

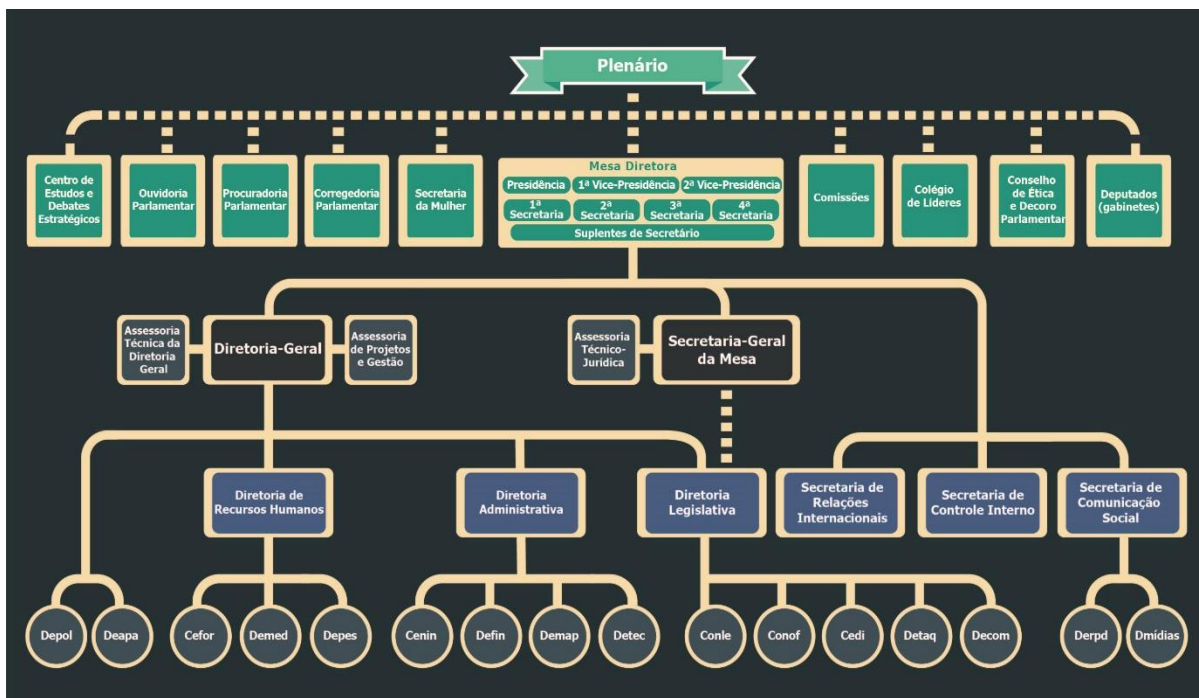
O Poder Legislativo, em âmbito federal, é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal e tem como atribuições principais representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos (BRASIL, 2015).

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de Presidência – Presidente e dois Vice-Presidentes – e de Secretaria, composta por quatro Secretários e quatro Suplentes. De uma forma geral, as questões organizacionais mais relevantes são votadas e definidas em plenário, por

intermédio de discussão e votação dos parlamentares. Em síntese, o plenário, composto pelos 513 deputados é o topo da estrutura organizacional da Casa (BRASIL, 2015).

A Figura 3 destaca, além do Plenário, a Mesa Diretora, os órgãos colegiados e as demais posições consideradas estratégicas na estrutura administrativa da Câmara. A Secretaria-Geral da Mesa e a Diretoria-Geral são ocupadas por servidores efetivos, titulares de função de confiança do nível mais alto da tabela, equivalentes a FC-6. Na sequência hierárquica estão as três Diretorias e três Secretarias ocupadas por titulares de função nível FC-5. Logo abaixo, encontram-se dezesseis postos, os quais, apesar de receberem diferentes denominações – departamentos, centros, consultorias – equivalem-se hierarquicamente e são ocupados por titulares de função de confiança de nível FC-4. As três unidades de assessoria vinculadas à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral da Mesa são ocupadas por titulares de função FC-4. Existem ainda funções de confiança de níveis 1, 2 e 3, destinadas a servidores efetivos que ocupam outras posições de direção e assessoramento nas diversas Unidades (BRASIL, 2015a, 2015b).

Figura 3 – Estrutura organizacional da Câmara dos Deputados



Fonte: Brasil (2017)

A Câmara dispõe de um corpo funcional de cerca de 3.500 cargos efetivos ocupados por servidores de carreira, recrutados por concurso público; aproximadamente 1.500 cargos de natureza especial (CNE), ocupados por servidores comissionados, de livre nomeação e exoneração; além de

secretários parlamentares que prestam assessoria direta aos deputados em suas bases e gabinetes (BRASIL, 2015b). Considerando a estrutura descrita na Figura 3, identificam-se, convencionalmente, três grandes áreas de lotação dos servidores – Administrativa, Legislativa e Política – nas quais estão incluídas as diversas Unidades de trabalho. Em que pese algumas dificuldades de delimitação exata da área de algumas dessas Unidades, para realização das análises da presente pesquisa a distribuição será considerada conforme descrito no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Distribuição da Unidades por Áreas

Área	Unidades de lotação
Administrativa	Diretoria-Geral (DG); Assessoria técnica da DG (Atec); Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge); Departamento de Política (Depol); Departamento de apoio parlamentar (Deapa); Diretoria de Recursos Humanos (DRH); Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor); Departamento Médico (Demed); Departamento de Pessoal (Depes); Diretoria Administrativa (Dirad); Centro de Informática (Cenin), Departamento Financeiro (Defin); Departamento de Material de Patrimônio (Demap); Departamento Técnico (Detec) e Secretaria de Controle Interno (Secin).
Legislativa	Secretaria-Geral da Mesa (SGM); Assessoria Técnica-Jurídica da SGM; Diretoria Legislativa; Consultoria Legislativa (Conle); Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof); Centro de Documentação e Informação (Cedi); Departamento de Taquigrafia (Detaq) e Departamento de Comissões (Decom).
Política	Gabinetes da Mesa Diretora; Procuradoria Parlamentar; Ouvidoria Parlamentar; Corregedoria Parlamentar; Secretaria da Mulher; Centro de Debates e Estudos Estratégicos; Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria de Comunicação e Lideranças.

Fonte: elaborado pela autora

3.3 Sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisa do presente estudo são os titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados, que desempenham papéis com diferentes níveis de complexidade, nos níveis FC-1 a FC-4, nas diversas áreas de atuação da Casa. As funções de confiança destinam-se exclusivamente aos servidores de carreira, para o desempenho de atribuições de direção, chefia ou assessoramento. Esclarece-se que os titulares de funções de confiança de níveis FC-5 e FC-6 não foram incluídos na pesquisa em razão do número muito reduzido dessas funções e de sua fácil identificação, o que poderia comprometer a impessoalidade dos resultados. A Tabela 1 apresenta o número total de FC ocupadas em abril de 2017:

Tabela 1 – Quantitativo e Percentual de Funções de Confiança na CD

Nível da Função de Confiança	Quantidade	Percentual do Total
FC-1	833	50,03%
FC-2	239	14,35%
FC-3	527	31,65%
FC-4	56	3,36%
FC-5	8	0,48%
FC-6	2	0,12%
Total	1665	100,00%

Fonte: Brasil (2017a)

3.4 Instrumento de pesquisa

O modelo para elaboração de instrumentos de medida empregado nessa dissertação está solidificado em três grandes polos, descritos por Pasquali (2010) como procedimentos teóricos, procedimentos empíricos e procedimentos analíticos. O primeiro polo diz respeito ao fundamento teórico referente ao construto para o qual se quer desenvolver um instrumento de medida, assim como a operacionalização do construto em itens. Em segundo lugar, o polo empírico versa sobre o planejamento da pesquisa, isto é, as etapas e técnicas de aplicação do instrumento para a posterior avaliação psicométrica. Por fim, o polo analítico trata dos procedimentos que demonstram evidências de validade do instrumento. Nesse sentido, considerando os objetivos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, disponível na íntegra no Apêndice 1 deste trabalho, foi construído a partir dos conceitos e dados do referencial teórico, de forma que as afirmações pudessem ser avaliadas utilizando a escala *likert*, conforme sintetizado no Quadro 8:

Quadro 8 – Relações entre objetivos, teoria e instrumento de pesquisa

Objetivos	Referencial Teórico	Itens do instrumento
Objetivo geral: identificar tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados.	Weber (2009; 2012) Aberbach <i>et al</i> (1981) Longo (2005) Wilson (1887) Waldo (1948)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15 11, 12, 14, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23, 24 25, 26 27, 28
Objetivo específico 1: identificar categorias mais associadas às tendências de politização dos papéis dos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados	Aberbach <i>et al</i> (1981) Marvick (1954) Downs (1967) Rouban (2010)	Dados sociodemográficos e funcionais
Objetivo específico 2: identificar os aspectos técnicos e políticos mais enfatizados nos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados.	Weber (2009; 2012) Aberbach <i>et al</i> (1981) Longo (2005)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15 11, 12, 14, 16, 17, 18 19, 20, 21, 22, 23, 24

Fonte: Elaborado pela autora

Uma versão preliminar do instrumento de pesquisa foi submetida à validação semântica por três ex-titulares de Funções de Confiança da Câmara. Considerando as observações desses servidores, foi realizada a inversão na ordem de algumas afirmações para favorecer a fluência da leitura e foram substituídos termos para evitar falhas de interpretação. Foi sugerido, ainda, que se avaliasse a possibilidade de incluir um campo “não se aplica” na escala. Essa sugestão não foi acatada com o objetivo de evitar que em itens mais sensíveis, pudesse acontecer uma “fuga” para essa opção. Na sequência, o questionário foi submetido à análise de três juízes – especialistas na matéria, sendo dois do Senado Federal e um da Câmara dos Deputados. Foram recebidos dois retornos, um de cada instituição mencionada. O instrumento foi considerado bem estruturado e de fácil compreensão por um dos dois juízes, que não apresentou sugestões. A pedido da pesquisadora, o segundo juiz, além de uma análise geral, avaliou cada um dos itens como politizado, técnico ou indefinido. A partir das observações do especialista, foram suprimidos quatro itens que poderiam provocar ambiguidades na interpretação dos dados. Alguns itens, ainda que de difícil delimitação, foram mantidos no instrumento, por serem considerados importantes na avaliação geral. Nesses casos, a validação final de cada um desses itens foi verificada quando da análise fatorial estatística. Por fim, a versão final do instrumento, constante do Apêndice A, foi transformada em questionário eletrônico, utilizando-se o aplicativo Google Docs[®], para envio aos pesquisados.

3.5 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários eletrônicos, que foram enviados por e-mail a todos os titulares de Funções de Confiança (FC) da Câmara dos Deputados, nos níveis FC-1 a FC-4. No período de 3 de março a 19 de abril de 2017, foram obtidas 252 respostas das quais 3 não foram consideradas por estarem com os principais dados em branco. De acordo com a fórmula de cálculo proposta por Barbeto (2010), considerando o universo de pesquisa (1642) e o número de participantes (249), o resultado do erro amostral equivale a 5,7%:

$$n = N \times n_0 / N + n_0$$

Onde: N = sujeitos de pesquisa

E_0 = erro amostral

$n_0 = 1/(E_0)^2$

n = respondentes

3.6 Procedimentos para análise dos dados

Os dados foram capturados do Google Docs[®] em planilha eletrônica *Microsoft Excel* e, em seguida foram transferidos para o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), para tratamento estatístico dos dados.

Para validação e tratamento do instrumento de medida, três pontos foram considerados: Confiabilidade e Validade dos Instrumentos de Medida; Condições Prévias para Realização das Análises Multivariadas e Análise Fatorial Exploratória (BRUNI, 2009; NASCIMENTO, 2014). A confiabilidade (consistência interna) indica em que medida os itens que compõem uma escala são pertinentes para o construto subjacente. O indicador de confiabilidade utilizado nesta pesquisa foi o alfa de Cronbach (α), que examina em qual medida os itens de uma escala medem conjuntamente o mesmo construto. Os valores de α variam de 0 a 1 sendo que quanto mais próximo de 1, maior a confiabilidade entre os indicadores. Em estudos exploratórios, considera-se acima de 0,6 aceitável. A validade diz respeito à propriedade do instrumento em mensurar e operacionalizar um construto latente que se busca medir. Nesse sentido, considera-se o instrumento de medida válido quando ele permite a melhor compreensão do fenômeno que se busca medir, em um contexto específico. O exame da validade neste trabalho foi realizado com base na revisão da literatura e na validação dos itens por juízes especialistas no tema (BRUNI, 2009; LAROS, 2012).

Seguindo os passos propostos por Nascimento (2014), foram verificados os seguintes pontos para avaliação dessas condições prévias à realização de análises multivariadas: Valores ausentes (*missing values*) e valores extremos (*outliers*); Normalidade multivariada dos dados; Ausência de multicolinearidade entre as variáveis e Homogeneidade da variância da amostra. A análise do valor ausente (MVA - *missing values analysis*) foi realizada em conjunto com a análise de frequências. Essas análises mostraram que a porcentagem dos valores ausentes era inferior a 5% e se encontravam aleatoriamente distribuídos, o que permite sua substituição. A estimação dos dados ausentes ou sua substituição foi realizada pelo MVA pelo método da regressão, que tem sido considerado superior a outras formas, como por exemplo, substituição pela média. A investigação dos valores extremos (*outliers*) sobre as variáveis quantitativas foi realizada com base no critério da distância de Mahalanobis, tendo como parâmetros os graus de liberdade (número de VIs) e o valor para a probabilidade de $p < 0,001$ (NASCIMENTO, 2014).

A partir dessa verificação, procedeu-se à exclusão de observações com valores extremos para cada uma das escalas de medida em cada amostra. No total, 22 observações foram eliminadas. Ao final, a amostra total foi composta por 227 respondentes, número suficiente para atender aos critérios empregados sobre o tamanho da amostra, que segundo Pasquali (2010) deve ser de 5 a 10 respondentes por item da escala.

A verificação da normalidade da distribuição multivariada dos dados é pressuposto para a validade das análises. A observação dessa condição pode ser realizada por meio dos histogramas com a curva de Gauss (curva normal) e os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk. Ademais, os coeficientes de assimetria (*skewness*) e achatamento (*kurtosis*) permitem avaliar a quasi-normalidade univariada dos dados (SCHWARTZ; MARCIANO, 2016). Como forma de avaliar o pressuposto da normalidade dos dados, foram seguidas três etapas propostas por Nascimento (2014): Na etapa 1, os resultados da curva de Gauss de normalidade para cada variável estudada demonstraram normalidade para a maioria das variáveis. Na etapa 2, foram utilizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, considerados mais poderosos. Nesse caso, os resultados rejeitaram a hipótese de normalidade dos dados. Não obstante, partiu-se para a próxima etapa, uma vez que estudos de simulação têm mostrado que os métodos paramétricos são robustos à violação do pressuposto de normalidade, desde que as distribuições não sejam muito enviesadas e achatadas e as amostras não sejam extremamente pequenas ($n < 100$), conforme afirma Nascimento (2014). Esse autor reforça, ainda, que em estudos organizacionais essa é uma situação corriqueira. Na etapa 3, buscou-se verificar se os dados seguem uma distribuição mais próxima da normal (quase-normalidade) por meio da verificação dos coeficientes de assimetria (*skewness*) e achatamento (*kurtosis*). Os resultados apontaram uma quase-normalidade univariada de dados satisfatória.

Quanto à verificação de multicolinearidade, que versa sobre a forte dependência linear entre duas variáveis, os resultados não mostraram problemas, tendo em vista que os valores ficaram dentro dos parâmetros para o fator de inflação da variância (VIF - *Variance Inflation Factor*), que deve ser inferior a 10, e a tolerância, que deve ser maior que 0,10. Foi também observada a homogeneidade da variância da amostra, por meio da comparação das médias populacionais, com base nas amostras representativas. Para a análise da homogeneidade da variância das amostras foi empregado o teste de Levene, recomendado para este fim (BRUNI, 2009; NASCIMENTO, 2014). Findados esses procedimentos, deu-se início à realização das análises fatoriais.

3.6.1 Análise Fatorial Exploratória

A análise fatorial exploratória (AFE) é uma técnica que objetiva expor e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionadas de forma a construir uma escala de medida para fatores que controlam as variáveis originais. Neste trabalho, foi empregado o método da fatorização do eixo principal (*Principal Factor Analysis – PAF*), que é uma das técnicas mais utilizadas para a extração de fatores. Ao realizar essa análise, foram consideradas as condições de fatorização; o número de fatores a reter e a interpretação dos fatores. Sobre as condições de fatorização dos dados, examinou-se primeiramente se as correlações entre as variáveis apresentavam o tamanho adequado (50% das correlações devem ser superiores a 0,3). Cumprida essa condição, realizaram-se dois testes: teste de esfericidade de Barlett, que verifica a hipótese de a matriz de covariâncias ser uma matriz identidade; e o teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que verifica se as correlações entre as variáveis originais são elevadas de maneira suficiente para estimar fatores comuns. Quanto ao primeiro teste, as correlações fora da diagonal principal devem ser todas iguais a 0, caso em que não há relação de uma variável com nenhuma outra. Quando se rejeita essa hipótese, a matriz é fatorizável. Já o teste KMO indica em que proporção as variáveis retidas constituem um conjunto coerente para se mensurar adequadamente um conceito. Valores próximos a 1 indicam que os dados são fatorizáveis, sendo aceitáveis valores acima de 0,6 (LAROS, 2012; NASCIMENTO, 2014).

Considerando que os dados se mostrarem fatorizáveis, partiu-se para a etapa da dimensionalidade da medida. Para definição do número de fatores a reter, foram utilizados os critérios convencionais: teste *scree*, que estabelece a representação gráfica dos autovalores; o critério Kaiser, que estabelece que autovalores devem ser superiores a 1 para serem retidos; o critério da importância do fator, que deve explicar no mínimo 3% da variância total das variáveis; o percentual da variância explicada, que no presente caso deve estar em um limiar de 50%; além do teste estatístico de análise paralela de Horn, que estabelece que para retenção dos fatores, os números dos autovalores da matriz empírica devem ser superiores aos obtidos por meio de uma matriz de dados aleatória.

Por fim, para obter uma melhor interpretação, utilizou-se a rotação dos fatores. Como se esperava uma correlação entre os fatores de cada uma das escalas dessa dissertação, a rotação oblíqua é a mais adequada. Nesse caso, optou-se pela Oblimin direta (*direct oblimin*), que é a mais comumente utilizada. Para interpretação dos fatores, foram observadas as comunalidades e os

coeficientes de correlação entre as variáveis iniciais. As comunalidades referem-se à avaliação da qualidade da representação das variáveis pelo fator e mensuram a proporção da variância da variável explicada pelos fatores retidos. As variáveis com baixa comunalidade (inferior a 0,3) são elegíveis à eliminação. A correlação entre as variáveis iniciais e os fatores toleram observar a contribuição fatorial das variáveis iniciais sobre os fatores retidos, devendo ser considerados somente valores superiores a 0,3 (BRUNI, 2009). Descrevem-se, a seguir, os resultados das análises fatoriais das três escalas de medida:

3.6.1.1 Escala de Aspectos Componentes dos Papéis (EACP)

A análise preliminar dos Componentes Principais (PC) e a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, como pode ser observado no teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,000$) e KMO, que foi de 0,81, considerado ótimo. Em seguida, foi analisada a dimensionalidade da escala com base no critério de Kaiser, que identificou até quatro fatores que explicam 56,37% da variância total. O primeiro fator é o determinante (Δ entre o primeiro e o quarto fatores é de 18,08%). O teste do *scree plot* (gráfico de escarpa) indicou que a EACP apresenta até quatro componentes. Por fim, foi realizada a análise paralela de Horn, que identificou até três fatores. De posse dessas informações, procedeu-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (PAF), com rotação *oblimin direta*, para a extração de três fatores. Cabe salientar, entretanto, que os itens do terceiro fator saturam em mais de um fator, com cargas fatoriais mais baixas e inferiores a diferença de 0,1, proposta por Neiva, Abbad e Tróccoli (2007).

Diante disso, e com base na teoria que aponta para a presença de dois fatores, procedeu-se novamente a análise fatorial (PAF), novamente com rotação *oblimin direta*, para a extração de dois fatores. O item DES 7 não foi retido em nenhum fator e o item DES 17 não foi retido no fator teórico correspondente. A análise de precisão foi obtida pelo coeficiente alfa de Cronbach, (0,87 e 0,72), sendo excluído o item DES 3, com vistas a aumentar a confiabilidade do fator. A estrutura final da EACP, portanto, reteve quinze itens que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A análise mostrou que a representatividade dos itens foi responsável por explicar 46,97% da variância total. Nesse sentido, os dois fatores da EACP estão estruturados de forma satisfatória, representando bem as dimensões teóricas. Os dois fatores foram designados como FatorPol e FatorTec, representando respectivamente, os aspectos políticos e os aspectos técnicos componentes dos papéis dos servidores.

3.6.1.2 Escala de Aspectos do Posto de Trabalho (EAPT)

Na verificação de evidências de validade da Escala de Aspectos do Posto de Trabalho (EAPT), a análise preliminar dos Componentes Principais (PC) e a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, conforme observado no teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,000$) e KMO, que foi de 0,60, considerado razoável. No segundo momento, analisou-se a dimensionalidade da escala com base no critério de Kaiser, que identificou até dois fatores que explicam 58,84% da variância total. O primeiro fator é o determinante (Δ entre o primeiro e o segundo fator é de 18,08%). O teste do *scree plot* (gráfico de escarpa) indicou que a EAPT apresenta até dois componentes. Por fim, foi realizada a análise paralela de Horn, que identificou dois fatores.

Tendo essas informações, realizou-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (PAF), com rotação oblíqua direta, para a extração de dois fatores. Os itens da escala saturaram em seus respectivos fatores, conforme aponta a teoria. A análise de precisão foi obtida por meio do alfa de Cronbach (0,67 e 0,60). A estrutura final da EAPT, portanto, reteve seus seis itens originais que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia. A análise mostrou que representatividade dos itens foi responsável por explicar 58,84% da variância total. Os dois fatores da EAPT estão estruturados de forma bastante satisfatória, representando bem as dimensões teóricas. Buscando adequação com a teoria de base, os fatores passaram a ser designados como “aspectos de influência positiva na politização” e “aspectos de influência negativa na politização”.

3.6.1.3 Escala de Pontos de Vista sobre Politização (EPVP)

Para verificar as evidências de validade da Escala de Pontos de Vista sobre Politização (EPVP) foi realizada a análise preliminar dos Componentes Principais (PC) e a matriz de intercorrelações mostrou-se fatorizável, conforme observado no teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,000$) e KMO, que foi de 0,60, considerado razoável. No segundo momento, analisou-se a dimensionalidade da escala com base no critério de Kaiser, que identificou até dois fatores que explicam 49,042% da variância total. O primeiro fator é o determinante (Δ entre o primeiro e o segundo fator é de 23,95%). O teste do *scree plot* (gráfico de escarpa) indicou que a EPVP apresenta até dois componentes. Por fim, a análise paralela de Horn identificou uma estrutura unifatorial.

A partir dessas informações, realizou-se à análise fatorial pelo método dos eixos principais (PAF), com rotação *oblímin direta*, para a extração unifatorial. Os itens da escala saturaram em um único fator, conforme aponta a teoria. Cabe ressaltar que, o item (As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve admitir que ela maneje suas repartições) e o item (A competência técnica deve ser o principal critério a ser observado quando da escolha de titulares de funções de confiança - similares à que exerce) apresentaram carga fatorial negativa, sendo necessária, para a análise de confiabilidade sua inversão, o que foi realizado. A análise de precisão foi obtida por meio do alfa de Cronbach (0,65). A estrutura final da EPVP, portanto, reteve seus quatro itens originais que apresentaram compatibilidades teóricas e parcimônia, em um único fator. A análise mostrou que representatividade dos itens foi responsável por explicar 49,042% da variância total. A solução unifatorial está estruturada de forma bastante satisfatória, representando bem a dimensão teórica, que representa os pontos de vista dos respondentes, inclusive ao conter os itens inversos. O fator encontrado foi designado Fator C, representando a concordância com os pontos de vista dos respondentes sobre questões que favorecem a politização.

Oportuno ressaltar que se verificou possível paradoxo entre os resultados da variância total explicada (VTE) e os valores obtidos no alfa de Cronbach (α) – VTE alta e α baixo. Nesse caso, o número de itens para verificação da consistência interna pelo α foi reduzido, o que provoca variação para menor no fator alfa de Cronbach (α). Tal redução se justifica pela proposta de diferenciação das escalas do instrumento em três perspectivas de análise da politização.

3.6.2 Testes estatísticos

Para testar a diferença entre os fatores componentes das escalas utilizadas na presente dissertação (EACP, EATP e ECT) foram realizados *testes-t* e análises de variância One-Way ANOVA. Como variável critério foram utilizados os cinco fatores encontrados nas análises. Como variável de diferenciação, foram utilizadas as variáveis demográficas e funcionais pesquisadas. Para avaliar a influência das variáveis demográficas e funcionais nos fatores componentes das escalas utilizadas na presente dissertação (EACP, EATP e ECT, variáveis critério), foram realizadas análises de regressão linear múltipla padrão, por meio do cálculo do coeficiente de determinação (R^2). Os testes e análises seguiram as orientações de Bruni (2009) e Nascimento (2014). As sínteses das análises estão descritas no Apêndice D.

3.7 Método para avaliação da tendência de politização dos papéis

Considerando que para fins de análise da tendência de politização será utilizada uma média geral dos resultados de todos os itens avaliados, há de se observar que itens técnicos e políticos possuem direção de evolução oposta.

Nesse sentido, foram utilizadas duas escalas (crescente ou decrescente): no caso dos itens se referirem a aspectos políticos, a escala é (1,2,3,4,5); no caso dos itens se referirem a aspectos técnicos, a escala é (5,4,3,2,1), conforme descrito no Quadro 9:

Quadro 9 – Relação escala e direção

Aspectos/dimensões	Escala				
	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
P (política)	1	2	3	4	5
T (técnica)	5	4	3	2	1

Fonte: Elaborado pela autora

Após consideradas as escalas descritas acima, foi calculada a média geral de todos os (n) itens avaliados, conforme fórmula descrita abaixo:

$$\frac{\sum (v1, v2, v3, v4, v5, v6, v7, v8, v9, v10, v11, v12, \dots vn)}{n}$$

Considerando a escala proposta na avaliação, os resultados podem variar entre 1 a 5, que representam, respectivamente, o mínimo e o máximo da tendência de politização dos papéis, tendo 3 como valor médio, conforme demonstrado na Figura 4:

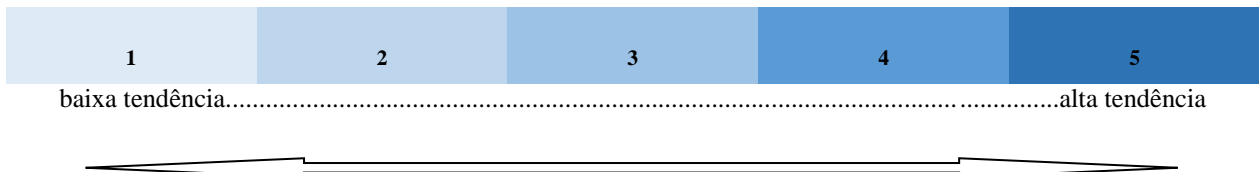


Figura 4 – representação da tendência de politização

Fonte: elaborado pela autora

4 ANÁLISES E RESULTADOS

A presente pesquisa foi respondida por 249 titulares de Funções de Confiança da Câmara dos Deputados dos níveis FC-1 a FC-4, o que representa 15,25% do total de titulares dessas funções. Após as análises estatísticas de validação desses questionários, descritas no capítulo anterior, foram considerados os dados de 227 respondentes, conforme consta da Tabela 2:

Tabela 2 – Percentual de respondentes por FC

Nível da FC	Questionários enviados	Questionários respondidos	Percentual de resposta	Questionários validados	Percentual
FC1	834	108	12,95	96	11,51
FC2	237	26	10,97	23	9,70
FC3	515	107	20,78	100	19,42
FC4	56	8	14,29	8	14,29
Totais	1642	249	15,25	227	13,82

Fonte: dados da pesquisa

Os dados demográficos e funcionais dos respondentes foram agrupados para favorecer as análises comparativas. A Tabela 3 apresenta as quantidades e percentuais de servidores pesquisados por área de lotação e por nível de função de confiança:

Tabela 3 – Respondentes por área de lotação e nível de FC

	Respondentes	Percentual
Área de lotação		
Administrativa	81	35,68
Legislativa	96	42,30
Política	47	20,70
Não informado	3	1,32
Totais	227	100,00
Nível de FC		
FC1	96	42,29
FC2	23	10,13
FC3	100	44,05
FC4	8	3,52
Totais	227	100,00

Fonte: dados da pesquisa

As quantidades e percentuais de pesquisados em cada uma das categorias dos demais subgrupos constam da Tabela 16 do Apêndice B.

4.1 Aspectos componentes dos papéis

Conforme detalhado no capítulo da metodologia, a análise fatorial dos dados coletados na pesquisa indicou a presença de dois fatores na Escala de Aspectos Componentes dos Papéis (EACP), que representam as dimensões teóricas. Eles foram denominados como FatorPol e FatorTec, representando, respectivamente, os aspectos políticos e os aspectos técnicos componentes dos papéis dos servidores. Descrevem-se a seguir os aspectos que compõem cada um dos fatores:

- Fator Pol – Aspectos políticos dos papéis:
 - A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos;
 - A possibilidade de influenciar decisões políticas;
 - A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considera relevantes para sociedade
 - A ênfase em atividades de definição da agenda política;
 - A ênfase em atividades de aconselhamento político;
 - A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político;
 - A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considera contrários ao interesse da sociedade e
 - A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido.

- Fator Tec – Aspectos técnicos dos papéis:
 - A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício do cargo;
 - A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências;
 - A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados;
 - A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais;
 - A ênfase na eficiência técnica dos processos;
 - A importância da disciplina no cumprimento do dever e
 - A ênfase no registro e documentação das atividades.

Após identificar a estrutura fatorial dos instrumentos de medida utilizados, realizou-se o cálculo das medidas de tendência central e dispersão desses itens. Com base nas análises descritivas das avaliações, identificou-se que os aspectos técnicos que compõem os papéis desempenhados pelos servidores são substancialmente mais enfatizados que os aspectos políticos. O resultado do cálculo da média geral dos aspectos técnicos foi de 4,28, com desvio-padrão de 0,47, enquanto a média geral dos aspectos políticos foi de 2,07, com desvio-padrão de 0,90. Os coeficientes de variação são de 0,10 e 0,43 respectivamente. O Quadro 10 apresenta as médias e desvios-padrão dos aspectos componentes dos papéis:

Quadro 10 – Descritiva dos aspectos componentes dos papéis

Ênfase / Importância	Aspecto	Média	D.P.	Mín	Máx	N
1º	A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício do cargo	4,54	0,58	3	5	225
2º	A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências	4,46	0,80	1	5	226
3º	A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados	4,31	0,81	1	5	226
4º	A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais	4,28	0,75	2	5	225
5º	A ênfase na eficiência técnica dos processos	4,27	0,81	1	5	227
6º	A importância da disciplina no cumprimento do dever	4,16	0,80	1	5	227
7º	A ênfase no registro e documentação das atividades	3,91	0,93	1	5	224
8º	A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos	2,52	1,37	1	5	227
9º	A possibilidade de influenciar decisões políticas	2,26	1,17	1	5	227
10º	A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considera relevantes para sociedade	2,23	1,30	1	5	225
11º	A ênfase em atividades de definição da agenda política	2,11	1,15	1	5	225
12º	A ênfase em atividades de aconselhamento político	2,05	1,23	1	5	225
13º	A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político	2,02	1,31	1	5	227
14º	A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considera contrários ao interesse da sociedade	1,85	1,08	1	5	225
15º	A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido	1,50	1,01	1	5	226

Fonte: dados da pesquisa

A representação gráfica dos aspectos técnicos e políticos que compõem os papéis de cada um dos pesquisados pode ser verificada nos Gráficos 2 e 3, a seguir. Nesses dois gráficos, as medidas de tendência central e dispersão ficam bem representadas. Percebe-se uma maior concentração dos aspectos técnicos nas faixas superiores (entre 3 e 5), enquanto os aspectos políticos estão mais dispersos e, em sua maioria, posicionados nas faixas mais baixas (entre 1 e 3):

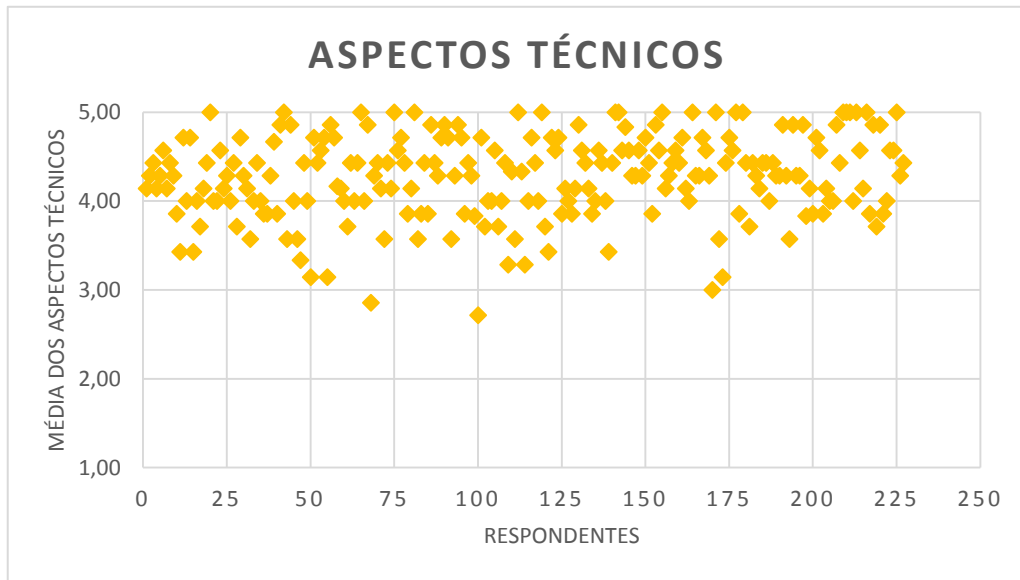


Gráfico 2 – Representação dos aspectos técnicos dos papéis

Fonte: dados da pesquisa

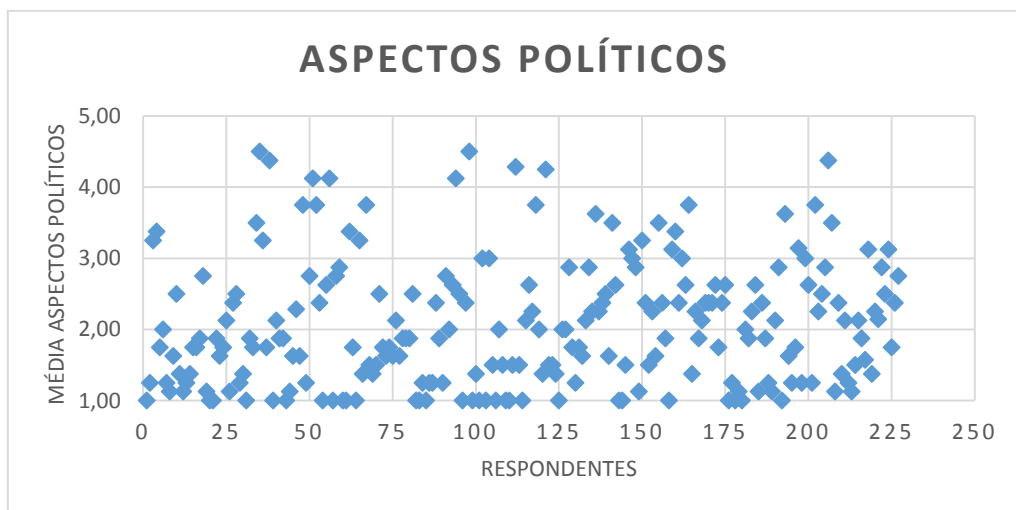


Gráfico 3 – Representação dos aspectos políticos dos papéis

Fonte: dados da pesquisa

Considerando a combinação das médias dos aspectos políticos e técnicos dos papéis de cada respondente, o Gráfico 4 apresenta a composição desses papéis, evidenciando uma maior concentração dos dados no quadrante superior esquerdo (82,82% do total), que abriga os papéis preponderantemente técnicos, com médias superiores a 3 nos aspectos técnicos e inferiores a 3 nos aspectos políticos:

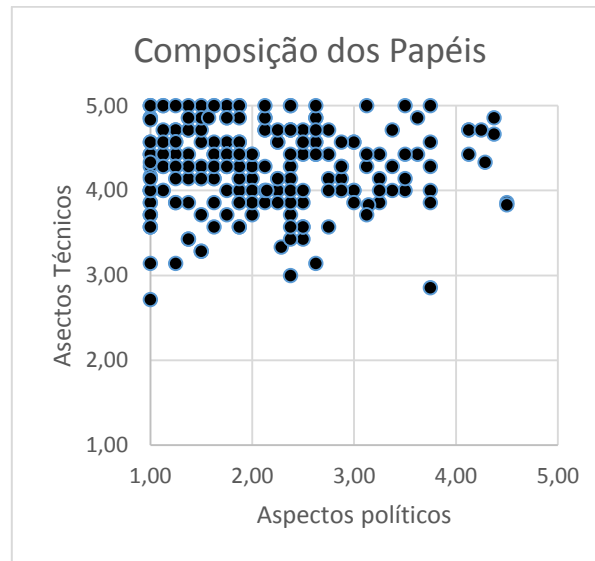


Gráfico 4 – Composição dos papéis - geral
Fonte: dados da pesquisa

Nos quadrantes inferiores do Gráfico 4 estão posicionados apenas 0,88% dos papéis, sendo 0,44% no quadrante esquerdo, com médias abaixo de 3 em ambos os aspectos, e 0,44% no quadrante direito, onde estão posicionados os papéis preponderantemente políticos, com médias inferiores a 3 nos aspectos técnicos e superiores a 3 nos aspectos políticos. Já no quadrante superior direito, estão posicionados 16,30% dos papéis, os quais apresentam altas médias (superiores a 3) tanto nos aspectos técnicos quanto políticos.

Fazendo um paralelo com a teoria sobre o tema, verifica-se a presença, também no âmbito da Câmara dos Deputados, de papéis híbridos, conforme denominados na literatura. Segundo autores como Aberbach *et al* (1981), esses papéis são complexos, uma vez que demandam a articulação de critérios de conhecimento técnico, experiência profissional e habilidades para lidar com questões de substância política. Essa complexidade foi ilustrada no comentário registrado por um participante da pesquisa:

O trabalho na Câmara dos Deputados não se assemelha a nenhum outro. Nem mesmo das Assembleias Legislativas ou do Senado Federal podem ser considerados parâmetros. Na área legislativa, você se depara no dia a dia com ideias muito boas, e convive, por outro, com outras muito ruins. O assessor tem obrigação de a partir de sua análise expor seu entendimento, todavia, a decisão final é do representante parlamentar, aquele que detém o mandato. O ônus é dele, assim como o bônus. O parlamento retrata as escolhas do cidadão brasileiro, é um Poder, com seus defeitos e virtudes, ao assessor cabe grande desafio de entender o momento político e apresentar sugestões, saídas e opções. Sem dúvida, um grande desafio!!! (Comentário 4 – Apêndice E).

Ao analisar a composição dos papéis por subgrupos, chamam a atenção as variações quando se observam os dados por área de lotação. O Gráfico 5, abaixo, apresenta a composição dos papéis da Área Administrativa, no qual se observa que 98,77% dos papéis dessa área estão posicionados no quadrante superior esquerdo, que abriga os papéis predominantemente técnicos, com médias acima de 3 nos aspectos técnicos e abaixo de 3 nos aspectos políticos:

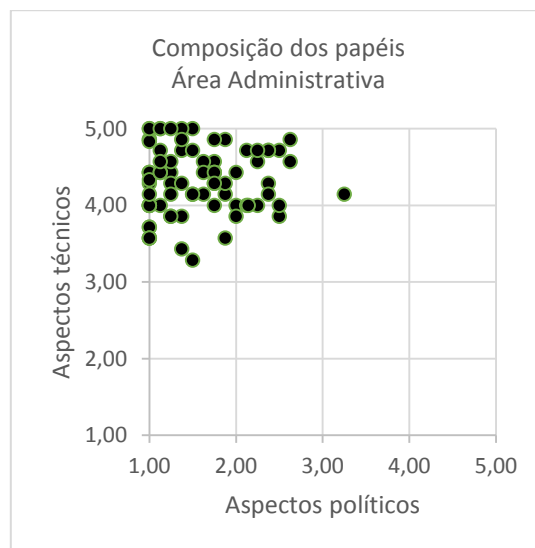


Gráfico 5 – Composição dos papéis Área Administrativa

Fonte: dados da pesquisa

Os papéis da Área Legislativa, por sua vez, estão representados no Gráfico 6, no qual se verifica um deslocamento de 15,63% dos papéis para o quadrante superior direito, onde estão posicionados os papéis com altas médias nos aspectos técnicos e políticos, restando ainda 83,33% dos papéis no quadrante superior esquerdo, que abriga os papéis predominantemente técnicos, com médias acima de 3 nos aspectos técnicos e abaixo de 3 nos aspectos políticos:

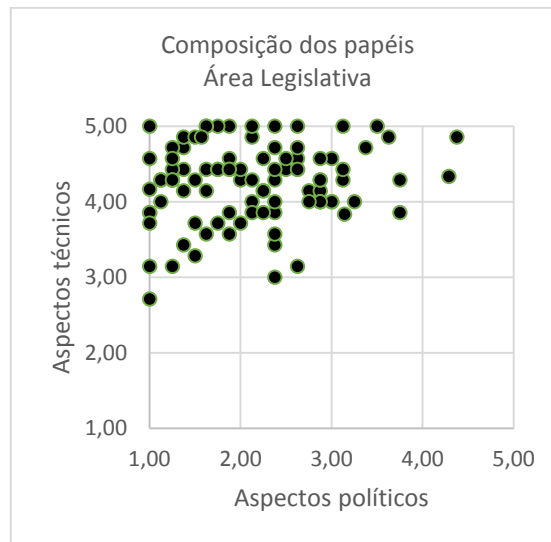


Gráfico 6 – Composição dos papéis Área Legislativa
 Fonte: dados da pesquisa

Já no Gráfico 7, que apresenta os papéis da Área Política, verifica-se uma maior distribuição dos papéis entre os dois quadrantes superiores. No quadrante superior direito, onde posicionados os papéis com altas médias nos aspectos técnicos e políticos estão posicionados 42,55% dos papéis, enquanto 55,32% dos papéis estão no quadrante superior esquerdo, que abriga os papéis predominantemente técnicos, com médias acima de 3 nos aspectos técnicos e abaixo de 3 nos aspectos políticos:

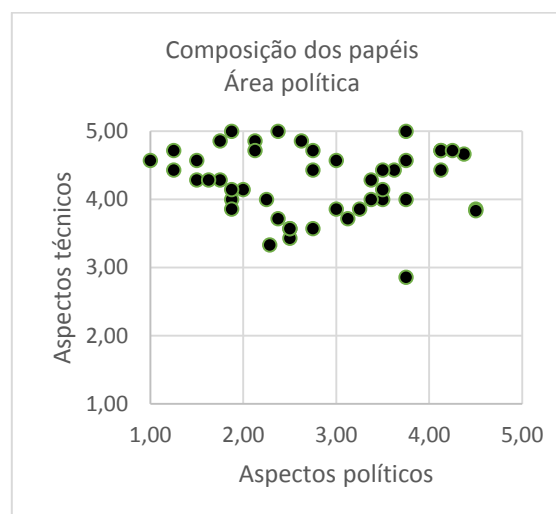


Gráfico 7 – Composição dos papéis Área Política
 Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar a composição dos papéis por nível de FC, não se observam diferenças tão marcantes como as observadas por área. O Gráfico 8 apresenta os papéis dos níveis FC-1 e FC-2, no qual se verifica que 85,71% estão posicionados no quadrante superior esquerdo, que abriga os papéis predominantemente técnicos, enquanto 12,61% estão no quadrante superior direito, com médias acima de 3 em ambos os aspectos. Nos quadrantes inferiores estão 1,68% dos papéis:

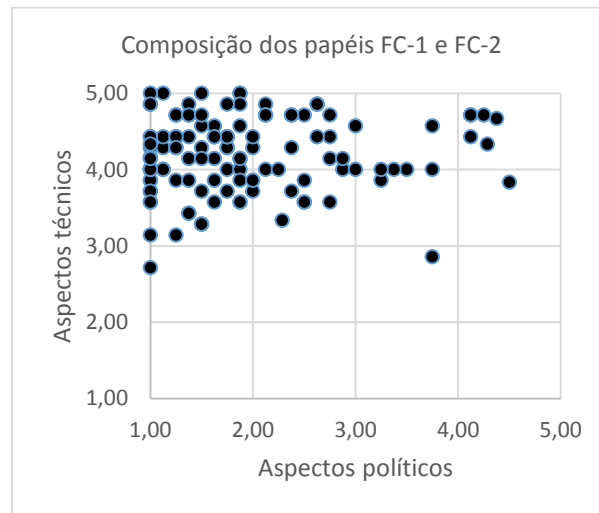


Gráfico 8 – Composição dos papéis FC-1 e FC-2
Fonte: dados da pesquisa

A composição nos níveis FC-3 e FC-4 está representada no Gráfico 9, no qual se observa que 79,63% dos papéis são predominantemente técnicos, enquanto os demais 20,37% estão no quadrante superior direito, com médias superiores a 3 em ambos os aspectos:

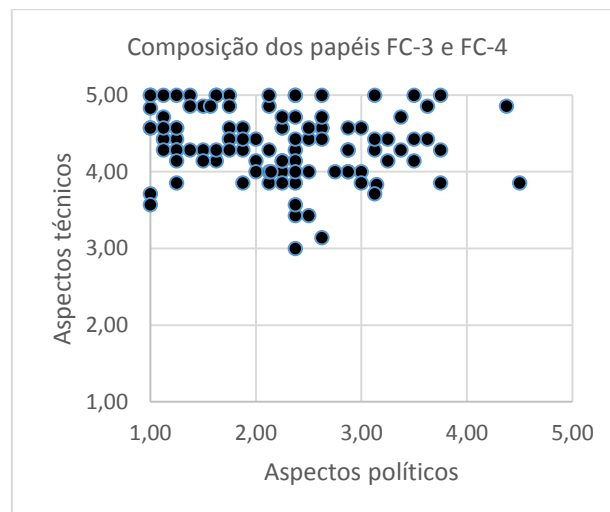


Gráfico 9 – Composição dos papéis por FC-3 e FC-4
Fonte: dados da pesquisa

4.1.1 Aspectos políticos dos papéis

Os resultados das análises de regressão apontaram que quatro variáveis independentes influenciam o Fator aspectos políticos dos papéis ($R^2 = 0,36$; $F = 6,31$, $p=0,000$) – área de lotação ($\beta = 0,45$, $p=0,000$); idade ($\beta = 0,24$, $p=0,012$); nível da função de confiança ($\beta = 0,18$, $p=0,029$) e filiação partidária ($\beta = 0,17$, $p=0,000$). A seguir, apresentam-se alguns detalhes desses principais preditores.

4.1.1.1 Aspectos políticos dos papéis e Área de Lotação

A variável área de lotação foi a que melhor explicou, individualmente, a variância do Fator aspectos políticos dos papéis ($\beta = 0,45$, $p=0,000$). As análises de variância confirmaram diferenças significativas nas médias apresentadas pelos servidores quando observadas as áreas de lotação $F(2, 221) = 40,74$, $p=0,000$, com índices superiores na área política. O teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área política para administrativa e legislativa de maneira significativa ($\Delta M=1,24$, $p=0,000$ e $\Delta M=0,65$, $p=0,000$).

Ao comparar cada um dos aspectos políticos dos papéis por área de lotação, nota-se que as médias são sempre superiores na área política, seguidas pela área legislativa e, por fim, pela área administrativa, com uma única exceção que será destacada na sequência. A Tabela 4 apresenta as médias desses itens:

Tabela 4 – Médias dos aspectos políticos dos papéis por área de lotação

Área de lotação	A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos	A possibilidade de influenciar decisões políticas	A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade	A ênfase em atividades de definição da agenda política	A ênfase em atividades de aconselhamento político	A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político	A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade	A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido	Média geral por Área
Administrativa	1,96	1,72	1,65	1,56	1,40	1,57	1,48	1,08	1,55
Legislativa	2,55	2,56	2,37	2,29	2,24	1,89	1,92	1,30	2,14
Política	3,38	2,53	2,91	2,66	2,78	3,11	2,34	2,64	2,79
Média do item	2,52	2,26	2,23	2,11	2,05	2,02	1,85	1,50	2,07

Fonte: Elaboração própria

Não obstante as médias dos pesquisados da área política serem superiores em quase todos os itens, destaca-se que são os servidores da área legislativa que percebem uma maior possibilidade de influenciar decisões políticas, apresentando média superior nesse aspecto.

Quando se comparam os dados das áreas política e legislativa, observa-se que a variação geral entre as médias é de 30,37%, sendo que a maior diferença observada é no aspecto referente à ênfase na defesa de políticas de um determinado partido, equivalente a 103,08%.

Ao comparar as médias dos aspectos políticos entre as áreas política e administrativa, as variações são sempre muito altas, correspondendo a 80% no geral. No caso da ênfase na defesa de políticas de um determinado partido, as variações chegam a 144,44%.

Entre as áreas legislativa e administrativa, a variação geral é de 38,06%, sendo que a maior diferença observada entre essas áreas é no item referente à ênfase em atividades de aconselhamento político, que é 60% superior dentre os pesquisados da área legislativa, em relação aos da área administrativa.

4.1.1.2 Aspectos políticos dos papéis e Idade

Conforme comentado anteriormente, a idade foi uma das quatro variáveis que explicaram as variâncias nos aspectos políticos dos papéis nos testes de regressão ($\beta = 0,24$, $p=0,012$). As médias desses aspectos por faixa etária estão demonstradas na Tabela 5:

Tabela 5 – Médias dos aspectos políticos dos papéis por Idade

Idade	A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos	A possibilidade de influenciar decisões políticas	A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade	A ênfase em atividades de definição da agenda política	A ênfase em atividades de aconselhamento político	A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político	A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade	A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido	Média geral por idade
Até 35 anos	2,68	2,41	2,44	2,29	2,21	2,29	1,79	1,91	2,25
De 35 a 45 anos	2,60	2,21	2,06	2,05	2,00	1,91	1,71	1,52	2,00
De 45 a 55 anos	2,31	2,18	2,15	2,08	1,87	1,91	1,76	1,31	1,95
55 anos ou mais	2,83	2,20	2,59	2,14	2,43	2,29	2,40	1,54	2,31
Média do item	2,52	2,26	2,23	2,11	2,05	2,02	1,85	1,50	2,07

Fonte: Elaboração própria

Ao observar as médias, verifica-se que são sempre superiores dentre os servidores com mais de 55 anos e menos de 35 anos e inferiores nas faixas etárias intermediárias. As variações gerais correspondem a 18,46% quando comparadas as faixas acima de 55 anos com a de 45 a 55 anos e de 14,87% quando comparadas as faixas até 35 anos com a de 35 a 45 anos. No caso da ênfase em atividades de aconselhamento político, o índice é 29,95% superior dentre os servidores com mais de 55 anos, em comparação com aqueles entre 45 e 55 anos e 21,5% superior que os de 35 a 45 anos.

4.1.1.3 Aspectos políticos dos papéis e Nível da FC

Não obstante nos testes de variância as diferenças entre as médias desses aspectos não serem significativas quando comparados por nível de função ($F(3, 223) = 2,50, p=0,060$, verifica-se um aumento das médias nos níveis mais altos, conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Médias dos aspectos políticos dos papéis por nível de FC

Nível da FC	A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos	A possibilidade de influenciar decisões políticas	A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade	A ênfase em atividades de definição da agenda política	A ênfase em atividades de aconselhamento político	A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político	A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade	A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido	Média geral por Área
FC-1	2,46	1,75	2,11	1,94	1,84	2,05	1,83	1,59	1,94
FC-2	2,30	2,30	2,04	1,91	1,65	1,74	1,65	1,35	1,87
FC-3	2,58	2,65	2,36	2,27	2,29	2,05	1,90	1,43	2,19
FC-4	3,00	3,25	2,63	2,75	2,75	2,13	2,13	1,75	2,55
Média do item	2,52	2,26	2,23	2,11	2,05	2,02	1,85	1,50	2,07

Fonte: dados da pesquisa

Comparando os dados entre os níveis FC-4 e FC-1, observa-se uma variação geral de 31,44%, chegando a um máximo de 85,71% no item “possibilidade de influenciar decisões políticas”. O aspecto “ênfase em atividades de aconselhamento político” também apresenta variações expressivas entre os níveis de funções, sendo de 66,67% entre FC-4 e FC-2; 49,46% entre FC-4 e FC-1 e 20,09% entre FC-4 e FC-3.

4.1.1.4 Aspectos políticos dos papéis e Filiação Partidária

A quarta variável que contribuiu para a explicação das variâncias dos aspectos políticos dos papéis foi a filiação partidária ($\beta = 0,17, p=0,000$). A Tabela 7 detalha as médias desses aspectos:

Tabela 7 – Médias dos aspectos políticos dos papéis por Tipo de FC

Filiado a partido político	A ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos	A possibilidade de influenciar decisões políticas	A ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade	A ênfase em atividades de definição da agenda política	A ênfase em atividades de aconselhamento político	A importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político	A ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade	A ênfase na defesa das políticas de um determinado partido	Média geral
Não	2,50	2,26	2,21	2,09	2,03	2,00	1,83	1,49	2,05
Sim	5,00	1,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,5
Média do item	2,52	2,26	2,23	2,11	2,05	2,02	1,85	1,50	2,06

Fonte: dados da pesquisa

Não obstante verificar que os índices aumentam bastante nos casos dos servidores que se declararam filiados a partidos políticos, correspondendo a 119,51% no geral, destaca-se que a representatividade desses servidores é muito pequena, equivalente a 0,8% do total de pesquisados.

4.1.1.5 Aspectos políticos dos papéis e demais variáveis

Quando se analisam os aspectos políticos dos papéis por “tipo de função de confiança” o teste *t* mostra diferenças significativas nas médias ($t=3,41$, g.l.=221, $p=0,001$), que são superiores para as funções de assessoramento, conforme se observa no Gráfico 10:

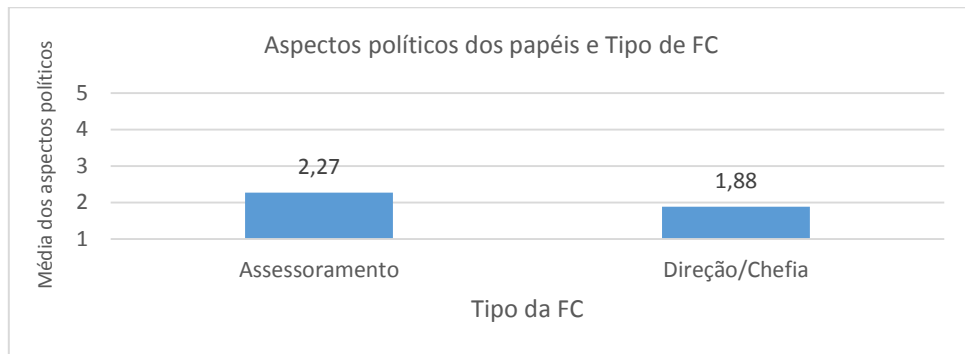


Gráfico 10 – Aspectos políticos dos papéis e Tipo de FC

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere à variável “sexo”, os resultados do teste *t* mostraram diferenças significativas no fator aspectos políticos dos papéis ($t=2,16$, g.l.=224, $p=0,032$), sendo a média maior entre os homens, conforme demonstrado no Gráfico 11:

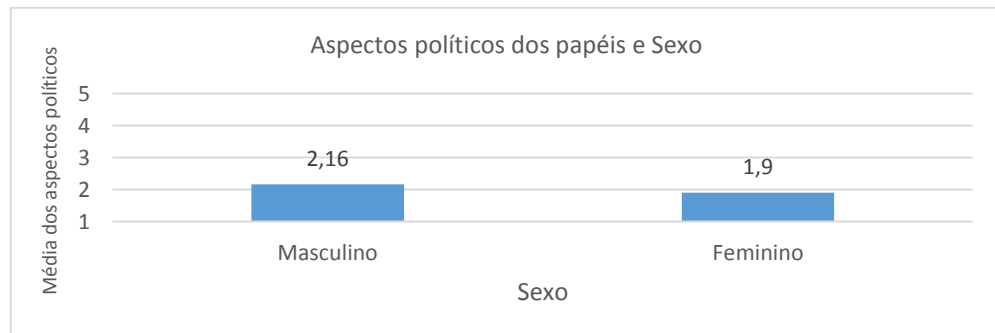


Gráfico 11 – Aspectos políticos dos papéis e Sexo

Fonte: dados da pesquisa

As descrições das médias dos aspectos políticos em todos os subgrupos constam da Tabela 17 do Apêndice C.

4.1.2 Aspectos técnicos dos papéis

Quanto aos aspectos técnicos dos papéis, verificou-se que as variações nas médias são menores, sendo que esses aspectos são altamente enfatizados em todas as categorias analisadas.

4.1.2.1 Aspectos técnicos dos papéis e Nível da FC

No caso dos aspectos técnicos dos papéis, a variável “nível da função de confiança” ($\beta = 0,29$, $p=0,002$) foi a que melhor explicou as variâncias ($R^2 = 0,17$; $F = 2,30$, $p=0,014$).

Nas comparações desses aspectos em cada um dos níveis, as análises apontaram diferenças significativas $F(3, 223) = 2,96$, $p=0,033$. A Tabela 8 apresenta as médias dos aspectos técnicos dos papéis por níveis de função de confiança:

Tabela 8 – Média dos aspectos técnicos dos papéis por nível de FC

Nível da FC	A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício cargo	A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências	A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados	A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais	A ênfase na eficiência técnica dos processos	A importância da disciplina no cumprimento do dever	A ênfase no registro e documentação das atividades	Média geral por FC
FC-1	4,44	4,35	4,07	4,21	4,24	4,08	3,82	4,17
FC-2	4,57	4,09	4,43	4,13	4,35	4,17	4,17	4,27
FC-3	4,63	4,65	4,47	4,36	4,25	4,25	3,93	4,36
FC-4	4,63	4,63	4,63	4,50	4,63	4,00	3,88	4,41
Média item	4,54	4,46	4,31	4,28	4,27	4,16	3,91	4,28

Fonte: dados da pesquisa

As maiores variações são observadas no item “aplicação de conhecimentos profissionais especializados”, que é 13,76% superior no nível FC-4 quando comparado com FC-1 e 9,83% superior no nível FC-3 quando comparado com FC-1.

No item “ênfase na eficiência técnica dos processos”, verificam-se variações de 9,20% e 8,94% quando comparados os índices do nível FC-4 com FC-1 e FC-3, respectivamente.

4.1.2.2 Aspectos técnicos dos papéis e demais variáveis

Ainda acerca dos aspectos técnicos componentes dos papéis, ressalta-se que, quando comparados por área de lotação, não apresentam diferenças significativas ($F(2, 221) = 0,739$, $p=0,479$), uma vez que são bastante enfatizados em todas as áreas, conforme Tabela 9:

Tabela 9 – Médias dos aspectos técnicos dos papéis por Área

Área de lotação	A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício cargo	A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências	A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados	A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais	A ênfase na eficiência técnica dos processos	A importância da disciplina no cumprimento do dever	A ênfase no registro e documentação das atividades	Média geral por Área
Administrativa	4,55	4,54	4,27	4,40	4,48	4,15	3,89	4,33
Legislativa	4,53	4,42	4,32	4,16	4,13	4,14	4,04	4,25
Política	4,55	4,38	4,33	4,36	4,17	4,30	3,66	4,25
Média do item	4,54	4,46	4,31	4,28	4,27	4,16	3,91	4,28

Fonte: dados da pesquisa

As descrições das médias dos aspectos técnicos em todos os demais subgrupos de dados demográficos e funcionais constam da Tabela 18 do Apêndice C.

4.2 Aspectos que influenciam a politização

Quanto aos aspectos dos postos de trabalho que influenciam a politização dos papéis dos servidores, a análise fatorial dos dados coletados na pesquisa indicou a presença de dois fatores – um de influência positiva e outro de influência negativa na politização, também confirmando a teoria, em especial os estudos de Longo (2005). Os fatores passaram a ser designados como Fator Pol+ e Fator Pol-, representando, respectivamente, os aspectos de influência positiva e negativa na politização. Descrevem-se, a seguir, os aspectos que compõem cada um dos fatores:

- Fator Pol+ – aspectos de influência positiva na politização:
 - O interesse da sociedade na matéria com a qual lido;
 - A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos e
 - A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da minha função.

- Fator Pol- – Aspectos de influência negativa na politização:
 - O nível complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função;
 - A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho e
 - A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização.

Ao observar o Quadro 11 verificam-se maiores médias nos aspectos de influência negativa na politização, com média geral de 3,74 e desvio-padrão de 0,74; enquanto as médias dos aspectos de influência positiva são menores, com média geral de 2,76 e desvio-padrão de 1,01.

Quadro 11 – Descritiva dos aspectos referentes aos postos de trabalho

Aspecto	Média	D.P.	Mín.	Máx.	N
O nível complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função	3,84	0,88	2	5	226
A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho	3,72	1,00	1	5	226
A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização	3,65	1,14	1	5	226
O interesse da sociedade na matéria com a qual lido	3,54	1,23	1	5	226
A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos	2,61	1,41	1	5	224
A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da minha função	2,12	1,23	1	5	225

Fonte: elaborado pela autora

4.2.1 Aspectos de influência positiva

No que se refere aos aspectos de influência positiva na politização, as análises de regressão mostraram que duas variáveis foram significativas ($R^2 = 0,34$; $F = 5,77$, $p=0,000$) – área de lotação ($\beta = 0,50$ $p=0,000$) e nível da função de confiança ($\beta = 0,30$ $p=0,000$).

4.2.1.1 Aspectos de influência positiva e Área de Lotação

A Tabela 10 destaca as médias de cada um dos aspectos que influenciam positivamente a politização por área de lotação:

Tabela 10 – Médias dos aspectos de influência positiva por Área

Área	O interesse da sociedade na matéria com a qual lida	A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos	A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da função	Média geral por Área
Administrativa	3,02	1,63	1,63	2,09
Legislativa	3,81	3,07	2,18	3,02
Política	3,94	3,37	2,79	3,37
Total Geral	3,54	2,61	2,12	2,76

Fonte: dados da pesquisa

As análises de variância apontaram diferenças significativas quando comparadas as médias dos aspectos que influenciam positivamente a politização por área de lotação, $F(2, 220) = 40,27$, $p=0,000$. O teste pós-hoc de Tukey aponta diferença da área política para administrativa de forma significativa ($\Delta M=1,27$, $p=0,000$). As maiores variações são observadas no aspecto “frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos”, que são de 88,34% quando comparadas as áreas legislativa e administrativa, chegando a 106,75% quando comparadas as áreas política e administrativa. Quanto ao aspecto “necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da função”, a área política apresenta índices 27,98% maiores que a área legislativa e 71,17% maiores que a área administrativa. Por fim, no que se refere ao aspecto “interesse da sociedade na matéria com a qual lida”, verifica-se uma percepção parecida entre os servidores das áreas política e legislativa. Quando comparadas as áreas políticas e administrativa, a primeira apresenta médias 30,46% superiores nesse item.

4.2.1.2 Aspectos de influência positiva e Nível da FC

Quando comparados por níveis de funções de confiança, observa-se que as médias dos aspectos de influência positiva aumentam à medida que aumentam os níveis, conforme demonstrado no Gráfico 12:

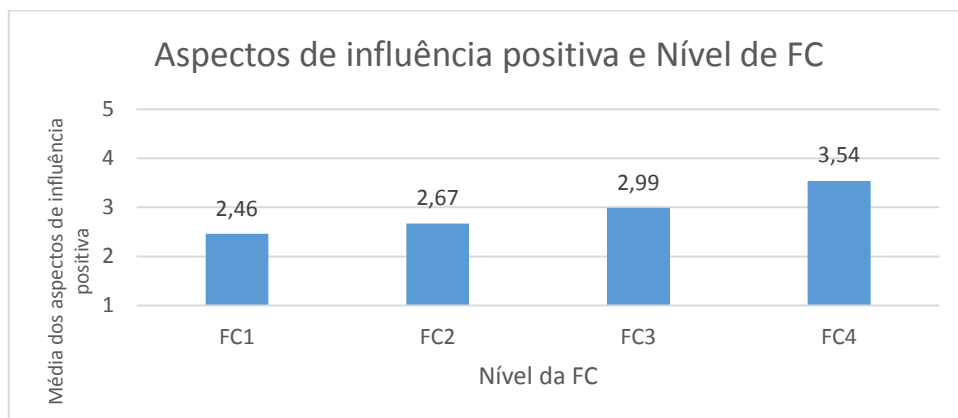


Gráfico 12 – Aspectos de influência positiva e Nível da FC

Fonte: dados da pesquisa

Ao observar a Tabela 11, abaixo, verifica-se que o aspecto “interesse da sociedade na matéria com a qual lida” não apresenta grandes variações entre os níveis de funções. No caso do aspecto “frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos”, a variação das médias é de 50,24% entre FC-3 e FC-1 e chega a 101,46%, quando comparadas as funções FC-4 e FC-1.

Quanto ao aspecto “necessidade de proximidade com grupos sociais e média no desempenho da função”, a variação é de 42,85% entre FC-4 e FC-3 e de 47,78% entre os níveis FC-4 e FC-1.

Tabela 11 – Médias dos aspectos de influência positiva por nível de FC

Nível da FC	O interesse da sociedade na matéria com a qual lida	A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos	A necessidade de proximidade com grupos sociais e média no desempenho da função	Média geral por Nível
FC-1	3,29	2,05	2,03	2,46
FC-2	3,57	2,26	2,17	2,67
FC-3	3,78	3,08	2,11	2,99
FC-4	3,50	4,13	3,00	3,54
Total Geral	3,54	2,61	2,12	2,76

Fonte: dados da pesquisa

As análises de variância demonstraram diferenças significativas nesses aspectos quando comparados por nível de função de confiança $F(3, 222) = 6,64, p=0,000$. Nesse caso, o teste *post-hoc* de Tukey mostrou diferença da FC-4 em comparação com a FC-1 ($\Delta M=1,08, p=0,015$).

4.2.2 Aspectos de influência negativa

No fator de aspectos que influenciam negativamente a politização ($R^2 = 0,18; F = 2,44, p=0,009$), destacam-se duas variáveis – tipo de função de confiança ($\beta = 0,50 p=0,000$) e nível de função de confiança ($\beta = 0,25 p=0,000$). As análises de variância também mostraram diferenças significativas quando comparados esses aspectos por área, cujas médias são superiores na área Administrativa $F(2, 220) = 9,09, p=0,000$. A seguir, apresentam-se alguns dados dessas variáveis.

4.2.2.1 Aspectos de influência negativa e Nível da FC

As médias de cada um dos aspectos de influência negativa estão descritas na Tabela 12:

Tabela 12 – Médias dos aspectos de influência negativa por nível de FC

Nível FC	A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho	A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização	O nível complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função	Média geral por Nível de FC
FC-1	3,69	3,58	3,53	3,60
FC-2	3,91	3,43	4,17	3,84
FC-3	3,71	3,71	4,03	3,82
FC-4	3,63	4,38	4,25	4,08
Total Geral	3,72	3,65	3,84	3,74

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que as maiores variações são identificadas no aspecto “sujeição dos resultados do trabalho a controle e fiscalização”, que chegam a 27,70% entre FC-4 e FC-2 e no “nível de complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da função, que atingem uma variação de 20,40% entre os níveis FC-4 e FC-1.

4.2.2.2 Aspectos de influência negativa e Tipo da FC

Ainda acerca dos aspectos de influência negativa na politização, os resultados do teste *t* apontaram diferenças significativas ($t=-3,96$, g.l.=220, $p=0,000$) entre as funções de direção/chefia e as de assessoramento. A Tabela 13 apresenta as médias em cada um dos casos:

Tabela 13 – Médias dos aspectos de influência negativa por Tipo de FC

Tipo FC	A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho	A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização	O nível complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função	Média geral por Tipo de FC
Assessoramento	3,40	3,42	3,81	3,54
Direção/Chefia	4,05	3,86	3,86	3,92
Total Geral	3,72	3,65	3,84	3,74

Fonte: dados da pesquisa

No aspecto “complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da função” praticamente não há variações. Nos outros dois aspectos, as médias são superiores nas funções de direção/chefia, correspondendo a 19,12% no caso da padronização dos produtos e resultados e a 12,87% no caso da sujeição dos resultados a controle e fiscalização.

4.2.2.3 Aspectos de influência negativa e Área de Lotação

As médias de cada um dos aspectos de influência negativa na politização por área estão descritas na Tabela 14, bem como as médias gerais desses aspectos em cada área:

Tabela 14 – Médias dos aspectos de influência negativa por Área

Área	A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho	A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização	O nível complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função	Média geral por Área de Lotação
Administrativa	3,90	4,25	3,85	4,00
Legislativa	3,66	3,33	3,82	3,60
Política	3,53	3,26	3,81	3,53
Total Geral	3,72	3,65	3,84	3,74

Fonte: dados da pesquisa

Nesse caso, observam-se maiores médias da Área Administrativa em todos os aspectos que influenciam negativamente a politização. Assim como as análises de variância, o teste *pós-hoc* de Tukey também mostrou diferença da área administrativa para legislativa e política de maneira significativa ($\Delta M=0,40$, $p=0,001$ e $\Delta M=0,47$, $p=0,001$).

As médias dos aspectos que influenciam positivamente e negativamente a politização nos demais subgrupos analisados consta da Tabela 18 do Apêndice D.

4.3 Pontos de vista sobre politização

Os quatro últimos itens do instrumento de pesquisa compõem o último fator da Escala de Pontos de Vista sobre Politização (EPVP), que avaliou a concordância dos respondentes com pontos de vista sobre a politização. O fator foi denominado Fator C, demonstrando o nível de concordância dos respondentes. O Quadro 12 apresenta cada um dos itens desse fator:

Quadro 12 – Descritiva dos itens pontos de vista sobre politização

Aspecto	Média	D.P.	Mín.	Máx.	N
A competência técnica deve ser o principal critério a ser observado quando da escolha de titulares de funções de confiança similares à que exerce.	4,27	0,77	1	5	226
As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve admitir que ela maneje suas repartições	3,92	1,08	1	5	227
Não há como separar administração e política, uma vez que Administração Pública é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes	2,56	1,15	1	5	225
A confiança e a lealdade aos projetos do superior político são os principais critérios a serem observados quando da escolha de titulares de funções de confiança similares à que exerce	2,14	1,12	1	5	227

Fonte: elaborado pela autora

Considerando que o 1º e o 2º itens descritos no Quadro 12 representam pontos de vista desfavoráveis à politização, enquanto os itens 3 e 4 representam pontos de vista favoráveis, verifica-se que há uma menor aderência dos pesquisados às questões que favorecem a politização e uma maior concordância com os itens que a desfavorecem, o que também se mostra coerente com os resultados anteriores.

Ressalta-se, conforme detalhado no capítulo da metodologia, que foi obtida uma solução unifatorial para esta medida, por meio da inversão dos itens que representam pontos de vista desfavoráveis à politização, obtendo-se um índice único para o fator, denominado Fator C, que representa o nível de concordância com os pontos de vista favoráveis à politização. O valor da média geral desse fator de concordância foi de 2,13, com desvio-padrão de 0,73.

Os resultados da análise de regressão das variáveis independentes sobre a escala de concordância com pontos de vista favoráveis à politização demonstraram que variável área de lotação ($\beta = 0,36$ $p=0,000$) foi responsável por explicar 23% da variância do Fator ($R^2 = 0,23$; $F = 3,27$, $p=0,001$).

Ao analisar essa questão por áreas, verifica-se uma maior concordância com os pontos de vista favoráveis à politização na área política, que apresentou as maiores médias $F(2, 221) = 21,56$, $p=0,000$, sendo que o teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área política para administrativa e legislativa de maneira significativa ($\Delta M=0,80$, $p=0,000$ e $\Delta M=0,49$, $p=0,008$). O Gráfico 13 apresenta as médias de concordância em cada área:

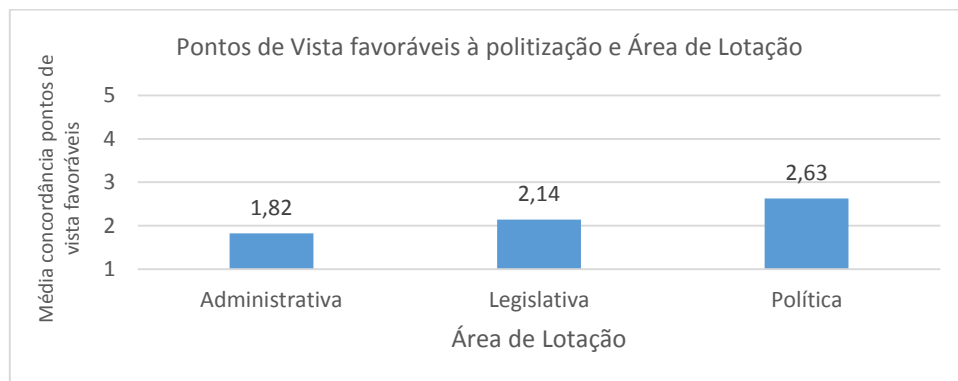


Gráfico 13 – Pontos de Vista e Área de Lotação

Fonte: dados da pesquisa

Quando comparados os resultados por nível de função de confiança, as análises de variância apresentam diferenças significativas $F(3, 223) = 3,15$, $p=0,026$, sendo que o teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferenças da FC-4 em comparação com a FC-1 e FC-2 de forma significativa ($\Delta M=0,71$, $p=0,036$ e ($\Delta M=0,83$, $p=0,025$, respectivamente). O Gráfico 14 apresenta as médias:

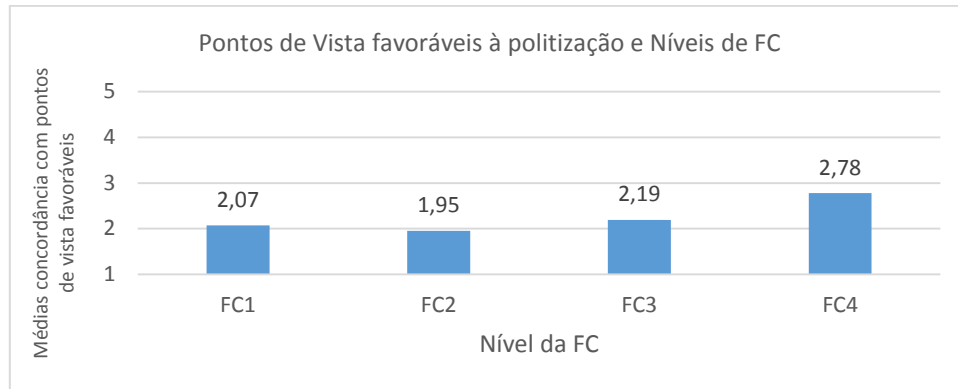


Gráfico 14 – Pontos de Vista e Nível da FC

Fonte: dados da pesquisa

Na análise entre os tipos de função de confiança, o teste t mostrou que o fator concordância com os pontos de vista favoráveis apresentou diferenças significativas ($t=2,54$, g.l.=221, $p=0,0012$), com médias ligeiramente superiores para as funções de Assessoramento, conforme se verifica no Gráfico 15:

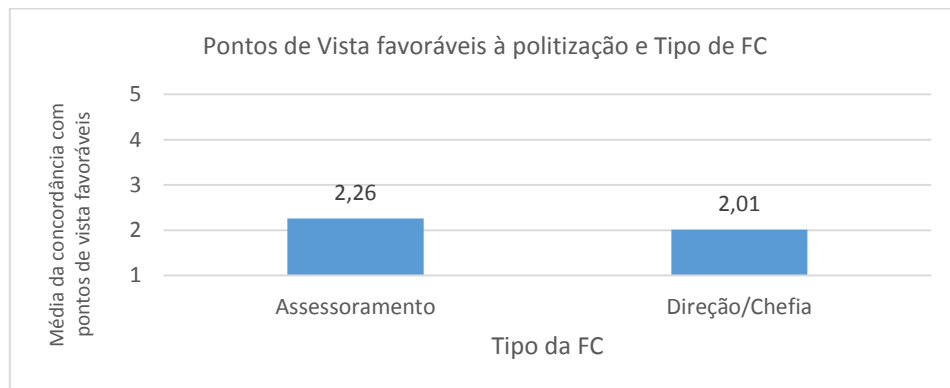


Gráfico 15 – Pontos de Vista e Tipo da FC

Fonte: dados da pesquisa

Destaca-se, por fim, que constam do Apêndice E deste trabalho, o registro de todos os comentários emitidos pelos participantes da pesquisa no campo aberto a observações. Esses comentários ilustram, de certa forma, os resultados apontados sobre os pontos de vista dos participantes.

4.4 Análise da tendência de politização

Todas as análises e testes realizados até agora subsidiaram o objetivo principal deste trabalho, que se propôs a identificar as tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, com amparo na teoria sobre o tema, foi proposto um método para calcular esse índice, a partir da análise combinada de aspectos técnicos e políticos que compõem os papéis dos servidores (intrínsecos), de aspectos que influenciam negativa ou positivamente a politização desses papéis (relativos aos postos de trabalho) e de pontos de vista dos servidores sobre questões que favorecem ou não a politização.

As análises de correlação entre as escalas que avaliaram esses três pontos confirmaram as associações esperadas teoricamente, conforme se verifica no Apêndice D. Os resultados mostraram que os fatores políticos dos papéis e dos postos de trabalho correlacionam-se ($r = 0,62$, $p=0,000$), assim como os fatores técnicos ($r = 0,39$, $p=0,000$). Quanto à escala de concordâncias com pontos de vistas favoráveis à politização, os resultados apontam que está correlacionada com o fator de aspectos políticos dos papéis ($r = 0,46$, $p=0,000$) e com o fator de aspectos dos postos de trabalho que influenciam positivamente a politização ($r = 0,26$, $p=0,000$). Por outro lado, está correlacionada de maneira negativa com o fator de aspectos técnicos dos papéis e, de forma ainda mais significativa com os aspectos técnicos dos postos de trabalho ($r = -0,14$, $p=0,038$).

Diante dessas confirmações, foram realizadas as análises e cálculos de todos os 25 itens avaliados na pesquisa, na forma detalhada no capítulo de metodologia. Os resultados apontaram um índice geral de tendência de politização de 2,18, em uma escala de 1 a 5 (cuja média é 3), conforme demonstrado no Gráfico 16:

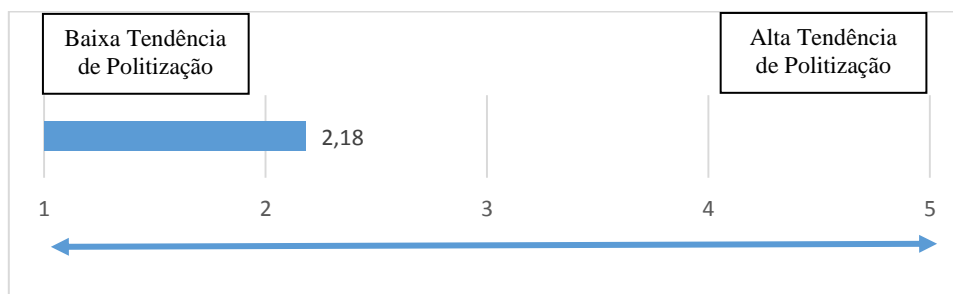


Gráfico 16 – Média geral da tendência de politização

Fonte: dados da pesquisa

Ao observar os índices de cada um dos pesquisados, verifica-se que a grande maioria dos servidores (95,15% do total), apresenta tendência de politização menores que 3 (média da escala). O Gráfico 17 representa as tendências de politização dos servidores pesquisados:

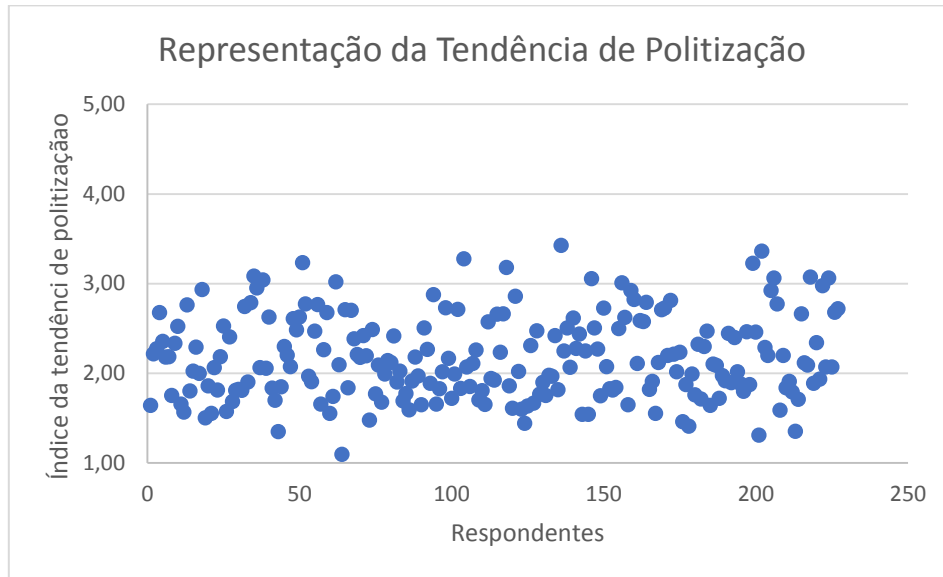


Gráfico 17 – Representação da tendência de politização por respondente
Fonte: dados da pesquisa

Desses resultados, destacam-se as seguintes informações:

- 5,29% dos pesquisados apresentam tendência de politização menor ou igual 1,5.
- 89,87% dos pesquisados apresentam tendência de politização entre 1,5 e 3.
- 4,84% dos pesquisados apresentam tendência de politização superior ou igual a 3.
- O menor índice identificado foi 1,00; enquanto o maior foi 3,48.

Após a avaliação geral das tendências de politização por respondente, foram realizadas análises com base nos dados demográficos e funcionais, considerando os diversos subgrupos definidos, com o objetivo de identificar as categorias mais associadas às maiores tendências de politização dos papéis, conforme previsto nos objetivos deste trabalho.

A Tabela 15, no final deste capítulo, apresenta informações sobre as médias das tendências em todas as categorias de dados demográficos e funcionais analisados, bem como o índice percentual da maior variação identificada dentro de cada um desses subgrupos. Na sequência serão apresentados e discutidos alguns desses resultados.

4.4.1 Tendência de politização e Área de Lotação

Ao realizar a análise descritiva das tendências por categorias, nos diversos subgrupos, verificam-se variações mais expressivas quando se comparam as áreas de lotação⁸. Os resultados apontaram uma variação de 42,62% quando se compara a tendência da área administrativa com a da área política e de 15,49% quando se comparam os índices das áreas política e legislativa. Entre as áreas legislativa e administrativa, a variação foi de 23,50%. O Gráfico 18 apresenta as tendências de politização por áreas:

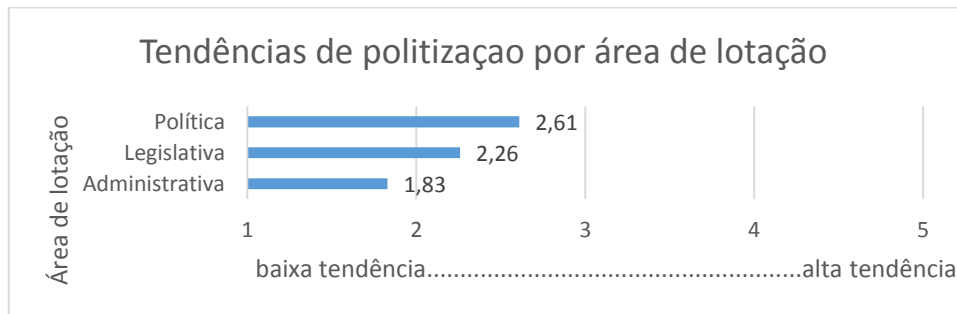


Gráfico 18 – Tendência de politização por áreas de lotação

Fonte: dados da pesquisa

Ao observar os dados do Gráfico 19, que apresenta as tendências de politização dos servidores da Área Administrativa, verifica-se uma maior concentração dos índices abaixo de 2, que correspondem a 70,37% do total:

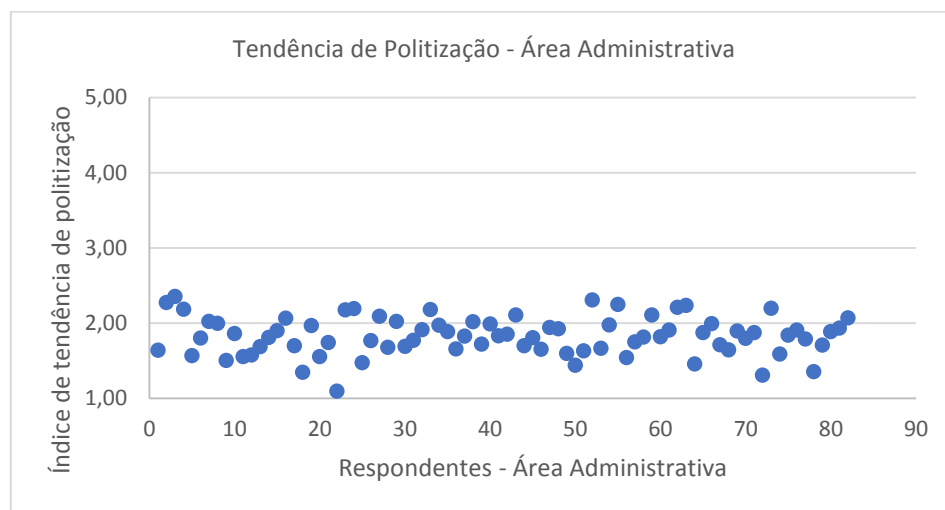


Gráfico 19 – Tendência de politização Área Administrativa

Fonte: dados da pesquisa

⁸ O Quadro 7, apresentado no capítulo de Metodologia, retrata a distribuição das Unidades em cada uma das Áreas.

Quando analisamos as tendências de politização dos servidores da Área Legislativa, observamos um leve deslocamento dos índices para cima, sendo que apenas 32,29% deles está abaixo de 2. Os índices entre 2 e 3 correspondem a 65,63% do total, enquanto os acima de 3 são apenas 2,08%. Esses dados estão representados no Gráfico 20:

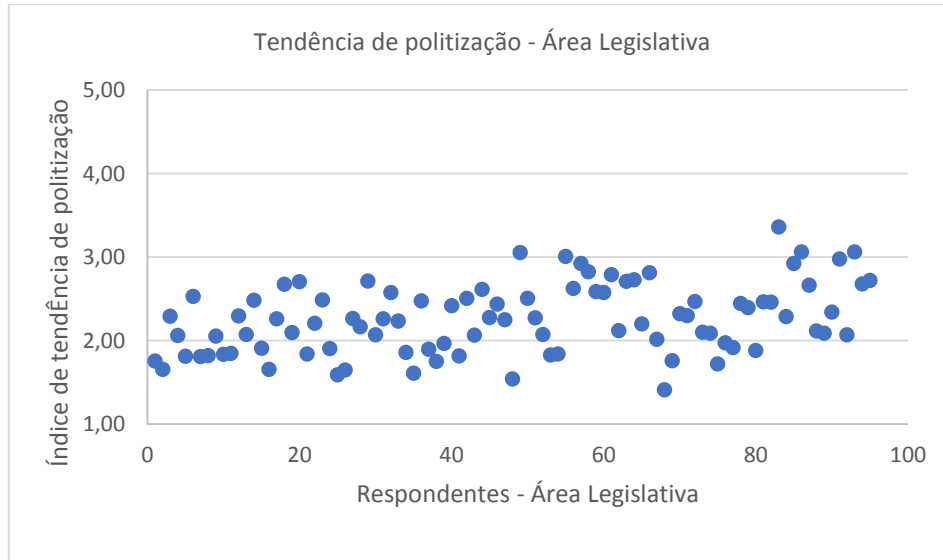


Gráfico 20 – Tendência de politização Área Legislativa
Fonte: dados da pesquisa

Já no Gráfico 21, da Área Política, observa-se um deslocamento ainda maior, restando poucos índices abaixo de 2, que correspondem a apenas 6,38% do total. Entre 2 e 3 estão 74,47% dos índices, enquanto 19,15% são superiores a 3:

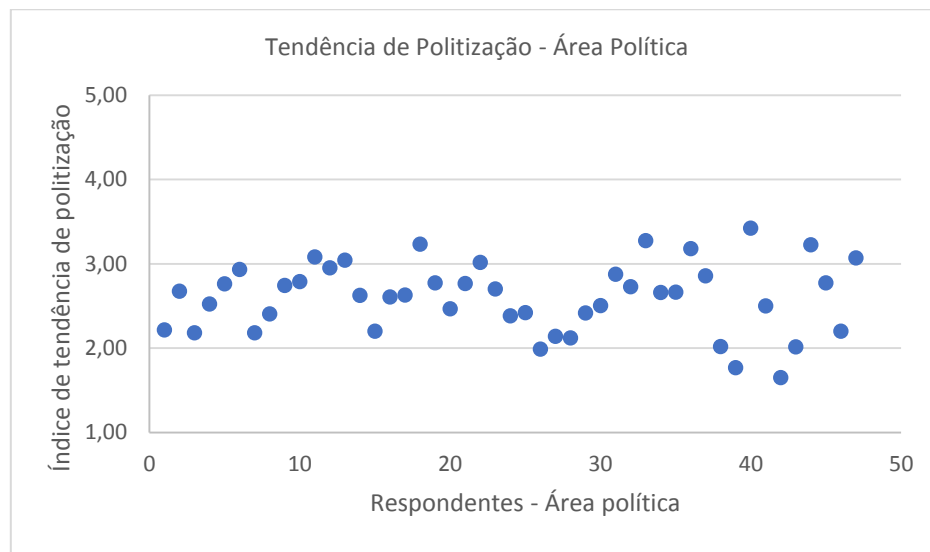


Gráfico 21 – Tendência de politização Área Política
Fonte: dados da pesquisa

No caso das diferenças entre os fatores e as áreas de lotação dos respondentes, as análises de variância apontaram diferenças significativas em todos os fatores, com exceção para os aspectos técnicos componentes dos papéis ($F(2, 221) = 0,739, p=0,479$), confirmando as altas ênfases dadas a esses aspectos por todos os servidores pesquisados, independente da área em que estão lotados.

Quanto aos aspectos políticos dos papéis, as análises apontaram que há diferença significativa entre as médias das três diferentes áreas, que são maiores na área política $F(2, 221) = 40,74, p=0,000$. O teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área política para administrativa e legislativa de maneira significativa ($\Delta M=1,24, p=0,000$ e $\Delta M=0,65, p=0,000$).

Os resultados apontaram, ainda, que os servidores da área política sofrem maior influência dos aspectos dos postos de trabalho que influenciam positivamente a politização $F(2, 220) = 40,27, p=0,000$. Aqui o teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área política para administrativa de forma significativa ($\Delta M=1,27, p=0,000$). Por outro lado, quanto aos aspectos que influenciam negativamente a politização, as análises de variância apontaram que os servidores da Administrativa reportaram as maiores médias em relação às demais áreas $F(2, 220) = 9,09, p=0,000$, sendo que o teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área administrativa para legislativa e política de maneira significativa ($\Delta M=0,40, p=0,001$ e $\Delta M=0,47, p=0,001$).

Por fim, no fator concordância com pontos de vista favoráveis à politização, novamente a área de lotação política apresentou as maiores médias $F(2, 221) = 21,56, p=0,000$, sendo que o teste *pós-hoc* de Tukey mostrou diferença da área política para administrativa e legislativa de maneira significativa ($\Delta M=0,80, p=0,000$ e $\Delta M=0,49, p=0,008$).

Em suma, verificou-se que área de lotação foi, no geral, a principal variável explicativa para as variações nas tendências de politização, tendo se mostrado significativa nas variâncias dos aspectos políticos dos papéis, nos aspectos de influência positiva na politização e na concordância com pontos de vista favoráveis à politização, que são sempre superiores na área política, seguida pela área legislativa e, por fim, pela área administrativa.

Nos aspectos técnicos dos papéis, não se verifica influência significativa dessa variável, em razão das altas ênfases dos pesquisados aos aspectos técnicos dos papéis, independente das áreas em que estão lotados. As maiores médias nos aspectos dos postos de trabalho que influenciam negativamente a politização na Área Administrativa contribuem para que os índices de tendência de politização sejam ainda menores nessa área.

4.4.2 Tendência de politização e Nível da Função de Confiança

As análises das médias da tendência de politização por níveis de FC apontam um incremento dos índices nas funções de maior nível, conforme se observa no Gráfico 22:



Gráfico 22 – Tendência de politização por nível de FC

Fonte: dados da pesquisa

Nesse caso, verificou-se que as variações estão mais associadas aos aspectos técnicos componentes dos papéis, aos aspectos que influenciam positivamente a politização e à concordância com pontos de vista favoráveis à politização, que apresentaram maiores médias dentre os titulares de funções de nível FC-3 e FC-4. Ao analisar os aspectos técnicos componentes dos papéis, as análises demonstraram que o nível da função de confiança FC-4 apresentou a maior média $F(3, 223) = 2,96$, $p=0,033$, sendo que o teste *pós-hoc* de Tukey não mostrou diferenças significativa entre os níveis das Funções de Confiança.

Quando representadas graficamente as tendências de politização por níveis de função de confiança, não se observa diferenças tão marcantes quanto as observadas na representação por área de lotação. Não obstante, percebe-se o incremento dos índices nas funções FC-3 e FC-4, quando comparadas com as funções FC-1 e FC-2.

O Gráfico 23 apresenta as tendências de politização dos servidores titulares de funções FC-1 e FC-2. Observa-se que 47,06% dos índices estão posicionados abaixo de 2 e 49,58% ocupam a linha entre 2 e 3. Os índices superiores a 3 equivalem a 3,36%:

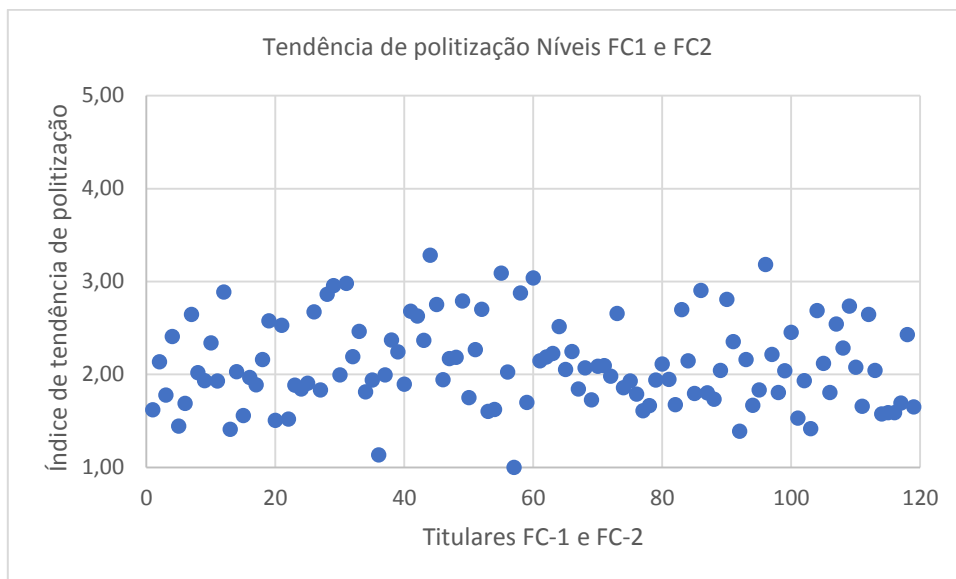


Gráfico 23 – Tendência de politização FC-1 e FC-2

Fonte: dados da pesquisa

Já no Gráfico 24, que apresenta as tendências de politização dos titulares de FC-3 e FC-4, observam-se 33,33% de índices abaixo de 2, enquanto 60,19% estão posicionados na faixa entre 2 e 3. Os índices superiores a 3 correspondem a 6,48%:

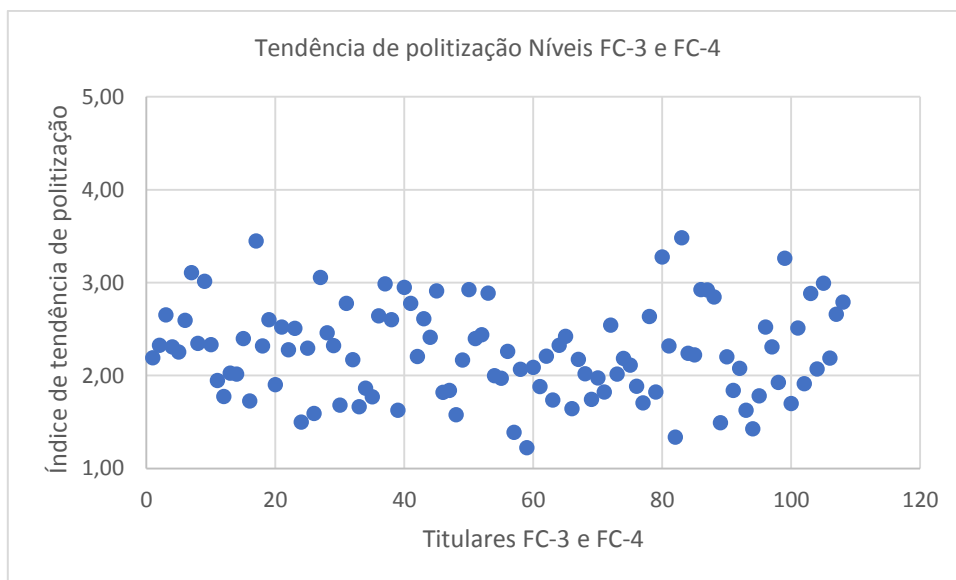


Gráfico 24 – Tendência de politização FC-3 e FC-4

Fonte: dados da pesquisa

4.4.3 Tendência de politização e demais variáveis

Conforme verificado anteriormente, quando analisadas por área de lotação e por nível de FC, as tendências de politização são maiores na área política e nos níveis de função de confiança mais altos. A Tabela 15 apresenta outras informações sobre as médias desses índices, bem como as maiores variações observadas quando comparadas nos demais subgrupos de análise:

Tabela 15 – Tendência de politização por subgrupos

Subgrupos (nº respondentes)	Média da tendência de politização	Percentual acima da média geral (2,18)	Percentual acima de (3)	Maior variação nas médias
Área de lotação				
Administrativa (81)	1,83	11,11%	0,00%	42,62%
Legislativa (96)	2,26	57,29%	2,08%	
Política (47)	2,61	80,85%	19,15%	
Nível da FC				
FC-1 (96)	2,12	39,58%	2,08%	23,41%
FC-2 (23)	2,05	26,09%	8,70%	
FC 3 (100)	2,23	52,00%	5,00%	
FC-4 (8)	2,53	100,00%	25,00%	
Tipo da FC				
Assessoramento (111)	2,30	58,56%	5,41%	11,11%
Direção/Chefia (112)	2,07	33,94%	4,46%	
Tempo de serviço na CD				
até 5 anos (52)	2,28	55,77%	11,54%	7,55%
de 5 a 15 anos (70)	2,12	35,71%	2,86%	
de 15 a 25 anos (70)	2,16	48,57%	4,29%	
25 anos ou mais (34)	2,18	47,06%	0,00%	
Idade				
até 35 anos (34)	2,25	64,71%	14,71%	6,67%
de 35 a 45 anos (67)	2,21	43,28%	7,46%	
de 45 a 55 anos (87)	2,10	37,93%	1,15%	
55 anos ou mais (35)	2,24	54,29%	0,00%	
Sexo				
Feminino (83)	2,11	42,17%	2,41%	5,21%
Masculino (143)	2,22	48,25%	6,29%	

Subgrupos (nº respondentes)	Média da tendência de politização	Percentual acima da média geral (2,18)	Percentual acima de (3)	Maior variação no subgrupo
Escolaridade				
Nível médio (1)	2,29	100,00%	0,00%	11,54%
Nível superior (24)	2,08	37,50%	0,00%	
Especialização (133)	2,16	42,86%	6,02%	
Mestrado (46)	2,23	54,35%	2,17%	
Doutorado (20)	2,32	60,00%	10,00%	
Tempo na FC				
até 5 anos (129)	2,20	49,61%	4,65%	4,25%
de 5 a 15 anos (60)	2,13	40,00%	3,33%	
15 anos ou mais (30)	2,22	46,67%	0,00%	
Tempo serviço público antes CD				
Nenhum (44)	2,20	50,00%	6,82%	4,63%
até 10 anos (117)	2,17	44,44%	5,98%	
de 10 a 20 anos (42)	2,16	40,48%	2,38%	
20 anos ou mais (15)	2,26	60,00%	0,00%	
Filiado a partido político				
Não (1)	2,17	45,33%	4,91%	25,80%
Sim (225)	2,73	100,00%	0,00%	
Almeja cargo eletivo				
Não (5)	2,17	45,05%	4,95%	13,83%
Sim (222)	2,47	80,00%	0,00%	
Geral	2,18			

Fonte: dados da pesquisa

Considerando os dados sociodemográficos e funcionais do grupo de pesquisados que apresentou tendências de politização superiores a 3, destacam-se os seguintes pontos:

- 81,82% deles está lotado na área política;
- 63,63% são titulares de funções nível FC-3 ou FC-4;
- 81,8% são titulares de função de confiança a menos de 5 anos;
- 81,8% são do sexo masculino;
- 54,5% exercem funções do tipo assessoramento;
- 91% têm menos de 45 anos de idade;
- 100% possuem curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

A Tabela 21 do Apêndice C apresenta outros detalhes sobre as ocorrências desses maiores índices.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito no capítulo de apresentação, o objetivo principal desta pesquisa era “identificar tendências de politização dos papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados”. Nesse sentido, com amparo na teoria sobre o tema, foi proposto um método para calcular esse índice, a partir da análise combinada de aspectos técnicos e políticos que compõem os papéis dos servidores (intrínsecos), de aspectos que influenciam negativa ou positivamente a politização desses papéis (relativos aos postos de trabalho) e de pontos de vista dos servidores sobre questões que favorecem ou não a politização, num total de 25 itens devidamente validados. Os resultados apontaram uma baixa média de tendência de politização dos papéis, correspondente a 2,18 em uma escala de 1 a 5. Esse resultado reflete a significativa maior ênfase dada pelos pesquisados aos aspectos técnicos que compõem e influenciam seus papéis, cuja média geral foi de 4,28, em detrimento dos aspectos políticos, que obtiveram média geral de 2,07. Retrata, ainda, a percepção de um maior peso de aspectos dos postos de trabalho que influenciam negativamente a politização desses papéis, que apresentaram média de 3,74 enquanto a média dos aspectos de influência positiva foi de 2,76. Compõe, por fim, essa tendência, o baixo índice médio de concordância dos servidores com pontos de vista favoráveis à politização, que foi de 2,13.

Quanto aos aspectos técnicos e políticos que compõem os papéis desempenhados pelos titulares de funções de confiança na Câmara dos Deputados, as análises apontaram que os aspectos técnicos são expressivamente mais enfatizados pelos servidores que os aspectos políticos, sendo que a média geral dos primeiros foi de 4,28 e a dos segundos foi de 2,07. Dentre os aspectos técnicos, os dois mais enfatizados foram a “importância dos conhecimentos adquiridos ao longo do exercício do cargo” e a “importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências”. Dentre os aspectos políticos, os de maior média foram “a ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos” e “a possibilidade de influenciar decisões políticas”. Não obstante a preponderância dos aspectos técnicos na composição dos papéis dos pesquisados, as análises indicaram que cerca de 17% dos servidores atribuíram altas ênfases tanto aos aspectos técnicos quanto aos aspectos políticos que compõem seus papéis. Tal fato aponta para a presença, também no âmbito da Câmara dos Deputados, de profissionais denominados em outros estudos citados no referencial teórico como híbridos, superburocratas ou dirigentes públicos. Segundo os referidos estudos, esses servidores são capazes de desempenhar papéis que demandam a articulação de critérios de conhecimento técnico, experiência profissional e habilidades para lidar

com questões de substância política. Pela relevância dada a essa questão por importantes autores, acredita-se que seja um tema a ser melhor explorado em estudos futuros. Em princípio, os dados iniciais desta pesquisa indicaram que os servidores potencialmente híbridos são predominantes na área política (55,56%) e legislativa (41,67%) e são encontrados com maior frequência à medida que aumenta o nível da função, correspondendo a 37,5% dos titulares de FC-4 pesquisados, 19% dos titulares de nível FC-3, 17,39% dos titulares de FC-2 e 11,46% dos titulares de FC-1.

O presente trabalho de pesquisa buscava identificar, ainda, as variáveis mais associadas às tendências de politização dos papéis. Para tanto, foram realizadas diversas análises considerando os dados demográficos e funcionais dos servidores. Dentre as associações identificadas, destacam-se os resultados por áreas de lotação, que foi a variável que melhor explicou as variâncias nos aspectos estudados, em especial quanto aos aspectos políticos dos papéis, aos aspectos que influenciam positivamente a politização e à concordância com pontos de vista favoráveis à politização. Os resultados por área apresentaram uma variação de 42,62% quando comparadas as áreas administrativa (1,83) e área política (2,61) e 23,50% quando comparada a área legislativa (2,26) com a área administrativa. Entre as áreas política e legislativa, a variação é de 15,49%. Um interessante dado identificado foi que não obstante as médias dos pesquisados da área política serem superiores em todos os demais itens, foram os servidores da área legislativa que perceberam uma maior “possibilidade de influenciar decisões políticas”, apresentando média ligeiramente superior nesse aspecto. Ressalta-se, por fim, que os dados comparativos por área de lotação corroboram as impressões registrados nos mencionados estudos exploratórios realizados no âmbito do Poder Legislativo, que apontaram relações similares entre essas variáveis.

Quando observados os dados por nível da função de confiança exercida, as análises comparativas indicaram um incremento na tendência de politização nos níveis mais altos de funções, apontando uma relação positiva entre tendência de politização e nível da função ocupada. Nesse caso, entretanto, as relações não seguem um padrão tão claro quanto as observadas por área de lotação e alguns resultados sugerem estudos futuros para sua melhor compreensão. Destacam-se, como exemplo, as variações positivas da maioria dos aspectos que influenciam tanto positiva quanto negativamente a politização à medida que aumenta o nível das funções. Esses resultados divergem, em parte, dos pressupostos teóricos de Longo (2007) em sua proposta de delimitação do espaço de atuação do dirigente público. Acredita-se que em um estudo mais detalhado sobre a questão vale averiguar se há característica diferenciadora da gestão no âmbito do Poder Legislativo,

uma vez que os estudos do referido autor se ampararam, precipuamente, em características de órgãos e agências do âmbito do Poder Executivo.

Outras análises iniciais realizadas com as demais variáveis pesquisadas apontaram relações que também merecem, na visão desta pesquisadora, investigações futuras que possam confirmá-las e, em caso positivo, esclarecer suas causas. Nessa linha, destacam-se os seguintes pontos:

- Os servidores com menos de 35 anos e mais de 55 anos de idade apresentam tendências de politização superiores àqueles da faixa etária entre 35 e 55. Ao observar os dados de outras variáveis relacionadas ao tempo – tempo na função de confiança, tempo de serviço na Câmara dos Deputados e tempo de serviço público anterior à CD, verifica-se que as tendências de politização são sempre superiores nas faixas extremas e inferiores nas faixas intermediárias, conforme consta da Tabela 15, o que se constituiu em um padrão em todas essas variáveis.
- O item com maior viés partidário avaliado na pesquisa – a ênfase na defesa das políticas de determinado partido – foi o que apresentou a menor média dentre todos os itens pesquisados, fato que, combinado com os baixos índices percentuais de pesquisados que se declararam filiados a partidos políticos ou que almejam concorrer a cargos eletivos, aponta um baixo nível de envolvimento político-partidário dos servidores.
- 88,99% dos servidores que se dispuseram a participar da presente pesquisa possuem curso de pós-graduação e eles representam 100% dos servidores com índices de tendência de politização superiores a 3. Os índices de politização são superiores dentre os servidores com doutorado, seguidos pelos com mestrado e especialização.
- As médias dos aspectos políticos dos papéis foram superiores dentre os pesquisados do sexo masculino em relação ao sexo feminino em 100% dos itens.
- As médias dos aspectos políticos dos papéis foram superiores dentre os titulares de funções de assessoramento em relação aos titulares de funções de direção/chefia em 100% dos itens.

Por fim, ante todo o exposto, é importante reiterar que este estudo não teve a pretensão de apresentar análises conclusivas sobre a questão, nem mesmo propor generalizações. Como um estudo exploratório-descritivo, objetivou, a partir de um cuidadoso trabalho de pesquisa, coleta e análise, apresentar dados iniciais sobre alguns aspectos da questão e estimular outras pesquisas que possam ampliar e aprofundar as discussões sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABERBACH, J. D.; PUTNAM, R.D.; ROCKMAN, B.A. **Bureaucrats and politicians in western democracies**. Massachusetts: Harvard University Press, 1981.
- AZEVEDO, C. B; LOUREIRO, M. R. Carreiras públicas em uma ordem democrática: entre os modelos burocrático e gerencial. **Revista do Serviço Público**. Brasília, a. 54, n.1, jan./mar. 2003.
- BARBETTA, P. A **Estatística aplicada a Ciências Sociais**. 8 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.
- BERGUE, S.T. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas: Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução da Câmara dos Deputados nº 20/1971**: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1970-1979/resolucaodacamaradosdeputados-20-30-novembro-1971-321275-republicacaoatualizada-94058-pl.html>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estrutura Administrativa**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/textoestrutura>>. Acesso em: 4 ago. 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Transparência**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/transparencia/recursos-humanos/servidores/quantitativos>>. Acesso em: 4 ago. 2017a.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, Sociedade Civil e Legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p.85-105, 1995.
- BREWER, G. A; MARANTO, R. A. Comparing the Roles of Political Appointees and Career Executives in the U.S. Federal Executive Branch. **American Review of Public Administration**, v. 30, n. 1, p. 69-86, mar. 2000.
- BRUNI, A. L. **SPSS Aplicado à Pesquisa Acadêmica**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- DE BONIS, D. F. **O dirigente público como categoria analítica: um exercício de definição**, 2008. 81 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV, São Paulo. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle>.
- DE BONIS, D. F., PACHECO, R. S. Nem político, nem burocrata, o debate sobre o dirigente público. *In*: LOUREIRO, ABRUCIO, PACHECO, orgs. **Burocracia e Política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- DENHARDT, R. B., **Teorias da Administração Pública**. Tradução da 6ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- DOWNS, A. **Inside Bureacracy**. Boston: Little Brown and Company, 1967.
- EVANS, P.; RAUCH, J. E. Burocracia e crescimento: uma análise internacional dos efeitos das estruturas o Estado "weberiano" sobre o crescimento econômico **Revista do Serviço Público**, v.65 n.4 p.407-437, out./dez.2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HECLO, H. **A government of strangers: Executive Politics in Washington**. Washington: The Brookings Institutions. 1977

- KAZSNAR, I. K. A tipologia da motivação burocrática para administradores públicos de Marvick e os constructos de Downs, Gouldner, Tullock e outros. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.10 n.6 p. 5-20, nov./dez. 1996.
- KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.34, n.3, p. 41-48, mai./jun. 1994.
- LIND, N. Anthony Downs' life cycle theory of organizations: an empirical test. **Southeastern Political Review**, n. 19, p. 228-247, 1991.
- LAROS, J. A. O uso da Análise Fatorial: Algumas diretrizes para pesquisadores. In: PASQUALI, L. **Análise Fatorial para pesquisadores**. Brasília: LabPAM Editora, 2012, p. 141-160.
- LONGO, F. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 54 (2) p. 7-33, abr./jun., 2003.
- LONGO, F. **Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público**. São Paulo: Editora Fundap, 2007.
- LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. (Orgs.) **Burocracia e Política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; ROSA, C. A. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: O caso do Ministério da Fazenda. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, out-dez 1998.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARVICK, D. **Career perspectives in a bureaucratic setting**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1954.
- MATIAS-PEREIRA. J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATIAS-PEREIRA. J. **Curso de Administração Pública**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAXIMIANO A. C. A. **Teoria geral da administração – edição compacta**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MOORE, M. H. **Criando valor público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Uniletras Editora, 2002.
- MOORE, D.S. **A Estatística Básica e Sua Prática**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005
- NASCIMENTO, T. G. **Desempenho Profissional: Relações com Valores, Práticas e Identidade no Serviço Policial**. Tese de Doutorado Programa de pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB), 2014.
- NEIVA, E. R., ABBAD, G., TRÓCCOLI, B. T. **Roteiro para análise fatorial de dados**. Manuscrito não-publicado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, 2007.
- OLIVEIRA, C. O servidor público brasileiro: uma tipologia da burocracia. **Revista do Serviço Público** v.58 n.3 p.269-302, jul./set. 2007.
- OLIVIERI, C. Política, Burocracia e Redes Sociais: As nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. n. 29 p. 147-168, nov. 2007.

- OLIVIERI, C. Os controles políticos sobre a burocracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.45, n. 5, p. 1395-1424, set./out. 2011.
- PACHECO, R. Organizando o debate: dirigentes públicos no Brasil. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2008, Brasília. **Anais ...** Brasília, CONSAD, 2008, p. 1 - 16.
- PASQUALI, L. Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. *In* PASQUALI, L. *et al.* **Instrumentação Psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 165-198. 2010.
- ROUBAN, L. Politização da administração pública. *In*: PETERS, B.G.; PIERRE, J. (Orgs.) **Administração Pública - coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010
- ROMZEK, B., UTTER, J. Career dynamics of congressional legislative staff: Preliminary profile and research questions. **Journal of Public Administration Research & Theory**, v. 1, p. 415-442, jul. 1996.
- PETERS, B. G.; PIERRI, J. **Politicization of the Civil Service in Comparative Perspective**. The quest for control. London: Routledge, 2004.
- RUA, M. G. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 48, n. 3, 1997.
- SCHWARTZ, F. P.; MARCIANO, J. L. P. **Análise estatística de dados com ênfase em Pesquisas Legislativas**. Material ainda não publicado, arquivo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2016.
- SOUZA, M. C. C. C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.
- WALDO, D. Desenvolvimento da Teoria de Administração Democrática – parte I. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 63, n. 3, p. 381-397 Jul./Set. 2012
- WALDO, D. Desenvolvimento da Teoria de Administração Democrática – parte II. **Revista do Serviço Público Brasília**. Brasília, v. 63 n. 4, p. 541-548 out./dez. 2012a
- WAHRLICH, B. M. S. **Uma análise das teorias de organização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora, 2012.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva – volume 1**. Brasília, DF: Editora UnB, 1999, 4 ed. 3 reimpressão 2012.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva – volume 2**. Brasília, DF: Editora UnB, 1999, reimpressão 2009.
- WILSON, W. The Study of Administration. **Political Science Quarterly**. v. 2, n. 2, p. 197-222 jun. 1887.
- WINZEN, T. Technical or Political? An exploration of the work of official in the Committees of the European Parliament. **The Journal of Legislative Studies**, v.17, n. 1, p. 27-44, mar. 2011.

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa

INSTRUMENTO DE PESQUISA					
<p><i>Prezado Gestor/Assessor,</i></p> <p><i>Esta pesquisa acadêmica visa subsidiar trabalho de mestrado profissional em realização no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. O estudo busca compreender a complexidade das diversas combinações de aspectos técnicos e políticos que influenciam os papéis desempenhados pelos servidores públicos efetivos no âmbito do Poder Legislativo, diante dos crescentes desafios da gestão pública. As questões são objetivas e o tempo médio de preenchimento não ultrapassa 10 minutos. As informações são confidenciais e serão tratadas de forma agrupada visando traçar um cenário que possibilite um melhor entendimento sobre a questão no âmbito da Câmara dos Deputados.</i></p> <p><i>Agradeço pela sua valiosa colaboração!</i></p>					
Nos itens 1 a 18, utilizando a escala à direita, avalie as afirmações que complementam a frase a seguir:	Escala				
	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
Para o desempenho da minha função,					
1. a importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
2. a possibilidade de influenciar decisões políticas é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
3. a importância de um rígido respeito à hierarquia é*	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
4. a ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
5. a importância da disciplina no cumprimento do dever é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
6. a ênfase em atividades de definição da agenda política é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
7. a importância de uma postura de aceitação diante das decisões políticas a serem implementadas é*	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
8. a importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
9. a importância dos conhecimentos adquiridos no exercício do cargo	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
10. a ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
11. a ênfase em atividades de aconselhamento político é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
12. a ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
13. a ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
14. a ênfase na eficiência técnica dos processos é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
15. a ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
16. a ênfase no registro e documentação das atividades é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
17. a ênfase em atividades nas quais atuo como representante da instituição/unidade é*	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
18. a ênfase na defesa das políticas de um determinado partido é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta

Nos itens a seguir, avalie as afirmações de acordo com a escala à direita:					
19. O interesse da sociedade em geral na matéria com a qual lido é	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
20. A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
21. A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da minha função é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
22. A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
23. A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização é	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
24. O nível de complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função é	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
Qual é o seu grau de concordância com as afirmações a seguir?					
25. As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve admitir que ela maneje suas repartições	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
26. Não há como separar administração e política, uma vez que Administração Pública é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes.	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
27. A competência técnica deve ser o principal critério a ser observado quando da escolha de titulares de funções de confiança como a que exerço.	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
28. A confiança e a lealdade aos projetos do superior político são os principais critérios a serem observados quando da escolha de titulares de funções de confiança como a que exerço.	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
Dados Demográficos					
Cargo ocupado			Tempo de serviço na CD (em anos)		
Nível da Função de Confiança (FC) exercida	<input type="checkbox"/> FC 1	<input type="checkbox"/> FC 2	Tipo da FC	<input type="checkbox"/> Direção/Chefia	<input type="checkbox"/> Assessoramento
	<input type="checkbox"/> FC 3	<input type="checkbox"/> FC 4			
Tempo na atual FC (em anos)			Tempo de serviço anterior à CD (em anos)		
Idade (em anos)			Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino
Área de lotação			Escolaridade	<input type="checkbox"/> Nível Médio	<input type="checkbox"/> Nível superior
				<input type="checkbox"/> Pós-Graduação	<input type="checkbox"/> Mestrado
				<input type="checkbox"/> Doutorado	
Agora responda às duas últimas questões:					
<input type="checkbox"/> Você é filiado a algum partido político?				<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Você almeja concorrer a algum cargo eletivo?				<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Espaço para comentários.					

*itens foram excluídos após análise fatorial

APÊNDICE B – Dados demográficos e funcionais dos pesquisados

Tabela 16 – Dados demográficos e funcionais dos pesquisados

Área de lotação	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Administrativa	89	35,74	81	35,68
Legislativa	102	40,96	96	42,30
Política	54	21,69	47	20,70
Não informado	4	1,61	3	1,32
Totais	249	100,00	227	100,00
Nível da FC	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
FC1	108	43,37	96	42,29
FC2	26	10,44	23	10,13
FC3	107	42,97	100	44,05
FC4	8	3,21	8	3,52
Totais	249	100,00	227	100,00
Tipo da FC	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Assessoramento	126	50,60	111	48,90
Direção/chefia	118	47,39	112	49,34
Não informado	5	2,01	4	1,76
Totais	249	100,00	227	100,00
Tempo na FC	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Até 5 anos	139	55,82	129	56,83
De 5 a 15 anos	67	26,91	60	26,43
15 anos ou mais	32	12,85	30	13,22
Não informado	11	4,42	8	3,52
Total	249	100,00	227	100,00
Tempo na CD	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Até 5 anos	60	24,10	52	22,90
De 5 a 15 anos	78	31,33	70	30,84
De 15 a 25 anos	73	29,32	70	30,84
25 anos ou mais	37	14,86	34	14,98
Não informado	1	0,40	1	0,44
Totais	249	100,00	227	100,00

Tempo serviço público antes CD	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Nenhum	44	17,67	44	19,38
Até 10 anos	133	53,41	117	51,54
De 10 a 20 anos	47	18,88	42	18,50
20 anos ou mais	16	6,43	15	6,61
Não informado	9	3,61	9	3,96
Total	249	100,00	227	100,00
Idade	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Até 35 anos	38	15,26	34	14,98
De 35 a 45 anos	73	29,32	67	29,52
De 45 a 55 anos	95	38,15	87	38,33
55 anos ou mais	39	15,66	35	15,42
Não informado	4	1,61	4	1,76
Total	249	100,00	227	100,00
Sexo	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Feminino	92	36,95	83	36,56
Masculino	156	62,65	143	63,00
Não informado	1	0,40	1	0,44
Totais	249	100,00	227	100,00
Escolaridade	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Nível médio	2	0,80	1	0,44
Nível superior	25	10,04	24	10,57
Especialização	146	58,63	133	58,59
Mestrado	51	20,48	46	20,27
Doutorado	21	8,43	20	8,81
Não informado	4	1,61	3	1,32
Total	249	100,00	227	100,00
Filiado a partido	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Sim	2	0,80	1	0,44
Não	246	98,80	225	99,12
Não informado	1	0,40	1	0,44
Total	249	100,00	227	100,00
Almeja cargo eletivo	Respondentes	Percentual	Validados	Percentual
Sim	7	2,81	5	2,20
Não	242	97,19	222	97,80
Total	249	100,00	227	100,00

Fonte: dados da pesquisa

APÊNDICE C – Tabelas de resultados da pesquisa

Tabela 17 – Médias dos aspectos políticos dos papéis por subgrupos

	[... a ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos é]	[... a ênfase em atividades de aconselhamento político]	[... a possibilidade de influenciar decisões políticas é]	[... a ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade é]	[... a ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade é]	[... a importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político é]	[... a ênfase na defesa das políticas de um determinado partido é]	[... a ênfase em atividades de definição da agenda política é]	Média geral
Área de lotação									
Administrativa	1,96	1,40	1,72	1,65	1,48	1,57	1,08	1,56	1,55
Legislativa	2,55	2,24	2,56	2,37	1,92	1,89	1,30	2,29	2,14
Política	3,38	2,78	2,53	2,91	2,34	3,11	2,64	2,66	2,79
Nível da FC									
FC-1	2,46	1,84	1,75	2,11	1,83	2,05	1,59	1,94	1,94
FC-2	2,30	1,65	2,30	2,04	1,65	1,74	1,35	1,91	1,87
FC 3	2,58	2,29	2,65	2,36	1,90	2,05	1,43	2,27	2,19
FC-4	3,00	2,75	3,25	2,63	2,13	2,13	1,75	2,75	2,55
Tipo da FC									
Assessoramento	2,63	2,36	2,41	2,50	2,10	2,19	1,78	2,23	2,27
Direção/Chefia	2,42	1,76	2,10	2,00	1,63	1,85	1,24	2,03	1,88
Tempo de serviço na CD									
até 5 anos	2,81	2,37	2,58	2,46	1,94	2,15	1,85	2,25	2,30
de 5 a 15 anos	2,29	1,81	2,09	2,14	1,51	1,79	1,37	2,03	1,88
de 15 a 25 anos	2,49	1,96	2,16	2,13	2,01	2,03	1,41	2,09	2,03
25 anos ou mais	2,65	2,30	2,26	2,29	2,12	2,32	1,44	2,09	2,19
Idade									
até 35 anos	2,68	2,21	2,41	2,44	1,79	2,29	1,91	2,29	2,25
de 35 a 45 anos	2,60	2,00	2,21	2,06	1,71	1,91	1,52	2,05	2,00
de 45 a 55 anos	2,31	1,87	2,18	2,15	1,76	1,91	1,31	2,08	1,95
55 anos ou mais	2,83	2,43	2,20	2,59	2,40	2,29	1,54	2,14	2,31
Sexo									
Feminino	2,48	1,80	2,10	2,00	1,59	1,90	1,36	1,94	1,90
Masculino	2,53	2,20	2,36	2,35	2,01	2,10	1,58	2,22	2,16
Escolaridade									
Nível médio	4,00	4,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,75
Nível superior	2,54	1,92	2,08	2,33	1,92	1,96	1,58	1,96	2,04
Especialização	2,54	2,01	2,14	2,10	1,75	2,14	1,55	2,11	2,04
Mestrado	2,61	2,02	2,59	2,48	1,96	1,78	1,39	2,20	2,13
Doutorado	2,20	2,55	2,60	2,65	2,40	1,95	1,45	2,25	2,26
Tempo na FC									
até 5 anos	2,64	2,04	2,24	2,30	1,81	2,05	1,60	2,21	2,11
de 5 a 15 anos	2,20	1,90	2,02	2,00	1,80	1,85	1,42	1,73	1,86
15 anos ou mais	2,67	2,52	2,77	2,43	2,14	2,27	1,27	2,43	2,31

	[... a ênfase no atendimento a demandas políticas de indivíduos ou grupos é]	[... a ênfase em atividades de aconselhamento político]	[... a possibilidade de influenciar decisões políticas é]	[... a ênfase na defesa de projetos de lei que representam causas que considero relevantes para a sociedade é]	[... a ênfase na luta pela rejeição de projetos de lei que considero contrários ao interesse da sociedade é]	[... a importância de lealdade aos projetos de um partido ou superior político é]	[... a ênfase na defesa das políticas de um determinado partido é]	[... a ênfase em atividades de definição da agenda política é]	Média geral
Tempo de serviço público ant. CD									
Nenhum	2,77	2,00	2,11	2,48	1,98	2,07	1,34	2,14	2,11
até 10 anos	2,45	1,96	2,24	2,07	1,76	1,97	1,50	2,07	2,00
de 10 a 20 anos	2,38	2,17	2,31	2,14	1,67	2,00	1,57	2,05	2,03
20 anos ou mais	2,40	2,27	2,13	2,80	2,27	2,13	1,73	2,27	2,25
Filiado a partido político									
Não	2,50	2,03	2,26	2,21	1,83	2,00	1,49	2,09	2,05
Sim	5,00	5,00	1,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,50
Almeja cargo eletivo									
Não	2,49	2,04	2,24	2,21	1,83	2,01	1,50	2,09	2,05
Sim	3,60	2,60	2,80	3,00	3,00	2,60	1,60	3,00	2,78
Total Geral	2,52	2,05	2,26	2,23	1,85	2,02	1,50	2,11	2,06

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 18 – Médias dos aspectos técnicos dos papéis por subgrupos

	A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício cargo	A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências	A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados	A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais	A ênfase na eficiência técnica dos processos	A importância da disciplina no cumprimento do dever	A ênfase no registro e documentação das atividades
Área de Lotação							
Administrativa	4,55	4,54	4,27	4,40	4,48	4,15	3,89
Legislativa	4,53	4,42	4,32	4,16	4,13	4,14	4,04
Política	4,55	4,38	4,33	4,36	4,17	4,30	3,66
Nível da FC							
FC-1	4,44	4,35	4,07	4,21	4,24	4,08	3,82
FC-2	4,57	4,09	4,43	4,13	4,35	4,17	4,17
FC 3	4,63	4,65	4,47	4,36	4,25	4,25	3,93
FC-4	4,63	4,63	4,63	4,50	4,63	4,00	3,88
Tipo de FC							
Assessoramento	4,61	4,50	4,35	4,20	4,10	4,16	3,67
Direção/Chefia	4,48	4,42	4,28	4,36	4,44	4,19	4,14
Tempo serviço CD							
até 5 anos	4,42	4,46	4,17	4,08	4,08	4,00	3,44
de 5 a 15 anos	4,64	4,46	4,26	4,40	4,27	4,26	3,96
de 15 a 25 anos	4,50	4,45	4,41	4,30	4,41	4,13	4,13
25 anos ou mais	4,59	4,50	4,36	4,29	4,24	4,26	4,03

	A importância dos conhecimentos adquiridos no exercício cargo	A importância de manter uma postura de imparcialidade, acima de interesses e preferências	A ênfase na aplicação de conhecimentos profissionais especializados	A ênfase no cumprimento de regras objetivas e impessoais	A ênfase na eficiência técnica dos processos	A importância da disciplina no cumprimento do dever	A ênfase no registro e documentação das atividades
Idade							
até 35 anos	4,44	4,35	3,85	4,06	4,00	4,00	3,41
de 35 a 45 anos	4,58	4,55	4,42	4,34	4,30	4,18	3,97
de 45 a 55 anos	4,54	4,48	4,33	4,30	4,39	4,17	3,95
55 anos ou mais	4,55	4,40	4,41	4,26	4,17	4,23	4,09
Sexo							
Feminino	4,66	4,51	4,40	4,37	4,36	4,13	3,90
Masculino	4,47	4,43	4,25	4,23	4,21	4,17	3,90
Escolaridade							
Nível médio	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00	3,00	4,00
Nível superior	4,46	4,25	4,00	4,25	4,13	4,17	3,63
Especialização	4,56	4,48	4,25	4,34	4,35	4,23	3,92
Mestrado	4,53	4,54	4,50	4,18	4,11	4,07	3,98
Doutorado	4,60	4,45	4,70	4,20	4,35	4,10	4,00
Tempo na FC							
até 5 anos	4,50	4,45	4,26	4,20	4,26	4,10	3,84
de 5 a 15 anos	4,57	4,41	4,29	4,41	4,27	4,22	3,90
15 anos ou mais	4,73	4,70	4,63	4,37	4,30	4,33	4,14
Tempo serviço público antes CD							
Nenhum	4,59	4,43	4,37	4,23	4,30	4,23	4,21
até 10 anos	4,47	4,46	4,21	4,24	4,21	4,08	3,79
de 10 a 20 anos	4,54	4,52	4,40	4,33	4,33	4,17	3,83
20 anos ou mais	4,67	4,33	4,47	4,21	4,07	4,33	4,00
Filiado a partido político							
Não	4,54	4,48	4,30	4,28	4,27	4,16	3,91
Sim	5,00	1,00	5,00		3,00	5,00	4,00
Almeja cargo eletivo							
Não	4,54	4,46	4,30	4,28	4,27	4,17	3,90
Sim	4,80	4,60	4,40	4,20	4,40	4,00	4,20
Total Geral	4,54	4,46	4,31	4,28	4,27	4,16	3,91

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 19 – Médias dos aspectos de influência na politização por subgrupos

	[O interesse da sociedade na matéria com a qual lido é]	[A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da minha função é]	[A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos é]	[A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho é]	[A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização é]	[O nível de complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da minha função é]
Área de lotação						
Administrativa	3,02	1,63	1,63	3,90	4,25	3,85
Legislativa	3,81	2,18	3,07	3,66	3,33	3,82
Política	3,94	2,79	3,37	3,53	3,26	3,81
Nível da FC						
FC-1	3,29	2,03	2,05	3,69	3,58	3,53
FC-2	3,57	2,17	2,26	3,91	3,43	4,17
FC-3	3,78	2,11	3,08	3,71	3,71	4,03
FC-4	3,50	3,00	4,13	3,63	4,38	4,25
Tipo da FC						
Assessoramento	3,65	2,05	2,87	3,40	3,42	3,81
Direção/Chefia	3,47	2,20	2,38	4,05	3,86	3,86
Tempo de serviço na CD						
até 5 anos	3,63	2,25	2,77	3,63	3,52	3,81
de 5 a 15 anos	3,60	1,96	2,26	3,76	3,70	3,93
de 15 a 25 anos	3,43	2,09	2,50	3,76	3,60	3,81
25 anos ou mais	3,48	2,21	3,21	3,67	3,82	3,73
Tempo na FC						
até 5 anos	3,62	2,19	2,55	3,70	3,60	3,84
de 5 a 15 anos	3,37	1,91	2,41	3,76	3,63	3,71
15 anos ou mais	3,70	2,20	3,30	3,70	3,73	4,07
Idade						
até 35 anos	3,41	2,21	2,62	3,50	3,35	3,82
de 35 a 45 anos	3,64	2,15	2,45	3,75	3,67	3,93
de 45 a 55 anos	3,46	2,05	2,58	3,86	3,70	3,85
55 anos ou mais	3,56	2,06	2,82	3,53	3,76	3,68
Sexo						
Feminino	3,49	2,01	2,29	3,69	3,61	3,86
Masculino	3,57	2,18	2,80	3,74	3,68	3,85
Escolaridade						
Nível médio	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00
Nível superior	3,17	1,91	2,59	3,61	3,43	3,65
Especialização	3,45	2,09	2,43	3,77	3,75	3,83
Mestrado	4,04	2,30	3,07	3,61	3,57	4,09
Doutorado	3,60	2,20	2,80	3,80	3,70	3,60

	[O interesse da sociedade na matéria com a qual lido é]	[A necessidade de proximidade com grupos sociais e mídia no desempenho da minha função é]	[A frequência com que respondo diretamente aos superiores políticos é]	[A padronização dos produtos/resultados do meu trabalho é]	[A sujeição dos resultados do meu trabalho a controle ou fiscalização é]	[O nível de complexidade dos processos e sistemas necessários ao desempenho da
Tempo serviço antes da CD						
Nenhum	3,60	2,42	2,52	3,81	3,77	3,70
até 10 anos	3,45	2,09	2,65	3,66	3,51	3,84
de 10 a 20 anos	3,81	1,98	2,52	3,88	3,93	3,90
20 anos ou mais	3,47	2,00	2,73	3,53	3,47	4,07
Filiado a partido político						
Não	3,53	2,10	2,60	3,71	3,65	3,83
Sim	5,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Almeja cargo eletivo						
Não	3,55	2,11	2,60	3,72	3,67	3,84
Sim	3,40	2,20	3,00	3,80	3,00	4,00
Total Geral	3,54	2,12	2,61	3,72	3,65	3,84

Tabela 20 – Médias das concordâncias com pontos de vista por subgrupos

	As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve admitir que ela maneje suas repartições.	A competência técnica deve ser o principal critério a ser observado quando da escolha de titulares de funções de confiança (similares à que exerce).	Não há como separar administração e política, uma vez que Administração Pública é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes.	A confiança e a lealdade aos projetos do superior político são os principais critérios a serem observados quando da escolha de titulares de funções de confiança (similares à que exerce).
Área de lotação				
Administrativa	4,25	4,38	2,15	1,75
Legislativa	3,88	4,27	2,52	2,18
Política	3,47	4,04	3,26	2,77
Nível da FC				
FC-1	4,03	4,34	2,52	2,13
FC-2	4,09	4,30	2,30	1,87
FC 3	3,86	4,17	2,59	2,17
FC-4	2,75	4,38	3,50	2,75
Tipo da FC				
Assessoramento	3,76	4,16	2,68	2,28
Direção/Chefia	4,06	4,36	2,44	2,02
Tempo de serviço na CD				
até 5 anos	3,79	4,08	2,71	2,21
de 5 a 15 anos	3,89	4,32	2,60	2,10
15 a 25 anos	3,86	4,27	2,48	2,10
25 anos ou mais	4,26	4,41	2,47	2,24

	As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas da administração, não se deve admitir que ela maneje suas repartições.	A competência técnica deve ser o principal critério a ser observado quando da escolha de titulares de funções de confiança (similares à que exerce).	Não há como separar administração e política, uma vez que Administração Pública é formada por propósitos políticos, pluralismo de valores e intenções contingentes.	A confiança e a lealdade aos projetos do superior político são os principais critérios a serem observados quando da escolha de titulares de funções de confiança (similares à que exerce).
Tempo na FC				
até 5 anos	3,82	4,24	2,61	2,12
de 5 a 15 anos	4,08	4,24	2,47	2,23
15 anos ou mais	4,03	4,40	2,50	2,17
Idade				
até 35 anos	3,85	4,09	2,79	2,15
de 35 a 45 anos	3,60	4,21	2,69	2,24
de 45 a 55 anos	4,08	4,36	2,38	2,05
55 anos ou mais	4,11	4,31	2,63	2,20
Sexo				
Feminino	3,94	4,37	2,57	2,04
Masculino	3,90	4,20	2,57	2,21
Escolaridade				
Nível médio	5,00	4,00	4,00	3,00
Nível superior	4,29	4,63	2,04	2,17
Especialização	3,92	4,23	2,55	2,23
Mestrado	3,93	4,24	2,72	1,76
Doutorado	3,35	4,21	2,85	2,35
Tempo de serviço antes CD				
Nenhum	4,07	4,39	2,60	2,27
até 10 anos	3,92	4,21	2,50	2,13
de 10 a 20 anos	3,64	4,29	2,74	2,10
20 anos ou mais	3,73	4,27	2,67	2,00
Filiado a partido político				
Não	3,92	4,27	2,55	2,13
Sim	4,00	4,00	4,00	3,00
Almeja cargo eletivo				
Não	3,92	4,27	2,56	2,14
Sim	3,60	4,00	2,80	2,20
Total Geral	3,92	4,27	2,56	2,14

Tabela 21 – Ocorrências dos maiores índices de tendência de politização

Subgrupo (variável independente)	Percentual de ocorrências de índice de tendência de politização superior a 3
Área de lotação	Administrativa – 0% Legislativa – 18,18% Política – 81,82%
Nível da FC	FC1 – 18,18% FC2 – 18,18% FC3 – 45,45% FC4 – 18,18%
Tipo de FC	Assessoramento – 54,5% Direção/Chefia – 45,5%
Sexo	Masculino – 81,8% Feminino – 18,2%
Tempo na FC	Até 5 anos – 81,8% De 5 a 15 anos – 18,2%
Tempo de serviço na CD	Até 5 anos – 54,5% De 5 a 15 anos – 18,2% De 15 a 25 anos – 27,3%
Tempo de serviço antes da CD	Nenhum – 27,3% Até 10 anos – 63,6% De 10 a 20 anos – 9,1%
Idade	Até 35 anos – 45,5% De 35 a 45 anos – 45,5% De 45 a 55 anos – 9%
Escolaridade	Especialização – 72,7% Mestrado – 9% Doutorado – 18,2%
Filiação a partido político	Não – 100%
Interesse em concorrer a cargo eletivo	Não – 100%

Fonte: dados da pesquisa

APÊNDICE D – Análises e testes estatísticos

Escala de Aspectos Componentes dos Papéis (EACP)

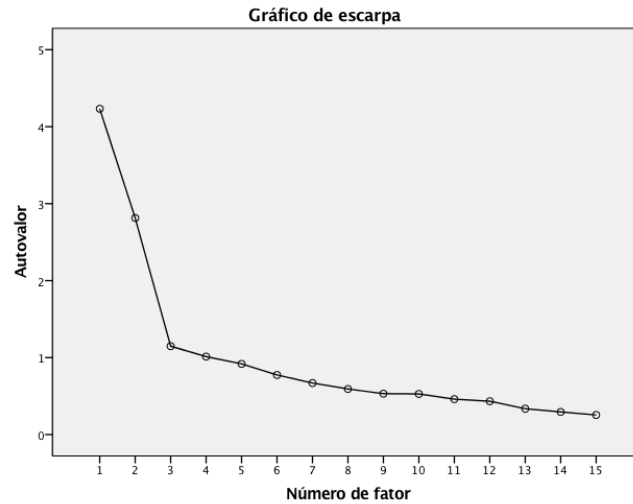


Figura 5 – Gráfico do *Scree Plot* da EACP

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 22 – Autovalores empíricos e aleatórios da EACP

Componente	Autovalores iniciais		Autovalores Aleatórios
	Total	% de variância	
1	4,232	28,216	1,531
2	2,814	18,759	1,420
3	1,149	7,657	1,341
4	1,013	6,751	1,273

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 23 – Matriz fatorial da EACP

Itens	Fator 1	Fator 2	Comunalidades
			(R ²)
DES11	0,80		0,65
DES04	0,76		0,58
DES15	0,69		0,48
DES06	0,66		0,45
DES18	0,62		0,42
DES02	0,61		0,40
DES08	0,61		0,37
DES13	0,60		0,36
DES10		0,67	0,45
DES14		0,59	0,37
DES09		0,58	0,35
DES12		0,54	0,30
DES05		0,52	0,28
DES16		0,44	0,22
DES01		0,42	0,17
Autovalor	4,23	2,81	
Número de itens	8	7	
% Var. Explicada	28,22	18,76	
% Var. Exp. Total	46,98		
Alfa	0,87	0,72	
Carga mínima	0,60	0,42	
Carga máxima	0,80	0,67	
Carga média	0,67	0,54	

Fonte: dados da pesquisa

Escala de Aspectos dos Postos de Trabalho (EAPT)

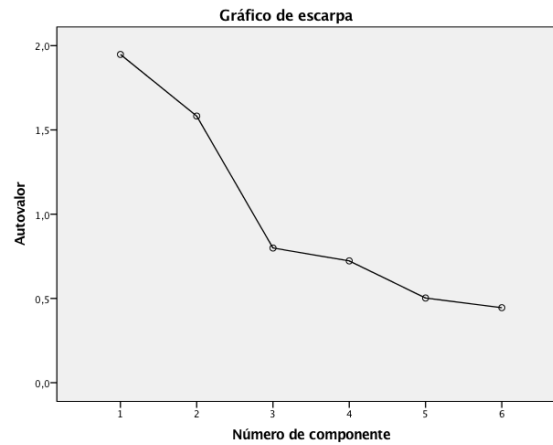


Figura 6 – Gráfico do Scree Plot da EAPT

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 24 – Autovalores empíricos e aleatórios da EAPT

Componente	Autovalores iniciais		Autovalores
	Total	% de variância	Aleatórios
1	1,948	32,465	1,226
2	1,582	26,370	1,113
3	0,799	13,322	1,032
4	0,723	12,048	0,958

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 25 – Matriz fatorial da EAPT

Itens	Fator 1	Fator 2	Comunalidades (R ²)
PT02	0,83		0,69
PT01	0,55		0,33
PT03	0,55		0,30
PT05		0,67	0,44
PT04		0,57	0,32
PT06		0,44	0,30
Autovalor	1,95	1,58	
Número de itens	3	3	
% Var. Explicada	32,47	26,37	
% Var. Exp. Total	58,84		
Alfa	0,67	0,60	
Carga mínima	0,55	0,44	
Carga máxima	0,83	0,67	
Carga média	0,65	0,56	

Fonte: dados da pesquisa

Escala de Pontos de Vista sobre Politização (EPVP)



Figura 7 – Gráfico do Scree Plot da EPVP

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 26 – Autovalores empíricos e aleatórios da EPVP

Componente	Autovalores iniciais		Autovalores
	Total	% de variância	Aleatórios
1	1,962	49,042	1,138
2	1,004	25,091	1,036
3	0,672	16,809	0,961
4	0,362	9,058	0,866

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 27 – Matriz fatorial da EPVP

Itens	Fator 1	Comunalidades (R ²)
PT01	-0,77	0,59
PT02	0,75	0,57
PT04	0,40	0,16
PT03	-0,33	0,11
Autovalor	1,95	
Número de itens	4	
% Var. Explicada	49,04	
Alfa	0,65	
Carga mínima	0,33	
Carga máxima	0,77	
Carga média	0,56	

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 28 – Valores Médios e Correlações entre os Fatores da EACP, EAPT e EPVP

	Média	Dp	Fator Pol	Fator Tec	Fator Pol+	Fator Pol-	Fator Conc
Fator Pol	2,07	0,88	1				
Fator Tec	4,28	0,47	0,17	1			
Fator Pol+	2,76	1,01	0,621**	0,152*	1		
Fator Pol-	3,74	0,74	-0,063	0,394**	0,071	1	
Fator Conc	2,13	0,73	0,455**	-0,118	0,260**	-0,138*	1

** A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 29 – Análise de variância entre os fatores e área de lotação.

Teste de Homogeneidade de Variâncias										
Estatística de Levene										
	gl1	gl2	Sig.				Limite inferior	Limite superior	Variância entre componentes	
Fator Pol	13,907	2	221	0,000						
Fator Tec	0,966	2	221	0,382						
Fator Pol+	3,461	2	220	0,033						
Fator Pol-	6,106	2	220	0,003						
Fator C	2,293	2	221	0,103	N	Média	Desvio Padrão			
Fator Pol	Administrativa			81	1,55	0,54	1,43	1,67		
p=0,000	Legislativa			96	2,14	0,80	1,98	2,31		
	Política			47	2,79	0,97	2,51	3,08		
	Total			224	2,06	0,88	1,95	2,18		
	Modelo	Efeitos fixos					0,76	1,96	2,17	
		Efeitos aleatórios						0,59	3,54	0,32
Fator Tec	Administrativa			81	4,33	0,42	4,23	4,42		
n.s.	Legislativa			96	4,25	0,51	4,14	4,35		
	Política			47	4,25	0,50	4,10	4,39		
	Total			224	4,28	0,48	4,21	4,34		
	Modelo	Efeitos fixos					0,48	4,21	4,34	
		Efeitos aleatórios						4,14	4,41	-0,00
Fator Pol+	Administrativa			81	2,09	0,72	1,93	2,25		
p=0,000	Legislativa			95	3,02	0,93	2,83	3,21		
	Política			47	3,37	0,94	3,09	3,64		
	Total			224	2,76	1,00	2,62	2,89		
	Modelo	Efeitos fixos					0,86	2,64	2,87	
		Efeitos aleatórios						1,10	4,42	0,41
Fator Pol-	Administrativa			81	4,00	0,53	3,88	4,12		
p=0,000	Legislativa			95	3,60	0,80	3,44	3,77		
	Política			47	3,53	0,80	3,30	3,77		
	Total			223	3,73	0,74	3,63	3,83		
	Modelo	Efeitos fixos					0,71	3,64	3,83	
		Efeitos aleatórios						3,08	4,38	0,06
Fator C	Administrativa			81	1,82	0,58	1,70	1,95		
p=0,000	Legislativa			96	2,14	0,71	1,99	2,28		
	Política			47	2,63	0,72	2,42	2,84		
	Total			224	2,13	0,73	2,03	2,22		
	Modelo	Efeitos fixos					0,67	2,04	2,21	
		Efeitos aleatórios						1,19	3,07	0,13

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 30 – Análise de variância entre fatores e os níveis das FC.

Teste de Homogeneidade de Variâncias										
Teste de Levene										
	gl1	gl2	Sig.							
Fator Pol	1,198	3	223	0,311						
Fator Tec	0,947	3	223	0,419						
Fator Pol+	1,702	3	222	0,168						
Fator Pol-	0,958	3	222	0,413						
Fator C	1,589	3	223	0,193	N	Média	Desvio Padrão	Limite inferior	Limite superior	Variância entre componentes
Fator Pol		FC-1	96	1,94	0,93	1,76	2,13			
		FC-2	23	1,87	0,86	1,50	2,24			
<i>n.s.</i>		FC-3	100	2,19	0,80	2,03	2,35			
		FC-4	8	2,55	1,16	1,57	3,52			
		Total	227	2,07	0,88	1,95	2,18			
	Modelo	Efeitos fixos			0,87	1,95	2,18			
		Efeitos aleatórios				1,71	2,43	0,02		
Fator Tec		FC-1	96	4,17	0,48	4,07	4,27			
		FC-2	23	4,27	0,54	4,04	4,51			
<i>p=0,033</i>		FC-3	100	4,36	0,44	4,28	4,45			
		FC-4	8	4,41	0,43	4,05	4,77			
		Total	227	4,28	0,47	4,21	4,34			
	Modelo	Efeitos fixos			0,47	4,21	4,34			
		Efeitos aleatórios				4,06	4,49	0,01		
Fator Pol+		FC-1	95	2,46	0,93	2,27	2,65			
		FC-2	23	2,67	1,10	2,19	3,14			
<i>p=0,000</i>		FC-3	100	2,99	1,00	2,79	3,19			
		FC-4	8	3,54	0,56	3,07	4,01			
		Total	226	2,76	1,01	2,62	2,89			
	Modelo	Efeitos fixos			0,97	2,63	2,88			
		Efeitos aleatórios				2,06	3,45	0,11		
Fator Pol-		FC-1	95	3,60	0,78	3,44	3,76			
		FC-2	23	3,84	0,59	3,58	4,10			
<i>n.s.</i>		FC-3	100	3,82	0,73	3,67	3,96			
		FC-4	8	4,08	0,56	3,62	4,55			
		Total	226	3,74	0,74	3,64	3,83			
	Modelo	Efeitos fixos			0,73	3,64	3,83			
		Efeitos aleatórios				3,45	4,02	0,01		
Fator C		FC-1	96	2,07	0,64	1,94	2,20			
		FC-2	23	1,95	0,84	1,58	2,31			
<i>P=0,026</i>		FC-3	100	2,18	0,76	2,03	2,33			
		FC-4	8	2,78	0,65	2,24	2,32			
		Total	227	2,13	0,73	2,04	2,23			
	Modelo	Efeitos fixos			0,72	2,04	2,23			
		Efeitos aleatórios				1,97	2,47	0,02		

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 31 – Teste *t* entre os fatores e sexo.

					Teste de Levene		Sig.		
Fator Pol					3,684		0,056		
Fator Tec					1,016		0,315		
Fator Pol+					0,466		0,496		
Fator Pol-					0,084		0,772		
Fator C					0,422		0,516		

								Intervalo de confiança 95%	
	Hierarquia	N	Média	Desvio-Padrão	t	g.l.	Sig.	Inferior	Superior
Fator Pol	Masculino	143	2,16	0,93	2,16	224	0,032*	0,02	0,50
	Feminino	83	1,90	0,77					
Fator Tec	Masculino	143	4,24	0,45	-1,38	224	0,169 ^{n.s.}	-0,22	0,04
	Feminino	83	4,33	0,51					
Fator Pol+	Masculino	143	2,85	0,97	1,76	223	0,079 ^{n.s.}	-0,03	0,52
	Feminino	83	2,60	1,06					
Fator Pol-	Masculino	143	3,75	0,72	0,34	223	0,734 ^{n.s.}	-0,17	0,24
	Feminino	83	3,72	0,78					
Fator Conc	Masculino	143	2,17	0,74	0,92	224	0,359 ^{n.s.}	-0,10	0,29
	Feminino	83	2,08	0,70					

Nota: *n. s.* = não significativo; * $p < 0,05$
 Fonte: dados da pesquisa

Tabela 32 – Teste *t* entre os fatores e tipo de FC.

		Teste de Levene					Sig.	
Fator Pol		2,976					0,086	
Fator Tec		0,164					0,686	
Fator Pol+		0,773					0,380	
Fator Pol-		0,120					0,730	
Fator Conc		2,374					0,125	

								Intervalo de confiança 95%	
	Hierarquia	N	Média	Desvio-Padrão	t	g.l.	Sig.	Inferior	Superior
Fator Pol	Assessoramento	111	2,27	0,92	3,41	221	0,001*	0,17	0,63
	Direção/Chefia	112	1,88	0,82					
Fator Tec	Assessoramento	111	4,23	0,49	-1,63	221	0,104 ^{n.s.}	-0,23	0,02
	Direção/Chefia	112	4,33	0,46					
Fator Pol+	Assessoramento	111	2,86	1,02	-1,29	220	0,197 ^{n.s.}	-0,09	0,44
	Direção/Chefia	112	2,68	0,98					
Fator Pol-	Assessoramento	111	3,54	0,74	-3,96	220	0,000*	-0,57	-0,19
	Direção/Chefia	112	3,92	0,70					
Fator C	Assessoramento	111	2,26	0,75	2,54	221	0,012*	0,06	0,44
	Direção/Chefia	112	2,01	0,69					

Nota: *n. s.* = não significativo; * $p < 0,05$
 Fonte: dados da pesquisa

Tabela 33 – Teste *t* entre os fatores da EACP, da EATP e da EPVP e FC agregada.

					Teste de Levene		Sig.		
Fator Pol					0,393		0,531		
Fator Tec					2,149		0,144		
Fator Pol+					0,009		0,925		
Fator Pol-					0,236		0,628		
Fator C					2,407		0,122		

								Intervalo de confiança 95%	
	FC Agregada	N	Média	Desvio-Padrão	t	g.l.	Sig.	Inferior	Superior
Fator Pol	FC - 1 e 2	119	1,93	0,91	-2,49	225	0,014*	-0,52	-0,06
	FC - 3 e 4	108	2,22	0,83					
Fator Tec	FC - 1 e 2	119	4,19	0,49	-2,83	225	0,005*	-0,30	-0,05
	FC - 3 e 4	108	4,37	0,44					
Fator Pol+	FC - 1 e 2	118	2,50	0,97	-4,08	224	0,000*	-0,78	-0,27
	FC - 3 e 4	108	3,03	0,98					
Fator Pol-	FC - 1 e 2	118	3,65	0,75	-1,94	224	0,005*	-0,38	0,00
	FC - 3 e 4	108	3,84	0,72					
Fator C	FC - 1 e 2	119	2,04	0,68	-1,91	225	0,057 ^{n.s.}	-0,137	0,01
	FC - 3 e 4	108	2,23	0,76					

Nota: *n. s.* = não significativo; * $p < 0,05$

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 34 – Análise de variância entre fatores e a idade

Teste de Homogeneidade de Variâncias					Intervalo de confiança de 95% para média					
	Teste de Levene	gl1	gl2	Sig.				Limite inferior	Limite superior	Variância entre componentes
Fator Pol	1,005	3	219	0,392						
Fator Tec	1,699	3	219	0,168						
Fator Pol+	1,749	3	218	0,158						
Fator Pol-	0,143	3	218	0,934						
Fator C	0,248	3	219	0,863	N	Média	Desvio Padrão	Inferior	superior	Variância entre componentes
Fator Pol	Até 35 anos				35	2,24	0,99	1,90	2,59	
	De 35 a 45 anos				66	2,00	0,85	1,79	2,21	
<i>n.s.</i>	De 45 a 55 anos				87	1,95	0,83	1,77	2,12	
	Acima de 55 anos				35	2,31	0,95	1,98	2,63	
	Total				223	2,07	0,89	1,95	2,18	
	Modelo	Efeitos fixos					0,88	1,95	2,18	
		Efeitos aleatórios						1,79	235	0,01
Fator Tec	Até 35 anos				35	4,00	0,59	3,80	4,20	
	De 35 a 45 anos				66	4,34	0,41	4,24	4,45	
<i>p=0,033</i>	De 45 a 55 anos				87	4,31	0,46	4,21	4,41	
	Acima de 55 anos				35	4,30	0,41	4,16	4,44	
	Total				223	4,27	0,47	4,21	4,33	
	Modelo	Efeitos fixos					0,46	4,21	4,33	
		Efeitos aleatórios						4,04	4,50	0,02
Fator Pol+	Até 35 anos				35	2,75	1,23	2,33	3,18	
	De 35 a 45 anos				66	2,74	0,98	2,50	2,98	
<i>n.s.</i>	De 45 a 55 anos				87	2,70	0,95	2,49	2,90	
	Acima de 55 anos				34	2,81	0,93	2,49	3,14	
	Até 35 anos				222	2,74	1,00	2,60	2,87	
	Modelo	Efeitos fixos					1,00	2,52	2,87	
		Efeitos aleatórios						2,52	2,95	-0,02
Fator Pol-	Até 35 anos				35	3,55	0,76	3,29	3,81	
	De 35 a 45 anos				66	3,79	0,73	3,61	3,97	
<i>n.s.</i>	De 45 a 55 anos				87	3,80	0,73	3,65	3,96	
	Acima de 55 anos				34	3,66	0,72	3,40	3,91	
	Total				222	3,74	0,73	3,64	3,83	
	Modelo	Efeitos fixos					3,64	3,83	3,83	
		Efeitos aleatórios					3,56	3,81	4,02	0,00
Fator C	Até 35 anos				35	2,24	0,71	1,99	2,48	
	De 35 a 45 anos				66	2,29	0,77	2,10	2,48	
<i>n.s.</i>	De 45 a 55 anos				87	2,00	0,68	1,85	2,14	
	Acima de 55 anos				35	2,10	0,73	1,85	2,35	
	Total				223	2,14	0,73	2,04	2,23	
	Modelo	Efeitos fixos					0,72	2,04	2,23	
		Efeitos aleatórios						1,89	2,39	0,01

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 35 – Regressão – Fator Aspectos Políticos

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95.0% Intervalo de Confiança para B	
		B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-.096	,623		-.155	,877	-1,330	1,137
	Cargo_Agrupado	,143	,153	,072	,934	,352	-.160	,447
	Tempo_Serviço	-.013	,086	-.014	-.148	,883	-.184	,158
	Área_Lotação	,526	,094	,448	5,628	,000	,341	,712
	Função_Confiança	,154	,070	,179	2,205	,029	,016	,292
	Tipo_Função_Confiança	-.174	,133	-.103	-1,302	,195	-.438	,090
	Tempo_Função_Confiança	-.075	,108	-.066	-.697	,487	-.290	,139
	Idade_Agrupada	,276	,108	,236	2,558	,012	,063	,490
	Sexo	,081	,133	,047	,612	,542	-.182	,344
	Escolaridade	,038	,083	,037	,465	,643	-.125	,202
	Filiação_Partido	1,655	,736	,169	2,247	,026	,197	3,112
	Concorrer_Eleição	1,065	,729	,109	1,461	,146	-.377	2,507

a. Variável Dependente: Fator Aspectos políticos dos papéis

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 36 – Regressão – Fator Aspectos Técnicos

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95.0% Intervalo de Confiança para B	
		B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	3,355	,348		9,653	,000	2,667	4,043
	Cargo_Agrupado	,000	,086	,000	,004	,997	-.169	,170
	Tempo_Serviço	,056	,048	,125	1,173	,243	-.039	,152
	Área_Lotação	,043	,052	,074	,820	,414	-.061	,146
	Função_Confiança	,123	,039	,292	3,165	,002	,046	,200
	Tipo_Função_Confiança	,091	,074	,110	1,224	,223	-.056	,238
	Tempo_Função_Confiança	-.014	,060	-.026	-.239	,812	-.134	,105
	Idade_Agrupada	,002	,060	,004	,034	,973	-.117	,121
	Sexo	,213	,074	,250	2,868	,005	,066	,359
	Escolaridade	,023	,046	,046	,503	,616	-.068	,115
	Filiação_Partido	-.277	,411	-.058	-.674	,502	-1,090	,536
	Concorrer_Eleição	,361	,406	,075	,888	,376	-.444	1,166

a. Variável Dependente: Fator Aspectos técnicos dos papéis

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 37 – Regressão – Fator Aspectos Influência Positiva

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95.0% Intervalo de Confiança para B	
		B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	-,428	,719		-,594	,553	-1,851	,996
	Cargo_Agrupado	,242	,178	,107	1,356	,178	-,111	,595
	Tempo_Serviço	-,005	,100	-,005	-,052	,958	-,203	,193
	Área_Lotação	,665	,108	,499	6,137	,000	,450	,879
	Função_Confiança	,290	,081	,295	3,590	,000	,130	,449
	Tipo_Função_Confiança	,136	,155	,071	,876	,383	-,171	,442
	Tempo_Função_Confiança	,071	,125	,055	,569	,570	-,176	,319
	Idade_Agrupada	,096	,125	,072	,768	,444	-,152	,344
	Sexo	,061	,154	,031	,397	,692	-,244	,366
	Escolaridade	,119	,097	,101	1,233	,220	-,072	,311
	Filiação_Partido	,448	,850	,040	,527	,599	-1,235	2,131
	Concorrer_Eleição	1,052	,842	,095	1,250	,214	-,614	2,719

a. Variável Dependente: Fator Aspectos de influência positiva

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 38 – Regressão – Fator Aspectos Influência Negativa

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95.0% Intervalo de Confiança para B	
		B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	3,385	,614		5,512	,000	2,170	4,601
	Cargo_Agrupado	-,042	,152	-,025	-,279	,781	-,344	,259
	Tempo_Serviço	-,092	,085	-,114	-1,076	,284	-,261	,077
	Área_Lotação	-,126	,093	-,123	-1,359	,177	-,309	,057
	Função_Confiança	,174	,069	,232	2,528	,013	,038	,310
	Tipo_Função_Confiança	,362	,132	,247	2,739	,007	,100	,624
	Tempo_Função_Confiança	-,063	,107	-,064	-,586	,559	-,274	,149
	Idade_Agrupada	,067	,107	,065	,625	,533	-,145	,279
	Sexo	,104	,131	,069	,795	,428	-,156	,365
	Escolaridade	-,069	,083	-,076	-,830	,408	-,232	,095
	Filiação_Partido	1,647	,726	,194	2,269	,025	,210	3,085
	Concorrer_Eleição	,423	,719	,050	,588	,557	-1,000	1,845

a. Variável Dependente: Fator Aspectos de influência negativa

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 39 – Regressão – Fator Concordância com Pontos de Vista

Modelo		Coeficientes ^a						
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95.0% Intervalo de Confiança para B	
		B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
1	(Constante)	1,598	,589		2,715	,008	,433	2,763
	Cargo_Agrupado	,047	,145	,027	,324	,747	-,240	,334
	Tempo_Serviço	-,033	,082	-,042	-,408	,684	-,195	,128
	Área_Lotação	,364	,088	,361	4,119	,000	,189	,539
	Função_Confiança	,077	,066	,103	1,161	,248	-,054	,207
	Tipo_Função_Confiança	-,118	,126	-,082	-,939	,349	-,368	,131
	Tempo_Função_Confiança	,124	,102	,128	1,215	,227	-,078	,327
	Idade_Agrupada	-,156	,102	-,155	-1,527	,129	-,358	,046
	Sexo	-,084	,126	-,056	-,671	,504	-,333	,164
	Escolaridade	,064	,078	,072	,813	,418	-,091	,218
	Filiação_Partido	,450	,696	,054	,646	,519	-,928	1,827
	Concorrer_Eleição	,180	,688	,021	,262	,794	-1,183	1,543

a. Variável Dependente: Fator Pontos de vista sobre politização

Fonte: dados da pesquisa

APÊNDICE E – Íntegra dos comentários dos pesquisados

1. “É plausível supor que a Administração da Câmara dos Deputados vem perdendo autonomia e tende a perder cada vez mais espaço em prol da Área Política. Alguns fatos e algumas possibilidades (supostas intenções) convergem para essa suposição”.
2. “Não sei se compreendi totalmente algumas questões”.
3. “Não sou filiada, mas tenho convicções políticas bastante definidas”.
4. “O trabalho na Câmara dos Deputados não se assemelha a nenhum outro. Nem mesmo das Assembleias Legislativas ou do Senado Federal podem ser considerados parâmetros. Na área legislativa, você se depara no dia a dia com ideia muito boas, e convive, por outro, com outras muito ruins. O assessor tem obrigação de a partir de sua análise expor seu entendimento, todavia, a decisão final é do representante parlamentar, aquele que detém o mandato. O ônus é dele, assim como o bônus. O parlamento retrata as escolhas do cidadão brasileiro, é um Poder, com seus defeitos e virtudes, ao assessor cabe grande desafio de entender o momento político e apresentar sugestões, saídas e opções. Sem dúvida, um grande desafio!!!”
5. “Princípios da impessoalidade e moralidade devem balizar as ações em quaisquer atividades públicas, assim resultando naturalmente na boa aplicação de recursos públicos escassos. Quanto ao questionário, é importante ressaltar que há funções administrativas seja em áreas políticas, seja em áreas técnicas, e me pareceu mais voltado às atividades administrativas de áreas com maior contato de parlamentares”.
6. “Instituições fortes, uma das bases da democracia, têm que ter servidores concursados comprometidos com o interesse público em seus cargos. Deputados em cargos administrativos aumenta o clientelismo, a troca de favores e a falta de *accountability* no campo político, enfraquece a democracia”.
7. “A ingerência política em questões técnicas é devastadora!”
8. “Boa defesa!”
9. “Procuró exercer a minha função com respeito, principalmente, com os meus colegas”.
10. “Parabéns pelo assunto pesquisado”.
11. “Boa sorte é para os fracos, bons estudos”.
12. “Acredito que faltou o item ‘nenhum’ ou ‘não se aplica na escala’”.
13. “As atividades por mim exercidas são consideradas atividades meio, sem conexão direta com a atividade política”.

14. “Entendo que a lealdade ao projeto político do superior político deva acontecer, pois eles dão a diretriz do nosso trabalho que é administrativo, porém, tudo sempre respaldado pela ética e eficiência no setor público”.
15. “O trabalho desenvolvido no âmbito da área legislativa requer muita competência, discrição e imparcialidade”.
16. “Em tempos de Lava jato, muito oportuno o estudo sobre a separação/superposição dos trabalhos técnicos em relação aos políticos. Parabéns pela escolha do tema e boa sorte!
17. “Boa sorte na sua pesquisa. Desejo de coração que seu trabalho de alguma forma contribua para melhorias nas práticas da Casa”.
18. “Com referência à última pergunta, só penso em concorrer pela minha desolação com os atuais representantes. A cada nova legislatura a qualidade da representação política só decresce. Mas, sendo realista, não tenho fonte de recursos e não sou apadrinhado politicamente. Portanto, minha chance é zero!”
19. “Quanto às duas últimas perguntas, acredito que a competência técnica é tão importante quanto a confiança e lealdade do funcionário na escolha de titulares de função de confiança. No caso de funções de cunho político, a discrição do funcionário também ganha importância”.
20. “Boa sorte na pesquisa!”
21. “Em algumas questões tive dúvidas sobre o que exatamente se perguntava, o texto ficou dúbio”.
22. “O princípio da legalidade rege o exercício função administrativa do Estado em qualquer dos seus Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Embora na definição das diretrizes administrativas os aspectos políticos (até mesmo político-partidários) possam ter um papel importante na edição de leis que regem a Administração Pública, em seus diversos aspectos, entendo que, na simples execução das tarefas atinentes à função administrativa, o agente público deve atuar dentro da impessoalidade e generalidade da lei sob pena de transformar sua missão executiva, como servidor da Administração, em atuação política. Talvez seja essa a razão por que as diversas normas que regem os servidores públicos, em todas as esferas federativas, possuam um arcabouço jurídico que tenta evitar o "contágio" da execução dos atos administrativos por diretrizes político-partidárias”.
23. “Talvez fosse interessante diferenciar as questões em função da natureza das atribuições dos servidores que estão respondendo o questionário”.
24. “Temos que ter bom senso em vários dos aspectos analisados no questionário. Por exemplo, não é só competência técnica que deve ser considerada ao escolher um cargo de gestor, há que se

considerar, dentre outras, a capacidade de liderar e de agregar a equipe e os demais envolvidos no processo. A paixão pelo que faz, embora não dê para ser avaliada na entrada ou no processo seletivo, será muito importante para se manter no cargo ao se considerar a qualidade do serviço que resultará do trabalho conjunto da equipe, onde entram o corpo técnico, os consultores, os parlamentares e demais atores que participam dos trabalhos da comissão. Outro ponto, embora a política não devesse interferir tanto como acontece aqui, não podemos desconsiderar que é a realidade que vivemos para tentar não sofrer tanto em busca do que seria o ideal... Excelente questionário, parabéns e boa sorte!”

25. “O que imaginávamos ou gostaríamos de que fosse a realidade está muito distante dela. A visão que tenho do Legislativo como cidadão é da mais completa decepção e desencanto”.
26. “Obrigado pela oportunidade em responder esta pesquisa. Ao que pude captar, trata-se de um dos assuntos mais importantes de todos, em nossa Casa Legislativa. Tenho certeza de que sua pesquisa será brilhante!”
27. “A Câmara deveria desenvolver um sistema de gestão pelo qual o servidor é valorizado pela competência e dedicação à tarefa executada. Entretanto o que existe hoje é um sistema em que "privilegia" servidores lotados em alguns setores privilegiados, de forma que muitos com poucas atribuições e baixíssima dedicação são privilegiados com funções, em detrimento de muitos que possuem elevada competência e enorme carga de trabalho que não se beneficiam de privilégio algum. Portanto não há estímulo para aqueles que exercem funções técnicas importantíssimas da Casa”.
28. “n/d”
29. “Todas as questões que envolvem política x administração devem ser ponderadas conforme a natureza do cargo”.
30. “Acredito que deveria haver a opção "não se aplica" nas respostas”.